FEIRA DA LADRA

FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro
TOMO PRIMEIRO.

LISBOA,

Com todas as licenças neceſſarias. Anno 1929.

N.º 1

FEIRA DA LADRA

*Fez-se uma tiragem especial
de oito exemplares
em papel de linho azul.*

FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro
TOMO PRIMEIRO.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1929.

AO PIO LEITOR

Laudator temporis acti.

HORACIO.

ADA de estirados aranzéis, que, falando muito, informam pouco. Pão, pão — queijo, queijo.

Por acaso, esta revista, pospondo a clássica e importuna modéstia, vem — digamos a frase, *preencher uma lacuna.* O público português não lê actualmente, na sua língua, uma publicação periódica no género da *Feira da Ladra.*

Que é então a *Feira da Ladra?*

Conforme afirmámos no prospecto anunciador, é, em sumário:

um armazem de vèlharias;
um repositório de notícias úteis;
um divulgador de inéditos e curiosidades;
um orientador de bom gôsto;
uma fonte inspirativa de artistas e escritores; e, finalmente,
uma leitura sã e instrutiva.

*

Em «papel-velho», como em arqueologia, nada há inútil ou menosprezível, desde as pequices ingénuas do *Bertoldinho* ou do *Feliz independente* até aos *Sermões* de Vieira ou aos *Sonetos* de Antero, desde o farrapo de ferragoulo putrefeito que cobria os ossos dum mesteiral da meia idade até á mais suntuosa série de tapeçarias da Renascença, ao mais bem martelado gomil dos prateiros setecentistas. Tudo isto constitui o documento das velhas sociedades, a prova histórica, o episódio do *curriculum vitae* da civilização e do progresso. Recolhê-lo, conservá-lo, protegê-lo das injúrias do tempo e dos homens, estudá-lo, divulgá-lo, é o dever corrente a quantos, pelo cabedal de cultura que possuam, pela categoria social, pelas responsabilidades inerentes, pelo valor representativo, emfim, temos que transmitir a nossos filhos a grande herança do Passado.

Vamos, pois, trazer à luz do dia o que jaz sepultado em trevas, na poeira dos séculos, não para vanglória estéril das façanhas e virtudes dos Avós, mas como exemplo e estímulo á perpetuïdade das grandezas passadas;

vamos á romagem dos lugares santos da nossa terra;

vamos aos monumentos que a fé invulnerável e as mãos esfareladas dos artistas e dos santos levantaram em tempos idos;

vamos, emfim, ao remanso dos museus e das livrarias conversar êsses amigos de papel impresso que nos enamoram, ou os objectos que recordam o viver doutras eras, se não melhor, ao menos mais animado, mais pitoresco, mais clareado da alta chama da fé, da confiança nas virtudes da raça e de esperanças num futuro, que uma geração apoucada veio infelizmente retardar.

*

Nas páginas que sucedem, vai topar o leitor muita miuçalha do passado de envolta com estudos de maior tômo. Não exigirá, por certo, que vamos até ao córte do estilo, pedindo aos colaboradores que o afaçam às circunstâncias — pedestre, para notícias de somenos vulto, guindado, para mais altas congeminações. Palraremos nesta página dos regimentos da inquisição, e naquela, das caravelas índicas; discutiremos aqui velhos textos de cronicões bafientos, coevos das cruzadas, e ali descreveremos uma liteirinha graciosa, ainda vagamente aurada de almíscar e essência de âmbar; faremos praça de ferro-velho e caqueirada — catanas ferrujentas e varas de meirinho, bilhetes de espectáculos e pergaminhos régios, encadernações brazonadas e dobras fernandinas, prendas freiráticas e pratos do Japão, versos de cego e autógrafos célebres...

Aqui está a *Feira da Ladra.*

Depois, sentados ao soalheiro, esperar-te hemos confiadamente, bem-avisado leitor, como o feirante de Santa Clara espera o freguês, ao lado do seu estendal.

C. M.

UMA FEIÇÃO DA LISBOA DE 1809

No tempo de Bocage, ao principiar o século XIX, a boémia baixa da capital explodia em lojas de café com tablilhas ornamentadas de frascaria de licores; em bilhares franceses e italianos onde o «truque» tinha espectadores de copo para os victores aos carambolistas; nas casas dos «rotos guriteiros» que, na frase de Tolentino, ungiam os dedos com cuspo milagroso, na passagem das cartas, e ainda nos sobrados pecaminosos em que «hetaíras» de fileira se deixavam ferir das setas dum Cupido avariado.

Alta-noite — a alta noite de 1809, era às dez horas — bandos de vagabundagem amorosa assaltavam pela cidade êsses prazos-dados a enlaces momentâneos com pastoras, arcàdicamente duvidosas, ou iam até Bemfica desnalgar-se numa casa onde se dançava o

fandango. Era aí que o cómico Frederico, mulato de melena crêspa, a quem Bocage chamava

> Cómico sem sabor, porco matreiro,
> pedra philosophal de especie nova
> que muda as parvoices em dinheiro,

dedilhava na bandurra o último fandango, como um dos atractores da assistência, de parçaria com o *Fuzárias* (o dr. José Carneiro, que se assinava à latina, no delírio das academias, *Josephus Aries*, donde se lhe derivou o alcunho), diabo-alma, calvo e bexigoso, pimponante de fidalgo e de estúrdio. Os outros eram o Caldas Barbosa, um mulatão tocador de lunduns e o orango-tango Joaquim Manuel, exímio em bandurrim e viola, chamado pelos poetas o «Orfeu de Carapinha». Aí se ajuntava a malta tôda e daí vinha, em cambulhada, para o sobrado da rua da Palma, onde outra mulata, a Maria Gertrudes, que fugira da Casa Pia e sendo presa tornou a fugir, arrastando consigo mais doze companheiras, dava reüniões de bródio amatório, ou para casa da Maria Inês, ao chafariz do Rato, onde havia uma verdadeira colónia de Vénus africanas.

Outra casa de fandangos era a da Francisca Maria, na calçada de Santana. Bailava-se lá tôdas as noites, como em casa da Teresa de Évora, à Lapa, onde os embarcadiços estranjeiros se deleitavam em batuques de viola. De Évora tinha vindo também a Mariana, que abrira estalagem ao pé de uma «sala de pagodes» no Arco do Bandeira, junto à rua dos Retrozeiros. Os envergonhados aproveitavam-se da sombra do arco de S. Bento para subir, à capucha, ao sobrado da Guiomar e nunca em sua vida iriam à Francisca Ilhôa, à Laureana ou à Joana Baptista, que morava aos Paulistas, cuja fama, em matéria de escândulas, era notória, com conseqüências de Limoeiro ou de Hospital.

Das casas de maior voga, em estúrdia pacata, eram a da Maria Teresa, na rua da Procissão, perita em absorver tostões do bolsilho mais resguardado; a da Ana Maria Rosa, na travessa do Frederico, que pompeava de «bela mulher» e tratava a todos por *meu riquinho;* e a da Maria Leocádia, na rua de Santo António (?), cujo marido lhe era prestante auxiliar e que vivia entre dezenas de cães e de gatos. Quem quisesse obter especificos salutares para maleitas, nenhuma outra encontrava como a Maria Rosa, no adro do Salvador; e quem gostasse de desordem, berraria, discussão azêda, era ir defrontar-se com a Ana de Pina, da travessa da Quintinha, pior do que a «Rendeira das Bravas», da Ribeira, capaz de desancar dois homens possantes e de os ameaçar, em pugnas de língua e de sôco, com a navalha que nunca largava. Todavia, para lhe caír em graça e fazê-la mansa, havia um remédio: era elogiar-lhe a valentia. De leôa passava logo a borrêga.

A chusma dos boémios e a soldadesca de França era o que tinha em Lisboa para divertir-se.

Eram êstes os seus «Maxim's» e os seus «Monumentais», tão diferentes, em tudo, das luxuosas e civilizadas casas de prazer de 1929, como são diferentes o Intendente Pina Manique e o General Novion do sr. Coronel Ferreira do Amaral.

MATOS SEQUEIRA
DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS.

CERAMICA FALANTE

REIO não ter despertado ainda a atenção dos nossos amadores, no sentido de agrupamentos exclusivos e conseqüente estudo interpretativo, a cerâmica ornamentada com figuras, de averiguado ou incógnito significado, a chamada *cerâmica falante*, de origem ordinàriamente popular, ingénua e pitoresca por vezes na balbuciante expressão das suas figurações.

É um capítulo curioso e atraente.

Excluindo os azulejos, tão abundantes de figuras, quero referir-me ùnicamente a peças avulsas, tais como pratos, canecas, bacias, etc., de emprêgo utilitário e em geral doméstico.

Na cerâmica falante, e com maior razão, se englobam as peças com divisas ou legendas, sentimentais, políticas ou satíricas, e com brazões de fidalguia. Esta última categoria de ornamentação tem sido divulgada numa publicação recente, *Cerâmica Braso-*

nada (1928), belamente ilustrada, que é uma tentativa muito para louvar.

São documentos que *falam* e bem fáceis de entender.

O mesmo se não dá com algumas figuras ou retra-

Prato, com o retrato de D. Pedro IV,
existente no Museu Regional de Bragança

tos, que, passada a época do seu aparecimento, quási se tornam enigmáticos, escapando-nos a sua significação pelo esquecimento dos factos que traduzem, ou pelo mal delineado das feições das personagens que representam.

A colecção do Museu Carnavalet, em Paris, e ou-

tras bem conhecidas, são dum incomparável valor documentário.

A cerâmica falante portuguêsa, sem dúvida, comparativamente, modesta, não é menos digna de análise e de um esfôrço de compreensão.

Regista muitas vezes episódios históricos e encerra alusões a factos duma certa notoriedade.

Reportando-me apenas á cerâmica do Norte, mencionarei alguns exemplares do século XIX:

Prato policrómico, mostrando um supôsto enviado de D. Sebastião prêso pela polícia de Lisboa em 1813. Foi identificado em 1911 por Emanuel Ribeiro. Pertenceu á colecção José Queiroz e está agora no Museu Municipal do Pôrto.

Prato policrómico, com o *menino gordo*, Mateu Perrera, espanhol, de 11 anos, pesando 210 quilogramas, que visitou o Pôrto em 1870. (Colecção pessoal).

Prato policrómico com o busto de D. Pedro IV, ostentando o característico boné do batalhão de Voluntários da Raínha, que se celebrizou no cêrco do Pôrto (1833). Foi por mim identificado em Bragança, em cujo Museu Regional se encontra. (Vide gravura).

Prato policrómico, com o retrato de Almeida Garrett, a côr azul.

Prato policrómico, com o retrato de A. B. da Costa Cabral.

Foram ambos identificados pelo pintor Vitorino Ribeiro, a quem pertenceram.

No Museu Municipal do Pôrto há vários pratos, que se não acham expostos, com retratos de homem, quase todos por identificar (colecções Vitorino Ribeiro e Moreira Cabral). Um dêles, policrómico, representa um militar, com a banda das três ordens, condecorações e manto, sem dúvida D. Miguel I. (Vide gravura).

Expressão lídima da alma popular, que traduziu com simplicidade e quantas vezes sem vislumbres de des-

tresa, figuras de reis, de políticos ou de literatos, a cerâmica falante nacional vale para nós menos pela arte

Prato polícromo da Fábrica da Bandeira (Gaia), com o retrato de D. Miguel (?) existente no Museu Municipal do Pôrto. (Antiga colecção Vitorino Ribeiro).

que mostra do que pela exemplificação documentária, bem apreciável na aparente modéstia que a envolve.

Pôrto.

PEDRO VITORINO.

UM PRESTIDIGITADOR ITALIANO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

M diversas épocas têem surgido em Portugal alguns indivíduos peritos na maravilhosa arte da prestidigitação.

Ocorrem-nos os nomes de dois: Pinetti, de que nos ocuparemos nêste artigo e Herrmann, que, em 1859, exibiu as suas habilidades em Lisboa, Pôrto e Coimbra.

Nesta última cidade o segundo contribuiu, generosamente, com a quantia de dois contos de reis para o cofre da Sociedade Filantrópica Académica e os estudantes da Universidade, em sinal de reconhecimento, mandaram cunhar, para lhe oferecer, uma medalha de oiro, que os medalhistas encontram descrita no conhecido livro de Lopes Fernandes, *Memoria das meda-*

lhas e condecorações portuguezas e das estrangeiras com relação a Portugal, Lisboa, 1861.

El-rei D. Pedro V havia-o agraciado com a medalha de oiro de filantropia e generosidade, como recompensa por ter dado alguns «benefícios» a favor de estabelecimentos de caridade.

O Cavalheiro Pinetti, como êle se intitulava, era natural de Orbitelle (Toscana) onde nascera em 1750 e inculcava-se Professor e Demonstrador de Física. No seu retrato, adiante mencionado, êste apelido vem seguido de outros, Willedal de Merci, e precedido das iniciais I e I. Também no retrato se indica que era cavaleiro da ordem de S. Felipe, engenheiro geógrafo e conselheiro de finanças de S. A. S. o príncipe de Limbourg-Holstein.

As «engenhosas» e «estupendas» experiências dêste célebre prestidigitador, que esteve entre nós nos fins do século XVIII, foram muito admiradas e apreciadas na côrte da raínha D. Maria I, onde foi excelentemente recebido, em atenção talvez aos cargos que exercia e ás recomendações que trouxera, como se conclui da notícia, inserta na *Gazeta de Lisboa*, n.º 32, de 9 de Agosto de 1791:

«O famoso Cavalheiro Pinetti, vassallo de S. M. Siciliana, Professor e Demonstrador de Fysica, que se acha há algum tempo nesta Cidade, teve ultimamente a honra de fazer quatro vezes as suas engenhosas e estupendas experiencias na presença da Nossa Augustissima Soberana, e de toda a Real Familia e por ocasião do que recebe os maiores applausos, e em sinal da Regia satisfação, foi S. M. servida dar-lhe um magnifico presente, que bem prova o quanto forão admirados os superiores talentos deste celebre Cavalheiro, o qual intenta partir brevemente desta Capital para Inglaterra».

Possuimos um folheto de 22 páginas, publicado na época, *Reflexões sobre as habilidades do cavalheiro Pi-*

netti, sobre os cavallinhos e sobre os automatos que escrevem e desenhão, impresso em Lisboa; na Of. de Simão

Thaddeo Ferreira, anno M.DCC.XCI, que é uma carta em que um anónimo informa o seu amigo Sílvio acêrca das novidades que, ao tempo, havia para ver na capital.

Ao lado de uma *companhia de bailarinos, que correm de pé em cima de cavallos, dançando e fazendo varios equilibrios;* da colecção de autómatos que se mostravam na rua dos Algibebes; de uma *peça quadrada que representa hum paiz de montes, com jardim, casas e varias figurinhas*, aparece mencionado, entre essas novidades dignas de serem vistas, o nosso homem.

Eis o que dêle escreve o noticiarista: «Um homem, que com o titulo de Cavalheiro Pinetti, se apresentou aqui ha pouco, como o mais distincto professor e demonstrador de Fysica em as principaes Academias da Europa, está patenteando ás suas habilidades no Theatro do Salitre, com tanta aceitação, que a maior parte da gente olha estas habilidades, como prodigios».

Conforme diz o autor do folheto, muitas pessoas não tomavam a sério este professor de física e, então, afirmavam que seguia, nas suas exibições, o livro de Mr. De Cremps, *La magie blanche dévoilée*, impresso em Paris no ano de 1784, com o que êle não concorda, por lhe constar que, já antes desta data, Pinetti andava mostrando as suas habilidades pela Europa. Passa depois em revista algumas das *pelotricas* por êle executadas e descreve uns autómatos que o mesmo apresentava, desvendando os mistérios dumas e outros.

Em seguida a este folheto publicou-se, no mesmo ano, em Lisboa: *Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo Impressor da Serenissima Casa do Infantado*, uma tradução daquele livro de Mr. De Cremps, cujo título, bastante extenso e elucidativo, para aqui copiâmos: *O pelotiqueiro desmascarado, tratado em que se dá huma clara e completa exposição de todas as surprendentes (sic) habilidades executadas, tanto neste reino, como no continente, pelos mais dextros e eminentes professores de ligeireza de mãos, e que comprehende as Peças da Varinha de Condão, dos Automatos que jogão o*

Chadrez, Figuras que fallão, Serpentes artificiaes, Passaros mechanicos, Automatos que tocão flauta; Figuras moventes, Mezas magicas, Motos perpetuos, &. Segunda edicção com amplas adicções e alterações, por T. Denton, proprietario das exhibições mechanicas, ultimamente exhibidas em Londres, Edenburgh, Neucastle, York, &. Impressa em Londres no anno de 1788, e traduzida do Inglez em Portuguez, para fazer patente ao Publico a illusão e enganos dos Impostores.

Este livro, em 8.º pequeno, contém 102 págs. e é adornado com uma gravura do artista Gregório Francisco de Assis e Queiroz, que junto se reproduz e que representa a execução de uma das sortes de prestidigitação. Nele se alude ao famoso prestidigitador por estas palavras: «Este Livro appareceo em Paris no tempo em que Mr. Pinetti alli executava as suas peloticas, e a publicação delle apressou a sua partida daquella Corte...», e se explicam pormenorizadamente muitos dos *trucs* empregados neste género de trabalhos. Não fica por aqui a bibliografia dêste assunto.

O anónimo autor do primeiro folheto escreveu ainda ao seu amigo Sílvio uma nova carta que, debaixo dêste título *Ultimas habilidades, despedida e grande automato do cavalheiro Pinetti*, saiu num pequeno folheto de 15 págs. impresso em Lisboa: *Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, Anno M.DCC.XCI.*

Ali acusa a recepção da resposta de Sílvio à carta que lhe dirigira, resposta que não sabemos se teria sido impressa. Neste folheto se encontram várias referências a Pinetti que, segundo afirma, logo que deu a primeira representação, mostrara os seus cartões de sócio de diferentes academias e protestara contra o livro de Mr. De Cremps, dizendo que êste tinha sido queimado em França pela mão do algoz e que as suas peloticas não eram como êle as explicava. Dá ainda noticia de uma companhia de pelotiqueiros que, havia dois anos,

O dilettante Professor de filosofia tendo queimado a car
ta tirada ao acazo, atira o baralho ao ar, contra o qual
dispara huma pistola, e a d.ta carta se acha pregada com
prego na parede. Vejase o Cap V

trouxera um autómato semelhante ao de Pinetti, mas mais bem executado. Êste autómato mostrava-se por 40 reis, num armazem defronte do jardim da Inquisição.

O erudito Marquês de Rèzende, que tantas velharias sabia, na sua interessantíssima conferência, feita e lida no primeiro serão literário do Grémio Recreativo, em 12 de Dezembro de 1867, a que deu o sugestivo título de *Pintura de um outeiro nocturno e um sarão musical ás portas de Lisboa no fim do seculo passado*, em que, num quadro bem imaginado, teve o raro condão de fazer reviver costumes já esquecidos e figurar nele as pessoas mais representativas do tempo em todos os géneros, tambem ali introduziu o *cavalheiro Pinetti, grande prestigiador*, junto do famoso aventureiro italiano José Bálsamo, ou Cagliostro. A estas notas vai reünido o retrato de Pinetti, segundo uma gravura em metal, anónima, em que êle ostenta um vistoso uniforme militar e no qual se vê o seu brazão.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA
DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS.

O S. JOÃO HA 150 ANOS

ORTISTA como sou, natural é que me inscreva entre os devotos joaninos —venho a dizer, que erga bandeiras por S. João Baptista—sem quebra de respeito e de simpatia pelo rígido franciscano que a imaginação popular fantasia a escaqueirar os cântaros das cachopas e a proteger descabeladamente, junto do Padre-Eterno, os amorios de cada qual.

Dos grandes santos de Junho, o meu, o de eleição, é o divino Precursor. Santo António, só os 600 mil alfacinhas o conhecem *de vista:* o resto, sete milhões e meio de portugueses, só de nome o conhecem. Não assim com S. João. Do festivo minhoto ao gárrulo algarvio, do tostado pescador da ocidental praia ás suadas e poeirentas gentes arraianas, todos, bôca cheia de cantigas e mãos travadas em alegres danças, vão render seu preito ao santinho que, no dizer entusiasmado da trova, até «os moiros da moirama» festejam.

Velhos e novos relembram o seu dia, melhor direi, aquela noite, em que, desde o sol-por até ao desmaiar da última estrela no arroxear da alvorada, nos pavilhões embaloados das cidades e nos adros ruidosos das aldeias, os pares enlaçados em honra do santo casamenteiro se confiaram os seus corações e esqueceram as asperidades da vida.

De que nossos avós não procediam diversamente, tenho eu prova num folheto de cordel que faz parte da minha arqui-modesta livraria. Quem fôr caroável destas velharias, achará logo certo pitoresco ao título, que é dêste teor:

FUNÇAÕ DE S. JOAÕ DE MADRUGADA,
PARA RISO DA GENTE SOCEGADA.
E A MULHER, QUE DE NOITE NAÕ DORMIO,
PARA SONHAR DE DIA O QUE NAÕ VIO.
OBRA ALEGRE, GOSTOZA, E DOCTRINAL,
QUE AOS SENHORES LEITORES NAÕ FAZ MAL.
DADA Á LUZ POR AMBROSIA BRITES POBRE,
POR TER NECESSIDADE D'ALGUM COBRE.

Tambem eu, a século e meio de distância, me encontro a miúdo em extrema necessidade dalguns cobres. Já pensei em atirar-me á literatura de cordel, e rabiscar papeis para cegos venderem ou cantarem à guitarra; mas antolhou-se-me a despeza do papel e da tipografia, que custam os olhos da cara, e me poriam à dependura, matando-me à fome antes que apurasse os almejados cobres. Vai daí, puz a ideia a um canto.

Mas vamos ao nosso folheto, que, nos bons tempos em que viu a luz, devia de ter ficado por uma tuta-e-meia ao anónimo metrificador, revendendo-o com lucro aos cegos papelistas do Rocio e das arcadas do Terreiro.

É escrito em decassílabos, muitos dêles errados, o

que mais abona a sua origem plebeia, dado que os poetas cultos do tempo, se faziam versos empertigados e semsaborões, apuravam-se ao menos em aferi--los pelo bom regimento horaciano. O dizer é chão, á altura das massas chapadas que o haviam de comprar, o que não tira que seja muito curioso como notícia dos costumes setecentistas, em grande parte paralelos aos de agora.

Noite de S. João. Certa mulherzinha do povo, coscovilheira profissional, estava com o marido

> . . . . na janella,
> Sobre huma rota esteira de tabúa,
> Dando oculta revista á nossa rua;
> Sem que por modo algum ninguem nos visse,
> Como manda o Autor da coscolhice *(sic)*.

As bisbilhoteiras de hoje dispensam os compêndios. São de sciência infusa. Mas vamos àquela. Adormece e péga de sonhar:

> Figurouse-me a noite das fogueiras,
> Em que faz muita gente mil asneiras,
> . . . .
> Vem vindo os annuaes despertadores,
> De valentes chuveiros de rapazes,
> Que sempre d'estas festas saõ sequazes; . . .

Trazem «caraças e mitras de papel». Ao leitor afigura-se-lhe isto um carnaval; e tem razão. Ainda há muito quem se recorde destas entrudadas, que se faziam em Lisboa e nas províncias pelo S. João.

Daquela garotada

> . . . . alguns, que eraõ mais afidalgados,
> Em cavallos de canas vem montados,
> Deitando como bando este pregaõ:
> Hoje ninguem se deite, haja funcçaõ,
> Accendaõ-se depreça estas fogueiras:

E dando pela rua trez carreiras,
Depois que este rebate á gente deraõ
Que na ultima volta que fizeraõ
Como que ao seu pregaõ obedeciaõ
Suas fogueiras todos já accendiaõ.

O barulho é de ensurdecer, como ainda hoje em certos bairros inçados de garotio:

Os rapazes fizerão tal salçada,
Com as bombas, e bixas que deitavaõ,
Que toda a visinhança amotinavaõ.

Agora a tradicional queima das alcachofras:

Duplica-se o motim, pelas rizadas
Das mininas da moda alcachofradas,
As quaes c'humas carinhas de má morte,
Vem buscar na fogueira a sua sorte;
E depois de tal queima as taes tolinhas,
Se vaõ metter em caza ás carreirinhas.
Seguem-se a esta scena as cantarolas
Das vozes ensaiadas nas charólas,
Que inda que dentro em caza estas cantavaõ,
Bem percebia eu, que se engasgavaõ;
Porém, o tal pigarro na garganta,
Por andar hoje em moda, não me espanta.

Andava em moda o pigarro. A moda veio até nós. Mas vamos seguindo a «fita»:

Com violas á porta, os rafiões *(sic)*,
Taõ alegres de si, como asneirões,
Tocavaõ varios sons (1), de tal maneira,
Como o gato, que arranha n'uma esteira;
Pois confeço que nada percebi,
De taõ infernal toque, que lhe ouvi:
Mas hum mais abilhudo, com dezejo
De fazer ao seu baixo gargantejo,
Fez ao bulir das cordas tal salçada,
Que a pobre d'huma, toda esganiçada,

(1) Modas, cantigas.

Buscando o tom do pessimo instrumento,
Anceada estoirou cheia de vento.
Houveraõ neste rancho muitas petas,
Ellas loucas formais, elles patetas,
Foi-se augmentando a mais a patuscada
E o concurso tambem da peraltada,
E sem haver no rancho mais detença,
Nem hum só voto a dança entaõ despença;
E jogando a compasso as canelladas,
Pelas grandes violas exaltadas,
Acabaraõ pedindo em vaõ soccorro,
Todos pronunciando, ai, ai, que morro:
E como a mais da noite era passada,
Vindo-se approximando a madrugada,
A pouco e pouco a louca bandalhice,
Dezamparando foi a tal doudice.

Ainda a sonhar, o marido desafia a mulherzinha a irem dar uma volta pelas ruas:

Vai depreça vestir algum acceio (1),
Que havemos hoje ter grande recreio,
Em vermos essas caras tresnoitadas,
Dormindo pelas ruas desmaiadas,
Como tambem as vendas lá da praça
Onde se ouvem mil ditos, com bem graça.

A qual praça seria o Rossío, ou a da Figueira, onde ainda há três ou quatro anos era uso ir durante a noite e na madrugada de Santo António, S. João e S. Pedro.

Ruas fóra, vão os dois comentando as scenas que se lhes deparam, os ranchos e tipos populares com que se cruzam, os dichotes que lhes vão soando aos ouvidos. Notam os ridículos e excessos das modas: aqui um penteado disforme, além um vestido estravagante, uns calções rotos, um espadim de ferro-velho. Zombam dos grupos de casquilhos e franças que se

---

(1) Vestido novo, ou domingueiro. Ainda hoje em uso, com êste significado, nalguns pontos do país.

namoricam, surpreendem-lhes mesmo uma ou outra frase sôlta. Até que chegam á praça:

Dentro da dita praça nos ficamos,
Que huma alegre manhã alli passamos,
Huns postos a vender, outros comprando,
Mil ranchos, e ranchinhos, passeando,
Esta compra acolá sua capella;
As ervas orvalhadas traz aquella;
Apregoaõ daqui quem merca a fructa,
Outro trava dalli, huma disputa;
Para o pequeno a mãi compra o seu bolo,
Outro chega-se a hum, dá-lhe hum carolo;
Este por somno ter, cai-lhe o capote;
Hum cavallo acolá, dá seu pinote;
Dalli se escuta hum dito d'hum patolla;
Outro tocando já n'huma violla,
As mulheres das frutas a ralhar;
Os rapazes entre ellas a gritar;
Vão-se estas, com aquellas abraçando,
Que pezadas do somno estão marrando;
Huns a dormir no chão muito enroscados,
Com os rostros *(sic)* de moscas matizados;
D'outras se ouvem mil ditos mui galantes;
D'estoutros se ouvem alguns já mais picantes;
Por nó nada se trava grande bulha,
Hum ri, aquelle corre, esta barulha.

Chegam as horas de recolher: os dois noctâmbulos andavam moídos e o sono apertava; porisso,

Inda que era vistozo este motim,
Não podemos goza-lo até ao fim
Ententamos comprar nosso cabaz,
D'alguma frutazinha mais capaz,
E depois de o termos já comprado,
Por preço que nos foi accomodado,
Sentamo-nos no chaõ por mais socego,
A' espera d'hum rapaz, ou d'hum gallego,
Que a dita compra a caza nos levasse;
E porque a conducção se demorasse,
Pegando n'huma pera encarnadinha,

Que avistei no cabaz quasi á bordinha,
Em ar de golozina, ou maganeira,
Fui tasquenhando n'ella de carreira.

. . . .

Querem um quadrinho alfacinha da época, pintado com mais colorido e movimento?

O folheto regista ser impresso em Lisboa, na oficina de António Rodrigues Galhardo, impressor da Real Mesa Censória, com licença da mesma; mas não fixa o ano da impressão.

Denunciam-no, porém, o tipo, o papel, o reporte a modas do tempo, etc., como produto da segunda cinqüentena do século XVIII.

C. M.

LENÇOS DE NAMORADOS

arte popular é fertil em ostentar símbolos de amor. O amor é a principal causa da vida. Entre os dois extremos, nascimento e morte, há apenas o amor a encher-nos a vida. E àquêles que existem mais entregues á vida simples e ingénua, o amor surge-lhes como um grande ostiário que é preciso guardar bem fundo no peito, para o erguer, apoz, banhado da luz da suprema ventura.

E o povo sente bem no íntimo a causa principal da vida.

O amor canta-lhe de todos os lados a sinfonia pagã do grande sonho que é preciso vêr realizado.

As rôlas no beiral do albergue; as macelas e as papoilas em tapetes de exuberante policromia, pelos valados; as borboletas bêbedas de beijos; a chilreada dos pássaros, a música das rãs, o gemido trémulo dos ralos, todos cantam o seu sacrificio pelo amor.

A vida troca-se por um instante de amor. É o amor que domina as almas e o mundo...

*

Os pesos dos teares, os cêstos, as cangas dos bois;

os barcos dos nossos pescadores, as camisas bordadas da gente do campo, os coletes das mulheres de Guimarães e arredores, os aventais das mulheres de Santa Marta, as algibeiras das mulheres de Afije, os papeis recortados para os doces, as fórmas de certos doces,

o pão, os sinetes de bolos, a ornamentação da olaria, a nossa ourivesaria — em tudo aparece o amor.

Corações floridos! Corações feridos! Corações unidos!

O amor domina e vence e faz do homem o artista burilador das rocas; faz da mulher a filigraneira delicada, a arrendar subtilmente corações magníficos, de oiro.

Entre as variadas maneiras de expressão amorosa, temos os lenços bordados, de namorados.

Possuímos dois curiosos exemplares esplendidamente trabalhados a branco.

Um dêles tem as quatro pontas bordadas com as figuras simbólicas que se admiram na gravura.

Pelos quatro troncos das árvores estão distribuídos os versos da seguinte quadra:

> Amor que impera nas almas
> Unio nossos coraçoens
> Fez nos emfim seus captivos
> Arrastamos seus grilhoens.

O outro, cujos cantos têm ramos bordados, possui no centro um curioso motivo de simbolismo amoroso.

Os versos duma quadra estão de fórma distribuidos, que formam um quadrado. Ao centro, vê-se um cordeiro adormecido junto duma árvore.

No lado superior, um coração arrendado tendo no centro um amor perfeito e mais acima uma estrêla.

Por baixo do carneiro, as seguintes letras iniciais: P M A S F, talvez pertencentes aos nomes respectivos dos namorados.

Em tôrno, duas palmas de flores presas por um laço.

A quadra é do seguinte teor:

A minha estrella mostra
O amor no coraçaõ
A laranjeira doçura
O cordeiro mansidaõ.

Mais tarde, quando o industrialismo veio desbancar com a estampagem a arte do bordado, os lenços perderam a feição delicada de prenda graciosa.

Possuímos um dêste último período, estampado em côr amarelo escuro. No centro, lê-se o nome AMELIA e envolta, a acompanhar uma grega em torno da orla, esta quadra:

No centro deste lencinho
O teu nome está gravado
Dentro em meu coração
O teu rosto retratado.

A arte do povo é pródiga em assuntos desta natureza; ingénuo e simples, êle possui requintadamente o o sentimento do amor e por isso o apregoa com a voz das suas lágrimas em cantigas enternecedoras...

Do livro inédito
O Povo Português e o Amor.

EMANUEL RIBEIRO.

BOCAGE JULGADO POR BECKFORD [1]

ÃO menos conhecidas do que deviam sel-o no nosso paiz as admiraveis cartas que o illustre viajante inglez Beckford escreveu a nosso respeito.

N'uma das cartas falla Beckford do grande poeta Bocage, e é curioso vêr o modo como o illustradissimo inglez, que estava tanto acima do nivel intellectual do paiz onde viajava e tanto acima do meio litterario em que viveu, (porque Beckford parece adivinhar todos os processos modernos) é curioso vêr como elle apre-

---

(1) O original autógrafo dêste artigo, ao qual conservo fielmente a ortografia, está hoje em meu poder, por obsequioso regalo da minha ilustre amiga e distinta harpista a Senhora D. Maria Irene de Araújo e Melo, que o herdou de seu Pai, com outros papeis e livros curiosos. É escrito em quatro tiras de papel comercial branco, pautado a côr de rosa. — C. M.

cia o grande poeta e como esboça a sua physionomia. Rebello da Silva, que aliás conhecia as cartas de Beckford, porque as traduziu e prefaciou no «Panorama», esqueceu-se de se referir a esse trecho na sua magnifica biographia de Bocage.

Depois de contar uma visita ao convento dos Caetanos, visita em que foi acompanhado pelo seu inseparavel Verdeil, conta o opulento inglez que deixou Verdeil entretido em discussões numismaticas com um dos «caetanos» e que foi dar umas voltas, regressando emfim para sua casa com uns poucos de amigos, que convidou para jantar. Ouçamol-o:

«Verdeil lá estava de volta, acompanhado do reverendo antiquario das medalhas, e tambem tinha arrebanhado o governador de Gôa, D. Frederico de Sousa Calhariz e o seu constante companheiro, um fanfarrão saboyano ou piemontez, por nome Locatelli, e tambem um mancebo pallido, de compleição fraca, de olhar e modos excentricos, o sr. Manuel Maria, a mais fóra do commum, mas talvez a mais original das creaturas poeticas formadas por Deus. Succedeu achar-se n'uma d'aquellas disposições de espirito, de enthusiasmo e de exaltação, que, á similhança do sol no pino do inverno, brilham quando menos se espera; milhares de ditos agudos, de expressões de alegria zombeteira, de repentes satyricos, disparava-os de chofre, de modo que todos andavamos a tombos com riso; mas quando começou a recitar algumas das suas composições, nas quaes a profundeza do pensamento se mistura com os rasgos mais patheticos, senti-me abalado, commovido. Em verdade pode dizer-se que este caracter extravagante e versatil possue a verdadeira varinha de condão, com que, a seu bel-prazer, anima e petrifica.

«Percebendo quanto me attrahia, disse-me:

« — Não esperava que um cavalheiro inglez se dignasse prestar alguma attenção a um versejador moço,

obscuro e moderno. Vós outros julgais que não temos outro poeta senão Camões, e que o Camões não es-

BOCAGE
Xilogravura do folheto de cordel:
"Historia, Vida e Desventuras do Poeta Bocage" (1904)

creveu coisa digna de memoria senão os «Luziadas». E tem um soneto que vale metade dos «Luziadas!»

«Nenhuma imagem da belleza campestre escapou ao nosso divino poeta, que insensivelmente se transporta da paizagem para o coração!

«Que encantadora melancholia, como os derradeiros raios do sol no occaso, se diffunde em toda aquella composição! Se eu valho alguma coisa, fez-me aquelle soneto o que sou; mas que sou eu comparativamente com Monteiro! Julgae! continuou elle, entregando-me alguns versos manuscriptos d'este auctor de quem os portuguezes são vehementes partidarios; posto que façam impressão e sejam sonoros, devo confessar que o soneto de Camões e muitos dos proprios versos do sr. Manuel Maria me agradaram infinitamente mais: todavia é certo que eu não estou bastante iniciado na força e fórmas da linguagem portugueza para ser juiz competente.»

Tinha plena razão Beckford, e a posteridade confirmou completameute este juizo como, de resto, muitos outros que expendeu.

O poeta, a quem Bocage se referia, era Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, que teve uma grande fama no seu tempo, uma d'estas famas de poeta inedito que não resistem a um raio de publicidade. Este escriptor teve ainda o bom senso de publicar muito poucas cousas, mas essas mesmas que chegou a imprimir confirmam completamente tudo o que acabamos de dizer. As odes e outras poesias que sahiram em sua vida são de uma mediocridade monotona e desesperadora, e houve então um desastrado amigo—amigos d'estes de Peniche—que se lembrou de imprimir, depois da morte do auctor, um poema obsceno que obtivera grandes applausos, emquanto correra manuscripto, mas que esqueceu apenas se imprimiu.

O que admira comtudo é que Bocage, espirito indisciplinado, que tinha no seu genio o vago presenti-

mento de uma proxima renascença litteraria, mostrasse uma admiração sincera por um poeta, incapaz de um pensamento elevado e original.

Encontram-se muito estas aberrações nos mais rebustos intellectos. A mesma predilecção, que Bocage mostrou por Domingos Monteiro do Albuquerque e Amaral, professou-a Filinto Elysio por Domingos Torres.

Este, comtudo, valia mais do que Amaral. D'este enthusiasmo de Filinto Elysio por Domingos Maximiano ha uma prova curiosa. Lamartine, o grande poeta Lamartine, quiz, quando era novo, aprender portuguez. Dirigiu-se a Filinto Elysio, que estava em Paris, pobre, deportado e saudoso da patria, e com elle tomou algumas lições d'aquelle idioma. Interessou-o porém, muito a situação do poeta portuguez, exilado do seu paiz pela Inquisição, arrastando na capital franceza uma vida miseranda, dando lições para comer, porque os seus versos não lhe rendiam o sufficiente. Dedicou-lhe mais tarde uma ode intitulada *A' un poéte exilé*, que inseriu depois no seu precioso volume das «Meditações poeticas». Filinto Elysio, nas suas obras, inseriu a ode de Lamartine, mas falla d'elle e dos elogios que ali lhe são feitos, com um desdem de protector. Trata Lamartine como um rapazito de escola cujos elogios o lisongeiam mediocremente. «Quanto eu preferiria, diz elle, a todos estes louvores, uma só palavra de animação do meu Alfeno!»

O seu Alfeno era Domingos Maximiano, *Alfeno Cynthio* na Arcadia. Se não tivesse senão esses elogios do patricio, corria Filinto muito sério perigo de ser completamente ignorado no mundo das lettras. A ode de Lamartine é que lhe deu uma celebridade universal. Assim se enganam os melhores juizes.

N'esta noticia, dada por Beckford a respeito de um encontro com Bocage, ha um ponto curioso. Vê-se,

que o poeta da *Pavorosa illusão* jantou em casa de Beckford com D. Frederico de Sousa, que foi governador da India, e que lá teve por amante a famosa Manteigui. Que quer isto dizer? Não foi Bocage quem a cantou num famoso poemeto, que tanto indignou D. Frederico, ou estavam n'essa occasião reconciliados?

Pena foi que o grande poeta e Beckford não tivessem tido conhecimento mais intimo, que por certo exerceria influencia no animo de Bocage o gosto, e fina critina do auctor de «Vathek». Talvez o grande poeta, que dormia no genio de Bocage debaixo da triplice frivolidade arcadica, despertasse de vez, e Byron teria tido um antecessor em Portugal.

A data da entrevista de Beckford com Bocage é de Novembro de 1787. A carta em que o famoso filho do lord maire de Londres conta o que transcrevemos, tem a data de 8 d'esse mez.

Bocage tinha então apenas 24 annos.

Pinheiro Chagas.

UMA "XANTIPPA HONESTA"

DONA Maria Antónia da Conceição Pio, escandalizada da má conduta de seu marido, António Pio dos Santos, Chefe de Esquadra reformado, e receosa de que êle com seus péssimos exemplos prevertesse os filhos, em cujo número entravam três meninas de menoridade, requereu a D. João VI fôsse servido dar um pronto remédio a tantos males; e tendo o Intendente Geral da Polícia procedido a sumário de testemunhas e mais averiguações necessárias, pelas quais constatava a veracidade do alegado, Sua Magestade mandou-lhe entregar provisóriamente seus filhos e filhas, que se achavam em poder de seu pai, aplicando-lhes para alimentos metade do sôldo do dito seu pai, e a pensão de 400.000 rs. anuais, que ela recebeu pelo Erário Régio.

Não se conformou o marido com a régia resolução. Tanto barafustou e berrou, que a mulher pediu para si e para as pequenas o internamento num recolhimento. Por êste motivo o processo, que corria pela Polícia, passou para o Ministério do Reino e hoje acha-se no Arquivo dos Feitos Findos (pasta 64, doc. n.º 230).

Consultamos as peças do processo e entre elas vemos um exemplar do *Astro da Lusitania*, o n.º 218 do ano de 1822, onde o Santos fez publicar uma carta dirigida a D. João VI, assim concebida:

—«Senhor. Se a minha sempre eterna fidelidade, a minha firmeza de caracter e os meus serviços feitos a V. M. e à Nação merecem alguma recompensa, eu entrego á alta e generosa munificencia de V. M. *huma Xantippa honesta*, cercada com 7 filhos, sem vicios, sem crimes e sem protecções.—»

Santos explica num papel, colado ao *Astro da Lusitania*, quem era Xantippa:—

«Foi a mulher de Socrates. Era huma mulher muito des-envergonhada, muito libertina, e muito amiga de homens; e para encobrir as suas velhacadas, era muito ciumenta. Minha mulher he hum vivo retrato desta infame; e me tem feito o mesmo que ella fazia a Socrates; só com a differença de que minha mulher he e foi sempre muito honrada, muito religiosa e he por isso que eu uzo do adjectivo-correlativo da palavra —*honesta*—, assim como tambem eu não sou Socrates, nem posso sofrer o que á *(sic)* dezenove annos tenho sofrido.

«Rogo pois a V. Mag.de que ella vá para o Convento de Santa Anna, pois sendo mãe de filhos tenha ao menos a consolação de os ver amiudadamente. E,

a pensão de 12$800 rs. que o mesmo Augusto Senhor lhe dá do seu Real Bolsinho, eu espero lha continui como até agora — *Faças o Bem, não aguardes a quem* — .»

A mulher foi para o Convento de Santa Ana; mas em breve êle se arrependeu desta sua complacência e, para desabafar, foi dirigindo a D. João VI outra carta, que reproduzimos na íntegra:

«Senhor

«Isto não he hum requerimento; mas sim huma exposição — domestica, ou huma carta missiva, escripta com toda a verdade, respeito, e submissão.

«Minha mulher he huma louca de pedras, servil, ignorante e supersticiosa, mas muito honrada e muito zelosa... coitada... he esta a sua mania, ou pertinacia; e por consequencia, segundo os Sagrados Canones expulsa da Comunhão.

«Acabo de falar ao nosso Corcundão — o Ministro da Justiça — e elle me disse que minha mulher havia feito hum requerimento indecente, em o qual personalizava minhas innocentes filhas e a minha virtuosa moral... Coitada outra vez digo... he este o desafogo, que tem huma mulher ciosa, e querendo levar ávante o excesso de seus crimes; isto é — o fugir de seu marido deixando os seus filhos, e a sua casa entregue ao azar! —

«Mas V. Mag.de sabe, que por seu Augusto respeito eu me casei com ella, por me haver perguntado em Santa Cruz no Rio de Janeiro se eu era casado; e como isto era publicamente, eu lhe disse sempre que sim, pois que tinha a plausivel desculpa — que era casado, segundo o primitivo contracto social no tempo de Rhé. (1)

---

(1) Será *Rhea?*

«Mas ah! Real Senhor... o homem de bem, e honrado, nunca deve assignar, ou escrever hum papel contra o seu proprio sangue — mulher, e marido, são dois meios copos d'agua, que se ajustão em hum só — ouxalá que todos os Soberanos, e membros da Republica assim o considerassem, que decerto não haverião questões entre a mulher do actual Rei da Inglaterra, e outras personagens, que bem a seu pezar aguentão destas e doutras —.

«Em o N.º 218 do *Astro da Lusitania*, quando eu me dirigi a V. Mag.de, e o qual entreguei ao Ministro de Justiça para o apresentar a V. Mag.de, viu-se bem a candura e singeleza com que eu mostro á nação o caracter de minha mulher, dizendo — uma Xantippa honesta — ; e no caso do meu falecimento eu espero os tome á sua Alta Consideração.

«Minha mulher he de faca e calháo, he de baixo nascimento; e pouco lhe importa ser agora mulher de hum Chefe de Divizão, como amanhã ser d'hum Cabo de Esquadra, porque diz ella comsigo — eu torno ao meu primitivo estado do que fui, e do que sou. —

«Hum marido, Real Senhor, he sempre segundo a Lei o tutor nacto de seus filhos; e por consequencia este he quem deve promover á sua educação. Eu já á mezes tenho requerido a V. M.de a minha reforma, para cuidar seriamente na educação de meus filhos — e agora pense V. Mag.de no decurso de 19 annos, que com ella me vejo ligado, quantos tormentos não terei passado! Agora pois, que acabo de lhe comprar leitos, 34 lençois, galas, e outras alfaias necessarias para a minha e sua representação civel, he quando me faz huma de semelhante lote!!! Eu espero, Real Senhor, que V. Mag.de á vista desta minha exposição a mande internar no Convento de Santa Anna, para que, indo morar para a Bem-posta ao pé de V. Mag.de ao menos tenha a consolação de vêr amiudadamente os seus

filhos, ficando assáz prompto para lhe dar do meu soldo, aquella cotta que a Lei ou V. Mag.de me determinar, bem como os 12$800 rs. que V. Mag.de lhe dá do Seu Real Bolsinho... ella merece tudo porque he muito corcunda, e muito amiga de V. Mag.de e de toda a sua Real Familia, e só tem o defeito amoroso de ser o unico galo no poleiro... V. Mag.de me entende? Pois se não quizer entender eu não devo explicar melhor.

8 de Janeiro 1822.

Sou com verdade, lizura e profundo respeito

Seu Venerador Amigo e fiel Vassalo

Antonio Pio dos Santos."

Até que em 1830, a Providência, cançada talvez das tolices e barbaridades de Pio dos Santos, manda cortar-lhe o fio da vida, e então a Mãe e as três filhas, Carlota Emília, Maria Júlia e Carolina Josefa Leopoldina, saíram do Convento de Santa Ana por mandado régio, livres daquele terrível pesadelo.

Que destino teriam tido?

João Jardim de Vilhena.

DOM COXOTE DA MANCHA

Não deveriamos dizer Dom Quixote, mas, sim, Dom Coxote.

O romance tragi-cómico de Cervantes em nada diminui do seu facêto e doloroso sabor por andar desvirtuado, em português, o nome que o magro herói se deu a si próprio como cavaleiro andante, após uma semana de congeminações. Restituindo-o, porém, à forma exacta, muito mais expressiva, acentua-se, logo no título, o carácter satírico da imortal personagem, segundo a vontade do autor.

Evidentemente que será difícil, se, porventura, não fôr impossível, revogar, de um dia para o outro, êsse nome de Quixote, consagrado, como o de D. João, pelo uso e pela fama, além de introduzido em tôdas as línguas. Chamando-lhe Dom Coxote, arriscamo-nos a que ninguém suspeite do que se trata: uma das maiores criações do génio humano. No entanto, era

O ENGENHOSO

FIDALGO

DOM QUIXOTE

DE LA MANCHA,

POR MIGUEL DE CERVANTES SAAVEDRA.

TRADUZIDO EM VULGAR.

TOMO I.

LISBOA,

NA TYPOGRAFIA ROLLANDIANA.

1794.

Com licença da Real Meza da Commissaõ Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros.

ROSTO DUMA ANTIGA EDIÇÃO PORTUGUESA DO "DOM QUIXOTE"

assim que se deveria tê-lo passado para a nossa língua, mostrando conhecer as intenções do grande clássico. Conviria ir, com o tempo, remediando o descuido.

O apelido verdadeiro do Cavaleiro da Triste Figura — «quando ainda tinha juízo» — era Quijada, Quesada, Quejana ou Quijana; aparecem, na obra-prima, essas quatro versões. Tomando, por excesso de leituras novelescas, a deliberação de se votar às altas cavalarias, o ocioso fidalgo procura um nome que, sem se afastar muito do autêntico, servisse para indicar a sua conversão à nobre ordem dos Amadis, Belianis e Galaores.

Começa por baptizar o cavalo. Oito dias depois de ter inventado «Rocinante» — «antes e primeiro de todos os rocins do mundo» — acode-lhe *Quijote*, para êle mesmo. Ora um *quijote* era, em espanhol, a parte da armadura que servia para proteger a côxa. Em português, *coxote*.

Diz Clemencin, citado por F. Rodriguez Marín: «Cervantes escolheu com oportunidade o nome do seu protagonista entre as peças próprias da profissão cavaleiresca, e entre elas deu preferência à de terminação em *ote*, que, em castelhano, se aplica ordinàriamente às coisas ridículas e desprezíveis, como *librote*, *monigote*, *mazacote*». Esta razão pejorativa não vem, quanto a mim, muito ao pintar em «coxote», no sentido de sôbrecôxa. Como sufixo, também, em português, *ote* tem função depreciativa: *franganote*, *entradote*, *passadote*; mas nem sempre. Às vezes, é simples diminutivo: *pequenote*, *frescote*, *serrote*, *camarote*. Quere-me, todavia, parecer que foi outro o motivo, raciocinado ou inconsciente, da escolha de Cervantes. Havia, como é sabido, o Lançarote — possivelmente derivado de lança, outro utensílio de cavaleiro — para traduzir o Lancelot, da Távola Redonda. Não teria influído o Lançarote do Lago no crisma do Coxote dos moinhos?

Seja assim ou não, foi Coxote o nome que Cervantes deu ao patrão de Sancho Pança. É Dom Coxote que lhe devemos chamar, frisando a ironia verbal que há, propositadamente, no título da gloriosa obra do genial *manquitote* de Lepanto.

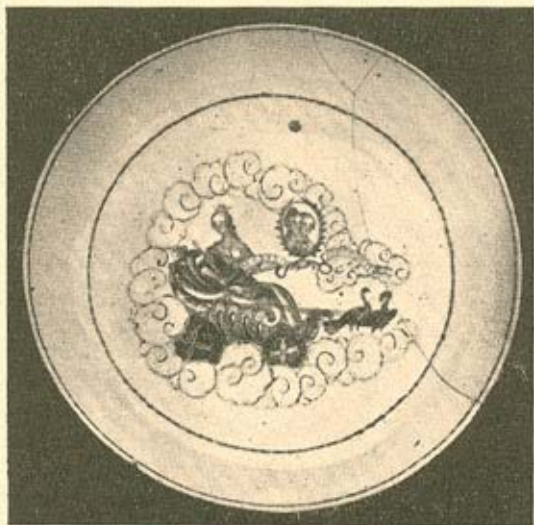
MANOEL DE SOUSA PINTO
DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS.

CASAMENTO RÉGIO NUMA ALEGORIA CERAMICA

espirito decorativo dos povos do Extremo-oriente manifesta-se superiormente na cerâmica, onde atinge a mais bela expressão dos seus principios estilizantes. A fauna e a flora nobilitam-se em formas ornamentais de linhas elegantissimas, como que coadas por um tamis heráldico coetaneo das suas interpretações ideativas: a sua retina vê espontaneamente a linha-resumo que se contém no garbo da planta e na atitude do animal e surpreende os contornos da natureza na sua íntima significação, para pela beleza os traduzir em harmoniosas sinteses.

Os ocidentais é que não viam isto, querendo simplesmente aproveitar as maravilhosas qualidades técnicas dêsses mágicos obreiros das artes do fogo para lhes imporem os seus temas decorativos, regeitando-lhes as suas intrínsecas e raras qualidades nativas e levando um pincel de concepções graciosas, uma vi-

são especificadamente diversa, a sugeitarem-se a cópias escravas, naturalmente timidas e quási sempre hesitantes.

Vê-se nestas imposições, flagrantemente, a diferença fundamental entre as regras naturalistas e os principios ornamentais, entre as formas analiticas e as

formas sintéticas. Ora essa divergência de critérios manifesta-se no prato de porcelana que damos aqui em gravura, interessante pelo assunto, demonstrativo pela maneira, no qual o china meticuloso transcreveu com paciente escrúpulo a aguarela que lhe remeteram da longinqua Europa, longinqua geograficamente não menos do que decorativamente. É uma alegoria do auspicioso consórcio da Rainha D. Maria I com seu

tio D. Pedro, alados em apoteose olimpica num medalhão, diante do carro triunfal de Juno, deusa ciosa dos tálamos felizes, dos matrimónios severos. Dois pavões, simbolo das uniões nupciais, puxam o carro de estilo *rocaille* onde a deusa se senta magestaticamente, de sceptro e corôa, segurando na mão esquerda uma filactéria, onde se estampam em letras de oiro os nomes dos reais esposos. Uma auréola de nuvens, desenrolando-se em grosseiras volutas azuis, envolve a composição num tom que contrasta pela falta de brilho no seu esmalte com o maravilhoso azul das loiças dos países do sol levante. É que em desenhos e côr sente-se aqui o pincel subjugado á cópia fiel da miniatura enviada de Portugal, á minuciosidade caligráfica do desenho, á preocupação da semelhança das régias fisionomias, ao movimento sêco das nuvens brochadas sem fluidez e de contornos duros, lembrando os rôlos de algodão em rama polvilhados a azul, que se põem nos andores de aldeia aos pés das nossas santas de róca. Como estão longe as nuvens vaporosas roçando as montanhas altívolas nas paisagens de grande estilo que adornam o bojo dos ricos jarrões chineses! Além disso, o pintor oriental não dá claro-escuro ás fisionomias dos seus personagens, reduzindo-as como os antigos egipcios ás linhas dos contornos; ora os três bustos da nossa peça, são modelados em esbatidos de côr na face e no colo com o esfôrço escrupuloso de quem copiou um modêlo. Para se ver a distancia que separa uma inspiração decorativa pobre e a riqueza de um espirito organicamente ornamental, basta bem pouco, um quási nada — os dois ténues rosários a verde e oiro que formam no prato da nossa reprodução os filetes da bordadura. Há um contraste flagrante entre estas pinceladas subtís mas livres, minúsculas mas espontâneas, e os recortes artificiais, sem vivacidade e sem estilo, do desenho

ocidental, que pretende dar a noção da riqueza apenas pela intensidade das côres e a rutilancia dos oiros.

Êstes temas europeus foram freqüentemente enviados para a China durante o século XVIII, scenas pastoris e coloquios em parques aristocráticos, assuntos biblicos, retratos, brazões, sentindo-se na sua cópia a falta de liberdade no traço, o cuidado no pormenor secundário, sinal de que semelhantes motivos eram verdadeiros enigmas para a visualidade do ceramista oriental: o enleio é evidente, a incompreensão manifesta. Êste da nossa gravura contem-se numa rara peça de serviço destinada certamente a celebrar os esponsais principescos, sob o patrocínio de Juno, esposa fiel apesar da inconstância de Júpiter. Que espécie de serviço seria êste de que tão raros exemplares aparecem nas mãos dos coleccionadores? Na realidade, serviço de uso ou peças de valor meramente comemorativo como os pratos do banquete das festas ao monumento do Terreiro do Paço, nos quais Pombal mandou estampar a estátua de D. José? É certo que o casamento se fez no último período da doença do rei e bem pouco a contento do Marquês, circunstâncias pouco asadas para cerimónias de ruidosa pompa e exaltações festivas. Além disso, a China é longe e a encomenda devia levar meses a chegar á metrópole, desembarcando por certo depois que D. Maria, tendo cessado a regência pela morte de seu pai, foi aclamada rainha. Todavia, mesmo que esta interessante porcelana não estivesse presente na celebração nupcial, ela foi seguramente encomendada pela côrte para comemorar o consórcio régio, e faria possivelmente a sua aparição em qualquer festa palatina posteriormente realizada. Em todo o caso, têm a palavra os especialistas.

João Barreira.

UM "MODESTO" JANTAR DOUTROS TEMPOS

> O mais estremado comilão de hoje desfaleceria a meio dum daquêles pavorosos banquetes de quarenta e oito pratos . . .
>
> MATOS SEQUEIRA — *Depois do Terremoto.*

A época que vamos atravessando, em que as dificuldades da vida obrigam tôda a gente a uma grande economia, limitando-se os jantares apenas a sopa e dois pratos nas casas abastadas e apenas a um prato nos lares modestos, não deixa de ser interessante ver e principalmente admirar, como os nossos avós se alimentavam. Ao lermos na *Arte de Cozinha de Domingos Rodrigues, Mestre da cozinha de S. Magestade* (Lisboa, 1765), um «menu» dos mais *modestos* dessa época, preguntamos a nós mesmos: mas onde albergavam êles tudo aquilo?

Um amigo meu dizia um dêstes dias: «Dá-me a impressão de que eram de lata, ôcos e que se vinham enchendo desde os pés...». Realmente, assim parece.

Não podemos hoje compreender que dentro dum estômago pudesse caber tanto; e temos ainda de meter em linha de conta os líquidos, também geralmente abundantes.

Já não eram as rudes comesainas do Rocio, que Fernão Lopes nos descreve, no tempo de D. Pedro I: montes de pão, tinas de vinho, vacas inteiras assadas no espêto; nem os já mais pragmáticos jantares do tempo de D. João II, em que à mesa de El-Rei, como conta Garcia de Rèzende, «veio uma carreta dourada, puchada por dois grandes bois, assados inteiros (!) com os cornos, mãos e pés dourados, e o carro vinha cheio de carneiros assados inteiros... E depois, pavões assados com tôdas as penas, e tôda a sorte de aves e caças, manjares e fruta, tudo em grande abundância.

Era apenas um *modesto* jantar com 10 serviços e 10 acompanhamentos; mas não vá o leitor imaginar que os acompanhamentos eram batatas, ervilhas, ou qualquer outro legume. Não; eram pratinhos de azevias, bogas ou salmonetes fritos em toucinho! Isto era o acompanhamento; porque o conduto eram *só* cinco pratos de pombos dourados, sôbre sopa de tutano, guarnecidos com talhadas de línguas fritas e miolos albardados. Só êste prato e o seu acompanhamento representam hoje um lauto jantar, capaz de atafulhar o célebre comilão de Almada, de empanzinante memória. Pombos, sôpa de tutano, talhadas de língua frita, miolos albardados e bogas ou salmonetes — cinco pratos! Tal serviço, que há 164 anos era um insignificante prato dum vulgaríssimo jantar, seria hoje o jantar completo dum Rotschild.

Os funestos resultados dêstes pantagruélicos ágapes, aí está a geração de hoje a sentí-los; geração in-

toxicada de artríticos e reumáticos, que êste rifão tão bem explica:

> Os êrros dos avós,
> Fizeram-nos êles,
> Pagâmo-los nós.

Mas já naquele tempo havia quem aconselhasse mais retenção à voracidade. Ouçamos o poeta satírico Couto Guerreiro, cujo volume de *Satiras* é uma preciosa contribuição para a vida e costumes do século de setecentos:

> Nunca á meza estarei junto á cadeira
> De gente, que enche o ventre de maneira,
> Que eu tomara algum sabio, que me diga
> Se aquillo he cemiterio, se barriga.
> . . . .
> Defronte me vou pôr: he huma graça
> Ver como huma alma destas desengaça!
> Trinta cubertas vem; a conta certa
> He dar-lhe hum prato bom cada cuberta:
> Enche bem, mas merece que se veja
> Aquella promptidaõ com que despeja;
> Ninguem dá no comer melhor despacho;
> Duas voltas na boca, e logo abacho.

Discorre sensato sôbre a sorte dos glutões, que muitas vezes morrem

> Com colica, que dar-lhe morte póde,
> Se aberto o ás de copas naõ acode:
> Mais discreto he que o dono, que este trata
> De matar-se, e elle a vida lhe dilata,
> Mas posso a taes glotões dar por má nova,
> Que se elle se fechou, abrio-se a cova (1).

---

(1) *Satiras em desabono de muitos vicios.* — Lisboa, 1786 — págs. 155-157.

BANQUETE DE FIDALGOS (DUMA TELA ANTIGA)

Mas transcrevamos o *menu*:

«1 — Sinco pratos grandes de gallinhas recheadas sobre sopa dourada, guarnecidas com torresmos de prezumto.

Vinte pratinhos de descaídas, e oveiros de gallinhas.

2 — Sinco pratos de cabrito assado lardeado sobre sopa de queijo.

Vinte pratinhos de torresmos de prezumto, e lingoas de carneiro.

3 — Sinco pratos de ades (1) assadas com potagem, guarnecidas com maõs de carneiro albardadas.

Vinte pratinhos de salchichas de prezumto.

4 — Sinco pratos de peito de vitella recheados com maçã de vaca, guarnecidos com talhadas de ubre de vaca albardadas.

Vinte pratinhos de maõs de carneiro de geléa.

5 — Sinco pratos de peruns de molho de salsa real, guarnecidos com frangaõs fritos de escabeche.

Vinte pratinhos de talhadinhas de cabeça de vitella em achar.

6 — Sinco pratos de pombos dourados sobre sopa de tutanos, guarnecidos com talhadas de lingoas fritas, e miólos albardados.

Vinte pratinhos de azevias, ou bogas, ou salmonetes fritos em toucinho.

7 — Empadas Inglesas de todas as carnes.

Vinte pratinhos de pastelinhos de boca de dama de galinha.

8 — Tortas de toda a fruta do tempo, com ovos reaes de folhado Francez.

Vinte pratinhos de talhadinhas de cidraõ assado, com açucar, e canella.

---

(1) **Ádens, patos reais.**

9 — Sinco pratos de olhas Franceza *(sic)* de toda a variedade de carne.

Vinte pratinhos de pastelinhos de manjar real descubertos, com açucar de pastilhas por cima.

10 — Sinco pratos de fruta de ciringa, feita de manjar branco.

Vinte pratinhos de pastelinhos de nata.

Este banquete na fórma em que está, serve para vinte pessoas; cada iguaria a sinco pratos com hum pratinho a cada pessoa; tambem se pode accrescentar, ou diminuir."

Agora vamos ao balanço do *menu:*

Galinhas recheadas, sopa dourada, torresmos de presunto, descaídas, oveiros de galinha, cabrito assado, sopa de queijo, línguas de carneiro, aves assadas, mãos de carneiro, salchichas de presunto, peito de vitela recheado, úbere de vaca albardado, mãos de carneiro de geleia, perus, frangos, cabeça de vitela, pombos dourados, sopa de tutano, língua frita, miolos, salmonetes, empadas de toda a carne, pastelinhos de geleia, torta de fruta, ovos reais, cidrão assado, ôlhas francesas de carne, pastelinhos de manjar real, fruta e pasteis de nata.

Ao todo, 30 iguarias...

É de advertir que os dôces eram admiráveis obras de arte, concebidas por verdadeiros talentos ignorados.

A páginas 249 vem o *menu* de um banquete para um Embaixador. Nem me atrevo a transcrevê-lo, porque os leitores não acreditariam. Os que tiverem curiosidade de o conhecer, folheiem o referido livrinho, que não perdem o seu tempo. Fica uma pessoa empanturrada só de o ler. São seis cobertas (!!!) sendo a primeira de sete pratos, a que poderiamos hoje chamar o *hors d'oeuvre;* a seguir trinta pratos de diversas iguarias e depois dez variedades de doce e nove de frutas. No fim, chocolate.

E, para terminar, não resisto a recortar êste bocadinho de prosa com que Mestre Domingos Rodrigues termina o banquete do Embaixador:

«Nesta mesma fórma poderáõ continuar os mais comeres, com que no nosso Portugal costuma a Politica Real hospedar os seus Embaixadores com seis comeres, trez ceas, e trez jantares; principiando sempre pela cea, e acabando por jantar, com que os demais comeres se seguiràõ pelo mesmo modo, assim na qualidade dos pratos, como tambem na quantidade das cubertas...»

Que estômagos!!!

A. DE GUSMÃO NAVARRO
DA ASS. DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES.

MARQUES DE OLIVEIRA GRAVADOR AGUAFORTISTA

EALIZOU-SE há pouco, no Pôrto, uma exposição da obra de Mestre Marques de Oliveira; como nela não figurava, porém, prova alguma das suas águas-fortes, aproveito a gentileza do oferecimento da *Feira da Ladra* para, nas suas páginas hospitaleiras, prestar a minha homenagem, aliás bem modesta, ao saudoso artista, apresentando-o sob o aspecto inédito de gravador àguafortista.

Foi, por certo, a sedução dos negros profundos e da variada gama de tonalidades que o processo da água-forte proporciona, que levou Marques de Oliveira a lançar mão dêle para a reprodução de, infelizmente, só três das suas obras, segundo pude averiguar.

E, assim, o artista procurou e conseguiu, pelo menos na prova que vai reproduzida e que pertence ao

Ex.^{ma} Sr. João de Albuquerque, do Pôrto, exprimir, com intensidade, contrastes violentos de tons que dificilmente obteria por outro processo.

A gravura, que mede 0,^{m}119 $\times$ 0,^{m}084 tem, nas costas, a seguinte dedicatória a lápis:

Ao seu Am.° Xavier Pinheiro
Off. Marques d'Oliveira

e apresenta-nos o retrato de Manuel da Fonseca Pinto, Director da Academia Portuense de Belas Artes e Professor de Escultura.

Fonseca Pinto, que faleceu a 5 de Outubro de 1882, tendo exercido o professorado durante cerca de 50 anos, executou muitas obras de escultura, sobretudo religiosa, como uma Nossa Senhora do Loreto existente em Lisboa na Igreja desta invocação.

São também de sua autoria um baixo relevo em gesso, «A Morte de Ignez de Castro», existente na Academia Portuense de Belas Artes e muitos retratos litografados e em miniatura.

VASCO VALENTE.

POETISAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XVIII

Na maré vasa literária do século XVIII vieram á tona e á tuna cardumes de poetisas e poetastras. Raras tiveram, como *Alcipe* e *Caríntia* — a marquesa de Alorna e a viscondessa de Balsemão — o sentido e o sentimento da poesia. As restantes, salvante uma que outra excepção, destamparam a graslhar disentèricamente, em deslavada prosa rimada ou em insípidas e salôbras toantes, esgadanhando a brotoeja versejatória.

Um exemplo: no *Parnaso festivo*, burundanga estopante em louvor da madre Maria Izabel Gorgel do Amaral, ao ser eleita abadessa, lê-se êste período: «Humbreava em talento com Minerva, já no elevado dos conceitos com que falava, já no elegante estilo com que escrevia, já finalmente no sonoro dos metros com que tocando de Apolo a lira doce ou emudecia

o Parnaso a escuta-la ou se sospendia Aganipe a atende-la.»

Outro exemplo. De certa freira literata escreve *Damião de Froes Perym* (Fr. João de S. Pedro); «Com os ventos dos aplausos que lhe davam caiu desvanecida na vangloria de poetisa com grave descuido nas obrigações do estado, pelo interesse do estudo». O frade, neste periodo, corre parelhas com a biografada.

Os exemplos são às dezenas... E não vale a pena citar já aquela *Castalia metrica* de louvores à régia freira D. Luisa de Moura quando foi eleita abadessa de Odivelas.

Quem não estiver satisfeito, pode dessedentar-se no *Theatro heroino*, ou ainda no *Portugal illustrado pelo sexo feminino*, de Diogo Manuel Aires Arouca.

Luís Augusto Palmeirim deixou nas páginas da velha *Illustração Portugueza* estudos de muita valia para um trabalho que preparava: *No convento e no seculo* (prosadoras e poetisas portuguesas do séc. XV a XVIII).

A sr.ª D. Teresa Leitão de Barros ainda recentemente publicou um valioso estudo crítico sôbre escritoras portuguesas.

Isto que vai ler-se, são apenas singelas notas à margem...

I

ARCANGELA MARIA DA ASSUNÇÃO

Professou no convento de Nossa Senhora de Marvila, das freiras brízidas, em 22 de Agosto de 1730. Era filha de Vicente Ferreira e de D. Antónia Maria de Faria e Sousa. Corria-lhe, ao que parece, ainda nas veias o sangue do poeta da *Fuente de Aganipe*.

Alguns, poucos anos, após a profissão, compôs em oitavas hendecassílabas um auto pastoril do Natal,

que foi representado no seu convento e que em 1737 foi «dado á estampa com notas por hum seu obrigado». Diga-se em boa verdade que essas notas são de somenos importância: são pequenas anotações à margem, de textos sagrados e de doutores da igreja, textos que derramam um fartum erudito por sôbre as 33 oitavas, a relanços enfáticas, mas pitorescas.

Intitula-se o folheto *Festivo applauso em que huma religiosa como pastora e os anjos como musicos, no convento de N. Senhora da Conceição das Religiosas da Senhora Santa Brigida, no sitio de Marvilla, celebrou o nascimento do Menino Jesu.* É um 8.º de 21 páginas impresso em Lisboa por José António da Silva. De páginas 3 a 16 o texto da peça; de 17 a 21 correm 5 sonetos, os três primeiros, feitos plausivelmente por outras religiosas em louvor do Menino Jesus e da autora e os dois restantes da autoria de soror Arcângela.

O sr. Joaquim de Vasconcelos, nos *Musicos Portuguezes* (I, 16) a propósito dêste «canto pastoril com caracter religioso», escreve: «Ignoramos se a religiosa auctora dos versos, tambem foi quem escreveu a musica para os coros e para umas peças soltas em forma de recitativo que se encontram no poema. É provavel que assim fosse, pois n'aquelle tempo estava a educação musical muito generalisada nos conventos».

Seis anos depois, em 1876, lê-se no *Diccionario Popular* (II, 361): «Compositora portugueza que viveu no seculo XVIII. Escreveu a letra e a musica de um canto pastoril que foi executado no convento de Marvilla e impresso em 1738. Tinha recitativos e córos. Parecé que uma religiosa como pastora recitava os versos e outras como anjos cantavam nos córos.»

Além de errar a data da impressão, o autor anónimo do artigo copiou mal e transformou uma conjectura, aliás plausível, numa realidade, afirmando

perentòriamente que soror Arcângela fôra compositora.

Pelo contrário, quando o sr. Joaquim de Vasconcelos afirma, com a certeza que lhe vem de ter lido a peça, que «as oitavas eram recitadas pela pastora ou zagala, e de vez em quando interrompidas pelos córos e recitativos», o anónimo, que não viu a obra, arrisca um oscilante «parece».

Nos *Musicos*, diz-se ainda que «os versos são muito ingénuos». Disto me permito discordar. São, de facto, talvez ingénuos pela ideia e uma que outra vez na forma, mas na generalidade enfermam do gongorismo da época.

Aqui fica a prová-lo esta oitava, amostra flagrante de culteranismo, jogos de palavras, locuções confusas, anfiguris, desconchavos métricos:

> Metamorfoses sacras e admiraveis
> Distantes termos, quanto incompreensiveis
> Vejo unidas com modos inefaveis
> Só aos olhos da Fé indefectiveis.
> Finito e infinito ? Inexplicaveis
> Saõ num sugeito, por incompativeis
> Pois como vós, amores, estou vendo
> Incompossiveis tais que os naõ entendo ?

Como o folheto não é vulgar, vale a pena descrever a peça.

Ao correr da cortina canta um anjo o *Evangelizo vobis*... Terminado êste, um côro de anjos, composto sem dúvida de noviças e freiras novas, canta o *Gloria in excelsis Deo*. Em seguida entra em scena uma freira (talvez a autora) em traje de pastora, com um adufe a tiracolo e em recitativo vai dizendo 12 oitavas — um monólogo, com que visiona andar em busca do Menino Jesus, porque

> Quer quem ama ao amado andar unido,

e, como o não encontra por mais que o busque, em certo lance volta-se para as freiras e exclama:

> . . . Digam, minhas rosas
> Nada dizem ? Olhem as sofregas, golosas
> Dissimuladas saõ, bem as conheço.

E, como elas nada digam, resolve resoluta:

> Busca-lo vou, e acha-lo he infallivel.

Logo um anjo canta uma frase em latim e o côro responde em uma quadra:

> Fia de Deus na palavra
> Zagaleja, espera, espera
> Deus naõ falta, sê constante
> Naõ desmaies, põe-te alerta.

De repente uma luz forte lhe fere os olhos:

> . . . Mas ay que luz! que raios
> Tudo assombrosos saõ de gloria ensaios.

Descobre-se o presépio todo iluminado e o côro canta o *Gloria in excelsis* e a seguir uma quadra.

Enche-se de alegria e de doçura a pastora e vai dizendo tôda a sua admiração e encantamento, até que se aproxima mais do presépio:

> Que contemplo ? Prodigio he relevante
> Contraditorios tantos num suposto
> Immenso e limitado num composto!

Donde se infere que a pastora ficou tão destampada que já não sabe o que diz. Depois cai em si e em linguagem simples vai rendendo finezas ao Menino Jesus

> Meu Ay-Jesus só quero que sejais

(trocadilho que deve de ter inflamado as freiras mais discretas).

Vai oferecendo tudo quanto tem e por fim o coração, numa singeleza terna:

> Entrega tomai delle, e se he ingrato
> Derretei-o em amores de contrito.

Invoca a virgem e S. José, que vê no presépio e promete oferecer ao Menino, para que êle não saia mais do convento

> Candidos lirios . . . bellas rosas

e, apontando as freiras:

> Lirios e rosas saô estas esposas

e, à maneira dos entremeses, à Madre Abadessa e freiras diz:

> Adeus tambem adeus, minhas Senhoras
> Madre Abadessa, adeus, já me despeço
> Suponho enfadaraô tantas demoras
> Mas se enfado causei, perdaô lhes peço
> Naô reparem, saô cousas de pastoras
> Rustiquezas de hum monte, e assim mereço
> Naô façam dos meus erros algum caso
> Pois meu monte naô he o mons Parnaso.

Pega então do adufe e toca, dança e canta cinco quadras em espanhol, a primeira das quais é

> Adios amor, mio
> Yo voy de partida
> Allá queda el alma
> Y acá vós mi vida.

e a última:

> Voy-me a mis aldeas
> Hecha siganita
> Por dezirle a todos
> Su tan buena dicha.

E corre-se a cortina... Acabou o auto.

Por estas largas transcrições se poderá avaliar do mérito do auto e da autora.

Como quer que seja, é uma amostra curiosa de teatro conventual.

É de crer que soror Arcângela tivesse escrito outras composições semelhantes, mas até nós não chegou o mínimo vestígio.

JORGE DE FARIA.

ALFABETO CURIOSO

NDOU, aqui há bons 50 ou 60 anos, muito apregoado e divulgado o sistema do alfabeto ideográfico, que coagia a memória das crianças a recordar as letras, á vista da representação dum animal ou dum objecto cujo nome começasse por igual som.

Ora é bem mais antigo o sistema: já precisamente há 90 anos, isto é, em 1839, êle era conhecido, como se vê das gravuras que vão juntas a esta nótula, tôscamente abertas em madeira.

Um relanço de vista, ainda a de somenos prática, a êstes dois xilos, recua-lhes a origem, pela certa, ao último quarto do 18.º século.

Figuram êles no livrinho in-16.º *Doutrina Christã ordenada á maneira de Dialogo para ensinar os meninos, pelo P. Marcos Jorge, Doutor em Theologia, acrescentada, e emendada pelo P. Ignacio Martins, Doutor*

ALFABETO IDEOGRÁFICO
(Tamanho do original)

Theologo — Lisboa 1839: Typ. de Antonio Luiz d'Oliveira — Portas de Santo Antão, n.º 9.

Êste acrescentador e corrector é o célebre Padre Inácio, cuja fama chegou ao nosso tempo.

A explicação das figuras consta do mesmo livrinho e é a seguinte:

DECLARAÇÃO DAS FIGURAS DO A B C

A. Arvore. B. Besta. C. Cesta. D. Dado. E. Espelho. F. Fogareiro. G. Gato. H. Homem. J. Jarro. K. Kagado. L. Livro. M. Mocho. N. Nao. O. Olho. P. Pente. Q. Quadrente (sic). R. Rapoza. S. Serêa. T. Thesoura. V. Viola. Z. Zodíaco.

É evidentemente impedagógico tal processo de ensino, começando pelo facto de as crianças desconhecerem por vezes os objectos que as figuras representam. Poucas crianças sabiam, por certo, (e dificilmente lhes acudiria no momento preciso, mesmo com prévio ensino) que cousa fôsse um *quadrante*, uma *sereia*, um *zodíaco*; e, principalmente, *besta* (palavra e objecto em desuso desde a idade mêdia, de mais que provável confusão com *bêsta*)...

Êstes e outros defeitos de origem provocaram a caducidade de tão pitorescos alfabetos.

C. M.

ORIGEM DA ALCUNHA "DEUS DARÁ"

AVIA no Estado de Pernambuco (occupado injustam.te á tantos annos dos Hereges Holandezes) hum homem m.to rico, e afazendado por nome M.el Alvarez, o qual vendo o aperto dos soldados, e que a fazenda Real faltava com o socorro aos soldados distribuhia por elles munto de sua fazenda, athe q. estando ja muito falto, e atenuado, dizia aos soldados, q. lhe hiaõ pedir, Deus Dará, e a sim os conçolava, athe q. entre os soldados lhe chamavaõ por alcunha ja o Deus Dará, dizendo huns a os outros vamos ao Deus Dará, e daqui foi q. tomou o apelido, q. entre os soldados hera alcunha.

Este M.el Alveres Deus Dará servio muito bem a

ElRei nas d.as (1) partes de Pernambuco nas guerras, q. ahi havia com os Olandezes, naõ só com sua fazenda, mas taobem com sua pessoa, q. pormais de quatro annos ajudou a sustentar o exercito com mantim.tos condozidos d'outras partes com seu dinhr.o, em tempo q. a fazenda Real se achava com menos rendim.tos; sahindo fora das trincheiras ao campo com evidente risco procurar farinhas, e carnes em abundancia, comçumindo seus bens em q.to duráraõ as guerras nas Cappitanias do Norte no Brazil, por lhes acodir com alargueza, q. sempre fez, assistindo com m.ta carid.e na cura dos enfermos, e feridos, sustentando Cavallos, Criados, e Escravos, buscando com seu credito dinhr.o emprestado sobre sua palavra, e com igual valor ao zello com q. sempre sevio proceder pellas armas qd.o foi necessario pelejar com os Olandezes, e particularm.te omostrar, hindo com m.ta gente sitiar o Arraial, e dar assalto na Villa de Iguaracia, e recolhendo-se depois ao seu quartel, levalo-o inimigo prezioneiro ao arrecife (2), donde com avisos, q. dava, e adevertencias, q. fazia, do q. tinha entendido dos m.os (3) inimigos, apurou mais o zello, e lealdade com q. sempre servio, athe q. sendo descuberto o puzeraõ a tormento, deq. ficou muito mal tratado por ser homem deidade avançada, e cortado dos trabalhos da guerra: Resgatando com seu dinhr.o muita gente, q. os Olandezes renderaõ, e lançavaõ na India, q. por inferma, e fraca provavelm.te pereceria detodo se elle lhe naõ dera Liberdade, provendo soldados de Matalotajem (4) e dam.a (5) maneira aos Religiozos, q. foraõ embarcados

---

(1) Ditas.
(2) Recife (Pernambuco).
(3) Mesmos.
(4) Abastecimento de viveres, quer em navios, quer em tropas de terra.
(5) Da mesma.

p.ª Olanda dando-lhes roupa, e mantim.to p.ª o mar, e em satisfaçaõ de tudo, e do mais, que por sua p.te se reprezentou em rezaõ das grandes dividas com q. se acha contrahidos na continuaçaõ dos serviços referidos, e em resp.to dos q. taobem seu f.º Simão Alveres de Lapenha graduado pella Univercid.e de Coimbra em Canones, obrou porvia das Letras no Brazil, exercendo algu tempo os postos d'Auditor Geral, do exercito de Pernambuco; de Provedor Môr da Fazenda daquelle estado, e de Ouvidor Geral do Rio de Janeiro, e das mais Cappitanias do Sul do m.º (1) Estado, e depois tornar a Pernambuco enviado pello Marquez de Montalvaõ V. Rey, acomonicar com o Conde de Nasaõ (2) alguns negocios importantes desta Croa, procedendo na Missaõ como devia, evindo ao Reino passar a Alentejo e assistir na fronteira de Elvas; e outrossim ceder om.º (3) M.el Alveres da accaõ depoder repetir os emprestimos, q. fez á Fazenda Real nas guerras de Pernambuco.

Houve ElRei por bem de lhe fazer mercé, q. podesse uzar do appelido de D^s. Dará com as armas, q. lhe mandaria declarar; e p.ª o d.º seu f.º Simaõ Alveres do cargo de Provedor Môr da Fazenda no Brazil por seis annos,na vagante dos providos, e depromessa de cincoenta mil reis depençaõ em huma das Commendas, q. se houverem de pencionar da Ordem de Xp.to p.ª os ter com o habito della, q. se lhes tem mandado lançar, e p.ª outro seu f.º, e p.ª q.m cazasse com huma sua f.ª dois habitos de S. Thiago e Aviz, com doze mil reis depençaõ cada hum nas Commendas das m.as Ordens, e do cargo de Provedor da Fazenda em Pernambuco, restaurando-se aquella Praça,

(1) Mesmo.
(2) Nassau.
(3) O mesmo.

depropried.ᵉ p.ª o f.º, genro, ou parente q. elle nomeasse: e a Provizaõ destas Mercês em q. se continhaõ os servissos referidos, foi feita adoze de Maio demil seis centos, e quarenta e cinco annos. Depois desser paçada esta Provizaõ, eporvir a fallesser este M.el Alveres de q. tratamos antes d' as armas lhecerem nomeadas p.ª dellas uzar com o d.º appelido de Deos Dará, senomeáraõ ao d.º seu f.º Simaõ Alveres de Lapenha Deos-Dará, das quaes se lhe passou carta dellas naforma, q. se costumaõ passar as similhantes pello Rey darmas Portugal Antonio Coelho no anno de 1646 no Mez de Setembro (1).

---

(1) Devemos à estremada gentileza do nosso ilustre amigo Dr. Luís de Oliveira Guimarães, delicado artista e erudito amador das coisas do passado, êste curioso manuscrito anónimo, escrito em letra do último quarto do século XVIII. É, certamente, cópia doutro seiscentista, atendendo à referência a Pernambuco, "occupado injustamente á tantos annos dos Hereges Holandezes".

Os nossos agradecimentos e o pedido de que se não esqueça de continuar a prestar-nos a sua optima cooperação.

CARTAS JOCOSAS

I

NTRE os papeis velhos que possuimos (1), encontram-se alguns de certo valor para a história politica e literária do nosso país; e no meio de toda essa papelada, que deve andar por milhares de documentos, na sua maioria cartas de diferentes personagens sôbre variados assuntos, há também algumas em estilo jocoso como a que hoje publicamos na *Feira da Ladra*, onde tem o seu logar marcado por estar na índole desta publicação.

Esta carta, muito engraçada e curiosa, está bem feita; mas dizer o nome de quem a escreveu não é fácil, senão mesmo impossivel. Perde-se no anonimato.

---

(1) Colecção de Martinho da Fonseca.

Da sua leitura, porém, ve-se que o autor, quem quer que êle fôsse, tinha graça e espírito, sendo essa carta muito original pelos termos empregados na sua composição, verdadeira etmologia de ferramenta pertencente ao oficio de carpinteiro.

Também não nos foi possivel averiguar a época em que foi escrita, mas é nossa opinião que se lhe poderá atribuir o princípio do século XVIII.

Eis tudo quanto se nos oferece dizer ácerca da interessante carta, que vai reproduzida como nos chegou ás mãos, avaliando o leitor, depois de a ler, se a pessoa que a escreveu tinha ou não graça e até um certo engenho.

Gatuna, 9 de Dezembro.

Certo official de Carpinteiro, que anda tomando as suas medidas para acceitar de empreitada huma Obra, em que terá que fazer toda a sua vida, havendo experimentado algumas contradições, resolveo declarar-se com todos os instrumentos da sua Arte, o que fez, escrevendo a seguinte Carta.

Minha Senhora, por certo que entendia eu, que chegando a avistar a avultada estancia da sua formosura, acharia nella os compridos barrotes dos seus favores, e as maiores vigas das suas finezas, mas como só encontro com as duras taboas da sua esquivança, quanto mais lhe metto a serra da minha firmeza afiada com a lima da minha deligencia, então tópo mais com os duros nós dos seus desprezos, os quaes fazendo estalar a folha da minha ventura, me fazem quebrar a corda da minha esperança; pois quando me

julgava subido aos altos andaimes da sua estimaçaõ me vejo precipitado das ripas da sua tyrania, e posto no chaõ do meu abatimento, onde junto ao banco do meu triste fado, escavando com a enxó da minha desgraça, os continuos serrafos do meu cuidado, a pesar da juntura da minha efficacia, faço em cavacos o meu coraçaõ; espalhando-os pela terra das minhas tristezas, alli lhe pega o fogo do meu zelo, e ardem em labaredas as aparas da minha lembrança, deixando as vivas brazas em cinzas, para o meu esquecimento.

Porem medindo com o compasso do meu sentido, a dura prancha da sua ingratidaõ, poderá ser que com a plaina da minha constancia, possa desbastar a grossura dos seus desdens, e com o formaõ do meu agrado possa ir abrindo brexa no duro tronco do seu peito, e vendo a senhora a ferramenta das minhas finezas, com que intento trabalhar nas portas dos seus ouvidos, e abrir as formaes janellas dos seus olhos, talvez que entaõ conheça, que as verrumas das minhas instancias, e o martelo do meu affecto, sabem pregar naõ só os tornos dos meus affagos, mas tambem os pregos dos meus carinhos, pela grossa madeira da sua rebeldia, e segurando-me a propriedade da sua gentileza, poderá fazer alguma obra o meu amor; porque lembrando-se a Senhora que a seu respeito tenho gasto o importante jornal das minhas lagrimas, visto tomar de empreitada o querer-lhe bem, irei quebrando as travessas das suas ingratidões, que seguraraõ os postigos dos seus repudios, e entaõ naõ porá mais taixa á minha innocencia.

Deste modo fazendo-me de engonços para a servir farei feixos dos mais extremos, e para a prender irei lançando a regoa e o prumo do meu sentido, em todas as obras do seu agrado, e sendo o meu amor o Bixo carpinteiro, que por sua ventura se disvela, será

tambem o Mestre d'Obras que me ensine a adoralla, para que na prompta mediçaõ dos seus preceitos, veja a Senhora bem avaliadas as obras dos meus serviços, e eu bem pagos os rendimentos da minha obediencia &.ª.

(Assinado) *Guilherme da Serra Madeira.*

UMA RÉCITA DE BENEFICIO HA 86 ANOS

Hoje em dia é caso tão corriqueiro uma récita de benefício, que as mais das vezes passa despercebida no nosso meio artístico e literário. Salvo as festas em homenagem a qualquer grande figura do meio teatral, as demais são fumo que se esvai ao sôpro das últimas palmas que amigos e admiradores tributam no fim de algumas horas consagradas ao homenageado.

Não assim a de que nos vamos ocupar; o caso era raro e causou sensação. Estava-se em 1843; alguns homens de letras, pessoas em evidência no nosso meio culto, tomaram a iniciativa de prestar tributo de gratidão á memoria dum dos maiores artistas que o século XVIII produziu em Portugal e quiçá na Europa. Essa manifestação de aprêço era porisso a reparação de uma injustiça tantas vezes cometida pelos nossos

homens públicos, para com aqueles que não acendendo o facho político, são todavia as únicas figuras que enchendo de gloria o paiz o imortalizam pelo transcorrer dos séculos.

Tratava-se nada menos do que do célebre escultor Joaquim Machado de Castro, ao tempo já falecido. A sua vida de trabalhador incansável, aliada a uma honradez inconcussa, apagou-se entre o olvido dos seus concidadãos e a miseria, companheira inseparavel dos grandes génios. Sobreviveram-lhe duas filhas havidas do seu matrimónio com D. Maria Barbosa de Sousa, que fotam arrastando penosa existência durante os 21 anos que decorreram da morte de seu pai até à data de que estamos tratando. Em idade já provecta habitavam D. Mariana Perpétua de Castro e Sousa e D. Maria Benedita de Castro e Sousa um modesto andar do prédio n.º 73 da rua da Barroca, vivendo de esmolas com que almas bemfazejas lhes pretendiam suavizar, em parte, a atribulada existência.

O facto, tornando-se público chegou, ao conhecimento do Dr. José Feliciano de Castilho, Director da Biblioteca Nacional de Lisboa e tanto bastou, para que no seu espírito se arreigasse o desejo de socorrer essas duas desventuradas. Ocorreu-lhe a ideia de uma récita de beneficio e logo deu execução ao seu caritativo plano.

Foram impressas circulares e dirigidos convites a várias pessoas salientes no meio culto lisboeta. Formou-se uma grande comissão que cumprio cabalmente o seu programa.

A circular que passamos a transcrever evita-nos longas explicações.

„Ill.^mo Snr. Por um artigo biografico publicado na Revista Universal de 17 de novembro de 1842, em que se dá conta das magnificas obras que devemos ao insi-

gne esculptor, Joaquim Machado de Castro, autor da estatua equestre — terá V. noticia do extremo desamparo e penuria em que se acham na sua avançada edade, as duas unicas filhas que delle restam. Tem-se assentado em cumprir um dever nacional socorrendo-as: e é para se tratar do modo porque se hade desempenhar este proposito que se reunirá na Bibliotheca Nacional uma Conferencia no dia 29 do corrente, ás 6 horas da tarde em ponto; conferencia para a qual tenho a honra de solicitar a presença e o conselho de V.

Lisboa 26 de Julho de 1843.

Tenho a honra de ser de V. attento Veneradoı e Criado

(a) José Feleciano de Castilho"

Concorreram ao chamamento pessoas de elevada categoria social e dessa reunião saiu uma comissão formada por José Joaguim Gomes de Castro, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Jacinto José Dias de Carvalho, Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, José da Silva Mendes Leal Jr., Luis António Rebêlo da Silva e Francisco de Sousa Loureiro.

Os trabalhos da comissão começaram sem demora, sendo enviades circulares a varias entidades, oficiais e a particulares, solicitando o seu concurso e auxílio pecuniário. A imprensa, especialmente a *Restauração* e o *Portugal Velho* tornaram-se os arautos que mais poderosamenne contribuiram par o êxito da festa. Artistas de vários teatros vieram espontánea e generosamente oferecer a sua cooperação, sem qualquer vencimento.

O teatro escolhido foi o de S. Carlos e o programa que há anos nos veio ter ás mãos de envolta com outros papeis velhos foi impresso e aqui o reproduzimos.

Por êle vêmos que nessa noite se representou o drama de Mendes Leal, „Os dous renegados" sendo os intervalos preenchidos por numeros de música, canto e dança.

Os jornais não publicaram, nem isso era então costume, a secção elegante, deixando-nos os nomes das pessoas que encheram o vasto teatro, fazendo brilhar a linda sala como variegado dos trajos. Todavia conseguimos saber alguns dos nomes dos espectadores e até de importâncias com que generosamente contribuiram para tão justa reparação.

Visconde de Porto Côvo da Bandeira	19$200
Joaquim José Rolim	19$200
José Feliciano de Castilho	9$200
Fortunato Todi	9$600

Entre a assistência notavam-se:

Os Bispos de Beja e Malaca, os priores das freguesias de Lisboa, os Viscondes de Sobral, Barão de Barcelinhos, condes de Rio Maior, Avilez, Mesquitela, Paraty, Bomfim, o Visconde de Sá da Bandeira, marquês de Valada, Luis Rebêlo da Silva, Rodrigo da Fonseca Magalhães, os Costa Cabral (António e Bernardo) Ernesto Biester e muitos outros vultos em evidência na aristocracia ou na politica.

Do apuramento das receitas vê-se que o rendimento bruto foi de 800$620 réis e a despeza 259$260, tendo sido entregue ás filhas de Machado de Castro a quantia de 541$360 por duas vezes; 400$00 reis em 21 de Agosto e o restante depois da liquidação final.

Ernesto Soares
Da Ass. dos Arqueólogos Portugueses

UMA CARTA DE CAMILO

Damos publicidade a uma carta que o grande escritor Camilo Castelo Branco dirigiu ao falecido conselheiro Júlio Marques de Vilhena, quando êste, em 1873, publicou o seu notável trabalho, que mereceu os maiores elogios da crítica daquêle tempo — *As Raças Historicas da Peninsula Iberica.*

Essa carta, até hoje inédita, é muito interessante; e, porque se refere ao falecido escritor Dr. Teófilo Braga em termos ásperos, o conselheiro Vilhena nunca a mostrou a ninguém, visto que pelos anos adiante uma forte amisade o uniu a Teófilo Braga e teve sempre por êste uma grande consideração.

João Jardim de Vilhena.

Ill.^mo Ex.^mo Sr.

Hontem li um excellente livro portuguez, grave, reflexivo, de mão bem assente e grande fôlego: *Os trez mundos*, de D. Antonio da Costa. Hoje vou continuar esta feliz monção de livros prestadios, lendo este que recebo da delicadeza de V. Ex.ª.

Relançando a vista pelo «Indice», vi que profundos e controversos pontos V. Ex.ª esclareceu. Faz-se mister grande e lucida penetração de espirito para destrinçar do cahos intellectual de T. Braga ideias benemeritas de discussão.

Faço votos porque V. Ex.ª em paga das suas liçoens correctivas, não receba alguma frecha injuriosa das que lhe abarrotam ao vidente do direito o cadoz e o orgulho.

Profundamente agradecido subscrevo-me, com a maior satisfaçãe, de

V. Exc.ia
creado e venerador

Porto, 12 de Maio de 73.

Camillo Castello Branco

VÍBORAS MEDICINAIS

os últimos tempos do destêrro do Marquês do Pombal na vila dêste título, sofreu Sebastião José de Carvalho e Melo duma doença cutânea que o torturava horrorosamente. Para o curativo dessa terrivel enfermidade receitaram-lhe os médicos caldos. . . de víbora. O destlno tem destas ironias. Para curar a doença num homem de grande e incontestável valor diplomático e reformador, mas de coração tigrino, só caldos de víbora!

Se quem me lê tem alguma dúvida sôbre esta asquerosa e exquisita farmacopeia, que só de falar nela se nos arrepiam os nervos, veja a seguinte carta do ouvidor da vila de Pombal e amigo de Sebastião José, que se encontra arquivada na Biblioteca Nacional, secção de manuscritos da Colecção Pombalina, có-

dice 706, fls. 6. Veja isso e pondere como o sangue já pútrido dum coração ferino só podia ser beneficiado pelos caldos de víbora, que é um dos nossos mais terriveis repteis; mas os caldos não fizeram bem ao Marquês.

Segue a carta:

Snr. Simaõ de Oliveira da Costa Almeida Osorio

O Marquez de Pombal meu Senhor, lembrando-se sempre com o mais distinto reconhecimento da constante amisade que sempre tem achado em V.ª S.ª, lhe manda participar desde o leito, onde ainda se acha impossibilitado, que, pelo geral e uniforme parecer de todos os medico e mais doutos de Lisboa e de Coimdra, o mais adquado, ou o unico remedio que pode fazer cessar e escressão cutania, que tanto o tem incomodado e impedido consiste na continuacão de uzo dos caldos de vibora. E tendo achado boa informaçaõ de que os districtos de Vide do Monte e Acedassa abundaõ na produçaõ das referidas viboras, de sorte que Jaronimo Joze Castelo tem segura memoria de ouvir repetidas vezes a seu pae Joze Gonçalves Pelicano, que elle havia sido o conductor de dois caixões das mesmas viboras que da Corte lhe mandáraõ transportar a Lisboa para remediõ do Senhor Rei Dom Pedro II; manda o dito senhor pedir a Vossa Senhoria tenha a bondade de fazer logo encarregar os homem daquellas partes que lhe parecem mais proprios para colherem o maior numero das mesmas viboras que lhe for possivel descobrirem, pagando-se-lhe cada uma dellas por preço vantajoso e tal que lhe excite a curiosidade de as buscarem e recolherem.

Refere o mesmo Jeronimo Joze Castelo que o modo de que se tinha uzado para se apanharem as taes víboras, fora o de se espalharem pelos logares onde ellas costumaõ andar, pratos cheios de vinho, porque tendo ellas hum grande fáro, logo que lhe da o cheiro delle, o vêem beber aos pratos e ficaõ junto delles bebadas, e adormecidas, de sorte que sem dificuldade se vaõ apanhando com huma tenaz de ferrô ou de pau e recolhendo em qualquer panela da qual se devem passar imediatamente ao caxaõ.

Tambem consta que nas terras de Ribacôa ha huma grande abundancia das mesmas viboras, e que os caldos dellas teem produzido muito uteis effeitos naquellas partes' E dependendo delles a saude do dito Senhor, he desnecessario lembrar a Vosso Senhoria, que se naõ deve poupar despeza alguma, porque todas seraõ insignificantes quando se compraram com o objecto dellas.

Vae logo o caixaõ em que devem ser transportadas as viboras logo que chegarem ao numero de duas ou trez duzias dellas, formada na figura de gaiola, porque morrem logo que lhe falta o ar no qual e em farelos de trigo consistem os seus unicos sustentos. O mesmo Jeronimo Joze passa letra pelo portador desta ao Correio-Mor dessa cidade Manoel Teixeira de Carvalho, para assistir com todos os pagamentos necessarios aos interessados nos bilhetes que Vossa Senhoria lhe mandar expedir. A mesma ordem expede a seu irmaõ Joaõ Gonçalves Castelo, morador no Lamegal, que parece será proprio para as diligencias de Ribacôa, ficando na visinhanca daquelas terras, e sendo natural que conheca as gentes dellas. O mesmo Joaõ Gonçalves pode ser encarregado da conducçaõ das mesmas viboras a esta villa para que as traga com todo o cuidado, de sôrte que nem lhes falte o sustento dos farelos nem suceda entortarem-se os arames da

gaiola, de modo que nelles haja alguma abertura que por descuido lhes dê occasiaõ de fugirem. Sobretudo supplico a Vossa Senhoria que me escuze de ceder em outrem a honra de escrever esta carta de maõ-propria em razaõ de me achar impedido por hum dos grossos defluxos que no presente mez tem incommodado gravemente a quasi todos os moradores desta villa.

Sempre V. S.ª me achará ás suas ordens com a mais obsequiosa e mais prompta vontade para tudo o que fôr do seu agrado e serviço.

Deus guarde a V. S.ª muitos annos.

Pombal, em 14 de Abril de 1780.

Maior Venerador e captivo de V. S.ª

O Ouvidor de Pombal.

Ninguém faca mal à conta de lhe vir bem. Os últimos anos de Sebastião José foram um martírio constante, moral, material e físico. Morreu torturado lentamente, exaurindo gôta a gôta o fel do seu cális, que o teve e bem grande.

São assim as glórias e vaidades do mundo!

Frei Luís da Soledade

TRÊS MONARCAS ORIENTAIS MORADORES EM LISBOA

o século XVII tenho notícia de terem residido em Lisboa, três monarcas de países longínquos: o rei de Pegu, o príncipe de Candi e o rei das Maldivas.

O primeiro — Salvador Ribeiro de Sousa, minhoto aventureiro que repetiu no Pegu contra as tropas do rei de Arakan a facanha de Duarte Pacheco no Passo de Cambalão — depois de ter renunciado à soberania que realmente exerceu, oferecida pelos naturais deslumbrados pela sua bravura de lenda, voltou para Portugal, deixando a Felipe de Brito Nicote a «glória de mandar” no pequeuo reino oriental e a contigência, que se tornou em realidade, de morrer empalado como justo prémio das suas traições e velhacarias. Salvador Rtbeiro, desembarcado em Lisboa, não como rei que fóra mas como esquecido conquistador, escolheu o então aristocrático Bairro-Alto para residir.

Em 1630 morava na rua das Parreiras, perto da

igreja da Encarnação, na companhia de dois índios seus escravos, um chamado João de Sousa e outro Francisco de campos. Dizem que o rei do Pegu foi

BRAZÃO DE D. JOÃO, PRINCIPE DE CANDI
(Existente no Museu Arqueológico do Carmo)

morrer à sua aldeia natal em pleno Minho, mas nada existe que o prove.

O príncipe de Candi — vulgarmente diz-se Cândia, que pode levar ao êrro de supor-se soberano da formosa ilha mediterrânica — chamava-se D. João e viera para Portugal, abandonando a velha capital de Ceilão,

onde era o seu principado, no primeiro têrço de seiscentos. Quem o trouxe para cá foram os franciscanos missionários que o cristianizaram e a quem o príncipe asiático pagou a dívida da fé, construindo-lhes um convento em Telheiras, cujas ruínas ainda lá estão. O soberano de Candi faleceu na sua residência da rua da Moiraria no primeiro de Abril de 1642, sendo o seu óbito registado nos livros de Santa Justa e o seu corpo negro levado a Telheiras, onde se lhe lavrou um túmulo.

O terceiro monarca oriental foi Luís de Sousa da Silva, rei das Maldivas, coroa já então hipotético a que sucedera à princesa herdeira D. Inês de Vasconcelos, sua mãe, casada com um português estreme, Sebastião Tavares de Sousa. Esta D. Inês herdara-a, por morte de seu irmão D. Felipe, de seu pai, o autêntico soberano dessas ilhas orientais que viera para Portugal, já cristianizado, em 1551, e de sua mulher D. Francisca de Vasconcelos, fidalga da família portuense dos Leites Pereiras.

D. Luís de Sousa da Silva, que era neto do soberano tornado á fé católica, veio para Portugal em 1641, tendo-o D. João IV tratado e recebido como a um verdadeiro príncipe, distinção a que D. Luís correspondeu indo ocupar um pôsto de honra no exército do Alentejo por ocasião das lidadas campanhas da restauração, abandonando a sua tranquila casa em Lisboa, que ficava no bairro do Carmo junto à igreja do Sacramento.

Tais foram os três exóticos monarcas que, como particulares, viveram e residiram nesta cidade de Lisboa que, no século XVII, ainda, era como disse Fernão Lopes, *de desvairadas gentes.*

MATOS SEQUEIRA
DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS

UM EDITAL DE PINA MANIQUE

ORTUGAL, nos fins do século XVIII, não estava ainda de todo limpo de bandoleiros. Não eram já, é certo, aqueles ferozes salteadores medievais, amaltados em verdadeiras guerrilhas, contra quem eram impotentes as legislações repressivas de D. Denís e do Rei Justiceiro. Então, a pequena população do reino, as contínuas lutas internas e externas, sobretudo a falta de grandes vias de comunicação e as florestas que cobriam dois ter os do território, favoreciam os caçadores de viajantes transviados e desacompanhados de homens de armas.

No tempo em que o documento abaixo transcrito foi afixado nas esquinas da Lisboa da Senhora D. Maria I, Portugal, apesar da insuficiência de estradas e policiamento, já não era o tremebundo e incerto ter-

ritório que se percorria outrora entre chuços e bacamartes, com testamento aviado antes de sair de casa. Tinham passado da administração pública os D. João II, os Castelmelhor, os Marquês de Pombal.

Diogo Inácio, o benemérito fundador da Casa Pia, o iluminador das ruas de Lisboa, Mecenas de sábios e de artistas, alguma coisa fêz por seu turno. Se os ladrões dos Aciprestes e de Sete Rios foram ganchados, certamente só para espernear na forca lhe terão saído das unhas.

C. M.

DIOGO IGNACIO DE PINA MANIQUE, FIDALGO DA CASA DE SUA MAGESTADE, DO SEU CONSELHO, E SEU DESEMBARGADOR DO PAÇO, INTENDENTE GERAL DA POLICIA DA CORTE E REINO, ADMINISTRADOR GERAL DA ALFANDEGA MAIOR DESTA CIDADE DE LISBOA, E FEITOR MÓR DAS MAIS DO REINO, &c.

Faço saber a toda a Pessoa que vier declarar a esta Intendencia em segredo quem saõ os Ladrões, que roubáraõ na noute de 25 do prezente a hum Cadete do Regimento de Torres Novas, que vinha em huma seje de aluguer, pelo sitio dos Aciprestes, e atacáraõ outra seje para o mesmo fim no sitio de Sete Rios, sobre a qual descarregáraõ dous tiros, *se lhe dará de premio õutenta moedas de ouro de quatro mil e outocentos réis,* fazendo certo as identidades dos mesmos Ladrões, para serem aprehendidos, e dos trastes roubados, ficando livre de haver procedimento contra aquelle, que sendo socio dos mesmos Ladrões, os vier declarar, e se lhe entregará *o premio* das outenta moe-

das, em segredo na Secretaria da Intendencia. E para que chegue á noticia de todos, mandei publicar, e affixar o presente nos lugares publicos desta Corte.

Dado em Lisboa, aos 27 de Agosto de 1788.

Diogo Ignacio de Pina Manique.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, *Impressor do Emin. Senhor Cardial Patriarca Eleito.* Com licença da Real Meza da Commissaõ Geral, sobre o Exame, e Censura dos Livros.

O TEMPLO DE DIANA, EM ÊVORA, NO SÉCULO XVI

A sua preciosa colecção de estampas, tinha o antigo representante da Bélgica em Lisboa, Mr. Raymond Leghait, uma fôlha sôlta, em 8.º pequeno, que êste diplomata me permitiu fotografar, pois que a considero uma representação gráfica, única porventura, do templo de Diana, em Évora, no século XVI.

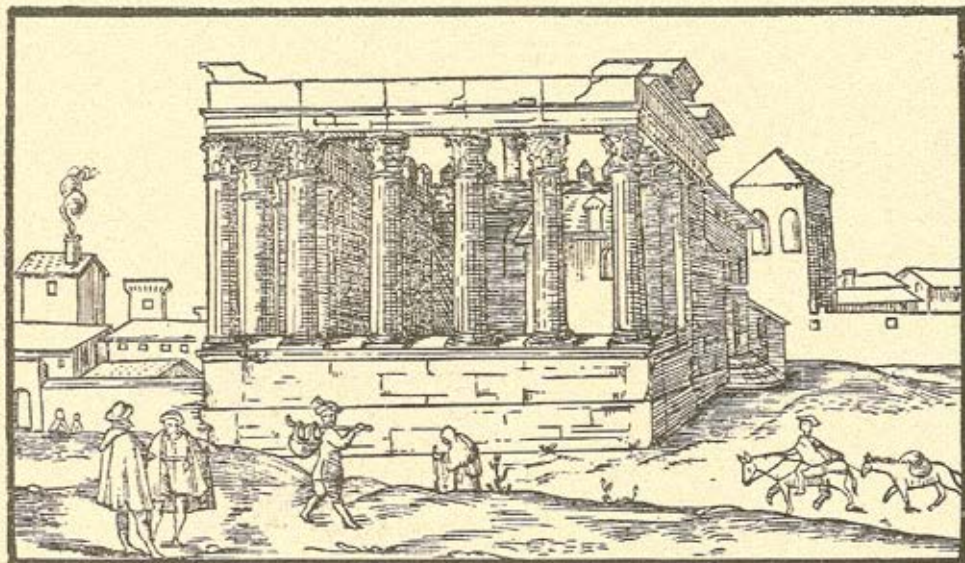
Nas condições em que se me deparou esta preciosa gravura, deixou-me em dúvida se teria sido arrancada a algum livro ou folheto, se teria sido publicada avulsamente. Apesar de não ter alguma outra impressão no verso, e só, na parte superior, a legenda TEMPLUM DIANÆ SACRUM, inclino-me de preferência à primeira hipótese. Mas de que livro ? *Dicant Paduani.*

Como se vê da reprodução em tamanho do origi-

nal, que ilustra esta nótula, o fundo da estampa consiste numa linha de casario, onde os arqueólogos apaixonados de Évora, talvez consigam identificar algum edifício. O solo não está ainda terraplenado e diversos personagnes aparecem nos primeiros planos, animando o local: aqui, dois pacíficos munícipes eborenses, discutem possivelmente as novas da capital ou a última postura do senado da câmara; um camponês (ou vendedor ambulante) passa, de cêsto enfiado num cajado e olha os dois palradores, como a supreender-lhes o fio do cavaco; uma velha mendiga, de bordão e camândulas, dirige-se, alcachinada, para os lados do templo e para êsse lado se encaminha tambem um almocreve, levando à arreata o seu macho aceiroado...

O templo de Diana em Évora... Não duvido um momento de que estou a vê-lo, tal qual êle foi antes de, em 1870, ser restituído à sua primitiva feição. Talvez muitos dos que hoje o contemplam, malferido da batalha secular contra o tempo e contra os homens, mas sempre altivo de porte e nobre de linhas, ignorem que sôbre a arquitrave (pelo menos por três lados) teve a casa da Deusa Caçadora um baluarte ameiado, de construção anterior a 1384, talvez do princípio do século XIV, porque naquele ano os bèsteiros do mestre de Aviz virotaram do alto dêle os sequazes da rainha Leonor; e que os intercolúnios, desde o envasamento ao epistílio, estavam entaipados a pedra e cal, como ainda hoje se vê, a cada passo, nos claustros conventuais.

O artista xilógrafo teria pois reproduzido fielmente o templo, fazendo crer que por um dos lados não havia superconstruções nem vedações bàrbaramente enxertadas, ou realmente todo o templo estava entaipado e coroado de ameias e o abridor, talvez estrangeiro, operou por debuxos ou apontamentos que daqui lhe remeteram introduzindo no scenário do fundo

TEMPLVM DIANÆ SACRVM

O TEMPLO DE DIANA NO SÉCULO XVI
(Reproduzido, em tamanho do original, da colecção Leghait)

(e talvez até no monumento) um tudo-nada de fantasia.

Fantástica será também uma construção interior, que se vê ao fundo do templo, do lado direito, ou de facto ela existiu? Por uma espécie de escadaria que dá para os terrenos ambientes e por quanto se pode distinguir da fachada superior a ela, trata-se duma capela ou ermida, Deus sabe a que santo consagrada.

Seja como fôr, o que ninguem poderá dizer é que esta xilogravura não é um documento de alto aprêço para a eborografia quinhentista.

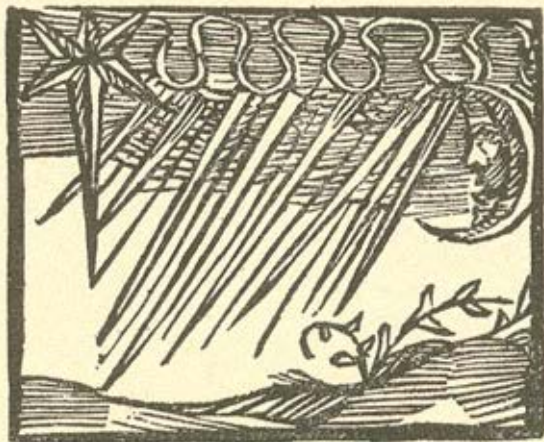
C. M.

DO MAIS ESPANTOSO COMETA QUE NUNCA SE VIU NO CÉU

Dum velho alfarrábio manuscrito, de memórias quinhentistas, mas em letra dos fins do século XVII ou começos do seguinte, extraímos esta interessante narrativa, que se refere à época da organização da frota de el-rei D. Sebastião, que foi perder-se nos campos de Alcácer.

Eis o texto da narrativa, cujo título é o que encima estas linhas:

«No mez de Novembro . . . da era de 1577 aos dez dias do mez comessou de aparesser no Ceo hu Cometa grandiçimo em demazia, com hu rabo taõ cumprido, mt.º claro, e resplandecente, e aparesia logo á boca da noite, nascendo sobre N. S.ra do Monte, e com o rabo dir.to a Cisimbra, e asim vinha rodeando aquelle rabo p.a a banda do nascente, athe as onze da noyte q. o rabo

vinha dir.^{to} a Sizimbra, e antaõ se transpunha, e por esta ordem sahia todas as noites sem errar nenhua athe vespora de S. Thomé q. foraõ 20 de Dezembro da d.^{ta} era, e durou por esta conta mes e meyo; este sinal fez tanto espanto em todos, prencipalm.^{te} nas pessoas

O QUE OS ANTIGOS VIAM NUM COMETA
(Grav. em madeira da *Chronique de Hollande,* 1517)

Doutas, que logo disseraõ que era m.^{to} roim sinal p.^{a} a hida del-Rey a Africa, e q. naõ achavaõ escrito apareser outro sinal no Ceo, senaõ q.^{do} D.^{s} quiz destruir Jeruzalem, e ouve logo m.^{tos} juizos tirados deste Cometa e todos á hua pronosticavaõ aparesser aquelle cometa pela perdição de El-Rey, e alem disso de Roma veyo hu pronostico, tirado pelo mayor homem desta ciençia q. no mundo hauia q. o Papa mesmo m.^{dou} a El-Rey,

e eu o uy e tiue na maõ, antes de El-Rey partir p.ª a dezaventurada jornada, o q.al ponto, por ponto lhe dezia sua perdiçaõ, morte, e catiueiro de toda a sua gente, e Monarchia de fidalgos e S.res q. consigo levaua, e que os effeitos daquelle cometa haviaõ de durar passante de 16 an.s, e todos haviaõ de ser malignos, e contagiosos, asim p.ª Portugal, como p.ª quaze toda a cristandade, e inda mal, porq. tudo isto sahio taõ verdr.º, sendo ainda mayores males em dobro q. este astrologo por nome M.e Hercules de Revoreloniense (?), disse, e m.dou escrito, e nada disto bastou p.ª desviar El-Rey desta triste jornada, e poraquy vereis como as couzas q. por D.s estauaõ ordenadas, naõ ha poder-lhe fogir: Tambem dezia neste pronostico, como havia de morrer hua Rainha, nestas nossas p.tes, e ouve de ser a sorte na nossa q. era mais q. May p.ª de todo ficarmos dezemparados».

*

Em Portugal, como em toda a parte, acreditou-se sempre que os cometas eram anunciadores de grandes catástrofes nacionais ou universais.

Em França, Chastelain e Mollinet, por exemplo, numa *complainte* célebre, falam dos casos maravilhosos do seu tempo e escrevem:

> J'ai vu comèteó horrible
> Çomme une verge pointant
> Épouvantable, terrible,
> Grande, folle et ardant.

Acreditavam as almas simples, os espectadores ingénuos destes fenómenos naturais (para êles, sôbrenaturais) que a mão de Deus ia pezar sôbre alguma pessoa notável ou sôbre alguma nação.

E então as imaginações desvairadas viam no céu espadas, punhais, figuras de homens e animais, sinais misteriosos, etc.. que os astrólogos e adivinhos interpretavam o mais fantàsticamente que é possível.

Por curiosidade direi, já agora, que prègando nas exéquias de D. Teodósio filho de D. João IV, exclamava Fr. Alvaro Leitão, dominicano: «Não aduertem em o Cometa, que neste ano appareceo nesse Ceo? He este ordinariamente o annuncio fatal que â morte dos Principes precede, & precedeo nesta morte; assi paraque Theodosio insigne Mathematico visse conjecturalmente o seu perigo, como tambem paraque entendessem q. morreria Theodosio, mas que morreria como Principe legitimo. Era o Cometa da especie daquelles a quem os Mathematicos chamam *Argentum*, prata, para que de antemaõ vissemos que andaua o Ceo morto por nos roubar esta luzida sciencia, esta Portuguesa prata: *Raptus est, ne malitia mutaret intellectum eius*. Roubado foi em breues annos da vida, por auer chegado aos mayores da sciencia; que andaõ sempre vezinhos os grandes juizos & os perigos grandes».

Isto lê-se a págs. 30 do *Sermaõ nas exequias do Serenissimo Principe Dom Theodosio nosso Senhor, que Deos tem. Feitas pello muito Reuerendo Cabido da Sancta See de Lisboa. No Real Conuento de Belem, aos 26 de Iunho de 1653. Prègouo o Padre Presentado Frey Alvaro Leitão Religioso da Ordem dos Prègadores* — Lisboa, Paulo Craesbeek, 1654.

A. de Gusmão Navarro
Dos Arqueológos Portugueses

POETISAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XVIII

II

ADRIANA FAGUNDES

nome não tem nada de poético, e a poetisa, ao que parece, não deveu à natureza grandes donaires. Eu pendo a crer, até, que fôsse feia. Só assim se compreende que se tivesse refugiado nas transcendências teológicas, decorando o *Génesis*, o *Exodo* e o *Novo Testamento*. Se não morre tão cedo, em 1731, empanzinada de textos sagrados, tinha devorado, pelo menos, a *Bíblia!* Quem lhe assaca êstes feios aleives é o autor do *Theatro heroino* e na sua esteira Barbosa Machado, afirmando que fôra «insigne pelo talento de que liberalmente a ornou a natureza» e falara várias línguas

com notável desembaraço e propriedade. Dizem mais os seus panegiristas que deixara manuscritas «poesias varias a diversos assuntos». Não chegou, porêm, até nós um único verso seu.

Com tanta e farfulhada erudição a supurar-lhe de todos os poros da alma e do corpo, é crivel que realmente não tivesse tido tempo para aprender a fazer almôndegas ou sequer a remendar um gibão!

III

ANA BERNARDINA PINTO PEREIRA DE SOUSA E NORONHA

Entre os muitos poetas, quase todos menores, que prantearam a morte dos infantes D. Gabriel António, de Espanha e D. Mariana Vitória, de Portugal, com nénias, elogios e éclogas, figura esta poetisa conimbricense, de cuja vida Inocêncio não dá os mais escassos pormenores.

Um poeta anónimo cantou o *Novo pranto do Tejo*, outro os *Sentimentos de Espanha* e as *Saudades de Portugal*; Miguel Maurício Ramalho, gato-pingado obrigatório em comemorações fúnebres, chorou numa deplorável elegia a «deploravel morte». . .

D. Ana Bernardina perpetrou uma estiradíssima *Canção funebre* em 36 oitavas, impressa em Lisboa por Lino da Silva Godinho em 1788 num 8.º de 15 páginas de mau papel.

O título do enfadonho empadão métrico é o seguinte: *Cançaõ funebre feita ás sentidissimas mortes do Serenissimo Senhor D. Gabriel Antonio, infante de Hespanha, e da Serenissima Senhora D. Marianna*

Victoria, sua Esposa, e infanta de Portugal e Hespanha, que em paz descancem. Offerecido á saudosa patria por uma fiel vassalla da corôa portugueza, da cidade de Coimbra. Uff!!!

Avalie-se por esta oitava de abertura, que serve de argumento, o resto da canção deplorativa da «brigantina flor», cuja morte fez correr mais água do que «o Manzanares mana»:

> Eu naõ canto, mas choro da Ullysseia
> Pesares e desgostos repetidos
> E da bella naçaõ com que se enleia;
> Porque tres sois em climas divididos
> Lhe conduziu ao acaso essa mão feia
> Que os fios corta ja depois de urdidos
> Triste aborto da noite pavorosa
> Em que ao mundo a lançou Temis formosa.

De tudo isto, não sei que mais deplorar: se os três soes divididos em climas, se aquela «mão feia» que anda a cortar fios, se a «bela nação» enleada naqueles três primeiros versos, mais difíceis de decifrar do que um hieroglifo.

E daí, talvez o mais deplorável ainda seja êste «aborto», que D. Ana Bernardina parturejou, podendo antes ter dado à luz, com mais facilidade — um menino!

IV

CATARINA DAMÁSIA BORGES TEIXEIRA

Esta poetisa não se avantajou à antecedente, sofrendo o influxo da mesma escola e usando dos mesmos processos então em voga, gongorizando insignificâncias e arredondando *concetti* risíveis, que eram

na época a pedra de toque dos bons talentos. Vieira, Jacinto Freire, não conseguiram desgarrar dêstes córregos de subtilezas para a estrada lisa do claro e singelo português de Bernardes. Não admira, pois, que D. Catarina incasse os seus versos do preciosismo dominante. E assim, entre outras obras de estro medíocre, perdidas ou desconhecidas, escreveu:

— *Romance heroico* em aplauso do Reverendo Doutor Theodosio dos Santos Marta, conego secular do Evangelista . . . — impresso em Lisboa em 1737, sem indicação de lugar, nem impressor.

— *A' morte* da Illustrissima e Excellentissima Senhora Marqueza de Marialva; um soneto sem lugar, ano ou impressor.

—*Labirinto cubico* aos annos do Illustrissimo Senhor Joseph Antonio de Sousa Coutinho, dignissimo correyo mor do reyno de Portugal. Lisboa, Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.

Nasceu D. Catarina em Lisboa a 11 de Dezembro de 1714 e era filha de João Pereira Alvares e de D. Ana Maria Borges Teixeira, de boa linhagem vilarrealense. Casada com Manuel António da Silva, cirurgião-mór da praça de Mazagão, escreve o douto abade de Sever que «naõ lhe servio o estado conjugal de impedimento para se aplicar ao estudo da poesia vulgar». Antes tivesse sucedido o contrário, porque aquêle *Labirinto cubico*, que o correio-mór, com certeza, nunca leu, e que eu mal pude digerir, é das mais indigestas coisas que o impressor Isidoro da Fonseca atirou para a publicidade. Parece que a poetisa faleceu pelos meados do século XVIII, e muito tempo deve de ter andado pelo Purgatório a expurgar-se dêste «rabido furor de pedantismo», como lhe chamava Garção.

JORGE DE FARIA.

MODAS DE HONTEM, MODAS DE HOJE

EM se cançam as autoridades eclesiásticas nas suas encíclicas, nas suas pastorais, ou nas suas homilias, em prégar contra os abusos das modas femininas, que, sem respeito algum pela moral, tanto se excedem e tanta censura levantam. É certo, que os decretos que a moda promulga para afirmar os seus direitos são inexoráveis e por isso as mulheres se julgam na obrigação de os cumprir, custe o que custar, com sacrifício da sua vida ou do seu pudor. E, por mais que a Igreja aconselhe, censure e faça tudo para reprimir êsses abusos, *alea jacta est*.

Em Março de 1815, o tenente-coronel com exercício de major (?) no regimento de milícias da Covilhã, José de Almeida Pimentel, dirigiu uma represen-

tação ao Rei D. João VI contra o Prior da igreja de S. Vicente daquela cidade, Bacharel Luís de Matos e Sousa, porque êste havia ofendido sua familia na pessoa de uma sua irmã e suas duas filhas, mandando-as sair da igreja, *visto ellas não estarem cobertas de mantilhas, mas com longos vestidos pretos e com veus da mesma côr, que do alto das cabeças lhes pendiam até ás cinturas, ornato este com que sempre assistiam aos actos religiosos.* Antes dessa representação ao Rei em última instância, já o nosso tenente-coronel com exercício de major (?) havia requerido que pela corregedoria da Guarda se procedesse a uma justificação do acontecimento. Foi cumprida essa formalidade para êle poder queixar-se ao Bispo da diocese, que não castigou o pároco, visto não encontrar motivos para qualquer censura. Assim, José de Almeida Pimentel elevou a sua voz até aos degraus do trono, falando asperamente do procedimento do pároco e lastimando *a sua honra ofendida, o seu orgulho ludibriado.*

Intendente Geral da Polícia, corregedor da Guarda, Juiz de fora da Covilhã e Bispo da diocese, todos inquiriram, todos devassaram, todos se mexeram e não se cançaram, mas só a resposta episcopal sobrelevou a tôdas, só ela pezou no julgamento real. Sentimos não poder transcrever tôda essa resposta. Ela ocupa três fôlhas de papel, daquele papel grande e grosso, oriundo das fábricas inglesas e holandesas, tão usado naquele tempo. Alguns retalhos podem dar uma pálida ideia do que ela é no seu contexto e na fôrça dos argumentos:

— «Todos os requerimentos do suplicante são obrepticios de circunstancias muito essenciaes que influem na substancia do caso, e servem para qualificar a natureza e moralidade da acção daquella familia, que deu motivo à correcção do Paroco, e ao procedimento que com ella praticou. Estas circunstancias são

primeiramente a irreverencia, o despejo o desembaraço mais que varonil, e só próprio dos maiores libertinos com que aquellas mulheres entraram na Igreja sem dobrarem o joelho, sem fazerem o signal da Cruz, nem algum daquelles actos que os fieis costumam praticar, quando entram no lugar Santo; antes passeando por ella algum espaço, como em praça publica, se assentaram junto do altar colateral, continuando a conversar em voz alta, de maneira que não só escandalisavam as poucas pessoas que ali se achavam, mas até causavam notavel perturbação ao mesmo Paroco, que estava no confessionario administrando o Sacramento da Penitencia. Que poderosos motivos não eram estes, só por si, para desafiar a cólera de hum sacerdote, de hum Paroco zelozo pela boa ordem, e pela honra da Casa de Deus, á imitação de Jesus Cristo, a quem a falta de respeito ao Lugar Santo fez esquecer daquella mansidão que lhe era tão natural, para com hum açoute na mão lançar fora do Templo os profanadores! . .

. . . .

«Com effeito, acabada a confissão, julgou que era do seu dever repreender aquellas mulheres e encaminhando-se para elas, sem as conhecer, observou então a outra circunstancia, que se tem ocultado, a saber: a imodestia dos vestidos, que lhes deixavam os peitos inteiramente à vista, como nus, e descobertos, apezar dos veus, que lhes pendiam da cabeça; os quais pela sua transparencia nada encobrem antes deixam perceber com mais perigo, o que a mesma natureza manda ocultar. Corrigio-as, em consequencia de hum e outro excesso: disse-lhes que seria mais decente, que viessem à Igreja com as suas mantilhas, acrescentando que havia pena de excomunhão imposta pelo Papa S. Lino contra as mulheres que entravam nos Templos com a cabeça descoberta.»

«Tudo isto que deixo referido, se praticou sem co-

moção ou reparo dos circunstantes, porque a familia do suplicante tomou o expediente de se retirar da Igreja; o Paroco se recolheu à sacristia a preparar-se para dizer missa; e antes de principiar tornou a fazer algumas advertencias sobre a escandalosa nudez com que costumavam aparecer em publico não só nas assembleas profanas, mas nos Templos, e Funções da Religião, desculpando a sua imodestia com o uzo de Lisboa." . . .

. . . .

«Eu estou persuadido de que huma mulher, que aparece publicamente com os peitos nus, ou em estado de se verem como nus (quaesquer que sejam as suas intenções ou seu fim) é uma pecadora publica que ofende não só as maximas do Evangelho, e o espirito do Christianismo mas a mesma lei natural, que apesar das trevas do gentilismo, tem sido conhecida e observada neste ponto entre as nações mais barbaras, e selvagens. E por consequencia esta mulher está nos termos de ser publicamente repreendida, evitada das funções da Religião, onde serve de escandalo e ruina espiritual do proximo, e de se lhe dizer como ao convidado do Evangelho: Como entraste aqui sem trazer vestido nupcial? (S. Matheus, cap. 22).»

«Com efeito huma das obrigações, que nos impõe a lei natural, relativamente ao nosso corpo, he o uso dos vestidos, cujo fim não he só defender-nos contra as injurias do tempo, e intemperança das estações, mas tambem cobrir as partes obscenas, entre as quaes ninguem deixa de contar os peitos das mulheres, por isso que pela sua vista, ou contacto dispõem para os prazeres sensuaes, e excitam a luxuria. E como esta he proibida por direito natural, he igualmente proibido pelo mesmo Direito tudo aquillo que a promove; e por conseguinte a nudez das mesmas partes; ficando correlativa a obrigação de as occultar encobrir . . . . . .

. . . .

«He certo, que pessoas deste caracter, mulheres que entram no Templo com aquela desenvoltura, que assistem aos Divinos Mysterios no mesmo trajo, que as faria distinguir em huma casa de prostituição, não formam idéa alguma do que na aparencia fazem profissão de crer. . . . .

. . . .

«E demais no concilio de Trento na Sess. 22 *Do Sacrificio da Missa* determina que o sacerdote, vendo alguem na Igreja, homem ou mulher, com vestidos indecentes, o repreenda gravemente, e não dê principio á Missa, sem que todos mostrem pela decencia do habito exterior as disposições interiores de devoção e piedade, com que assistem áquele acto».

«Certo é que as modas actuais determinam inexoravelmente estes e outros abusos, mas que elles se façam na praça publica, vá, que é *casa de doidos*, mas nos templos — logares de recolhimento e oração, nunca!» (1).

Intendente Geral da Polícia, Corregedor, Juiz de fora, beleguins, todos curvaram a cerviz, e a família de José de Almeida Pimentel, tenente-coronel com exercício de major (?) escarmentada pela população covilhanense, teve que emigrar, porque a sua estada era um perigo para a segurança e bem-estar da então vila da Covilhã.

João Jardim de Vilhena.

(1) A. dos Feitos Findos, doc. 300.

A PROPÓSITO DUM ABECEDÁRIO E DUM JANTAR

TRÊS CARTAS

Do Sr. Dr. Carlos Santos, eminente médico radiologista e do Sr. Dr. João Cabral do Nascimento, poeta distintíssimo e genealogista erudito, recebemos as seguintes cartas, a propósito do artigo, que, com o primeiro título, C. M. publicou no 2.º número da *Feira*:

Lisboa, 6 de Julho de 1929.

Meu caro amigo Gusmão Navarro:

No n.º 2 da sua interessante revista Feira da Ladra, *vem uma pequena nótula sôbre um* Alfabeto curioso, *que aparece num livrinho do comêço do segundo quartel do século dezanove.*

Diz o articulista, e muito bem, que a um simples relanço de vista se lhe recua a origem, pela certa, ao último quartel do 18.º século.

Parece me que o sistema, bem ou mal pensado, vem mais de traz, pois foi usado pelos grandes mestres de ensino, que foram os Jesuitas.

Na minha modesta biblioteca possuo um livro in-fólio de 19 fôlhas inumeradas, que pertenceu ao Visconde de Castro e Solla, pois no verso da capa da frente traz o seu ex-libris e a nota a lápis: «N.º 643 do seu Catálogo».

Tem o título seguinte: Este livro que a Imprensa da Universidade dá hoje á estampa é uma collecção de diversas vinhetas e emblemas que ainda restam da antiga Imprensa dos Jesuitas, extincta em 1759 e que dos Jesuitas passou para esta Imprensa por occasião da sua fundação. *Coimbra, Imp. da Universidade, 1882.*

Na fôlha 11 vem um abecedário similhante ao da nótula e cujo croquis *a lápis tomo a liberdade de lhe mandar. A ideia geral é a mesma, mas no tamanho e nos detalhes difere bastante do apontado e data com certeza, pelo menos, do final do primeiro quartel, digo, da primeira metade do século 18.º.*

O croquis *vai mal feito; é apenas para fazer uma idea. Vê-se bem que Deus não me fadou para desenhista.*

Peço-lhe creia na muita consideração dêste seu

cr.º mt.º at.º

Dr. Carlos Santos.

Meu caro Cardoso Martha:

No 2.º tômo da Feira da Ladra *li a sua interessante noticia sôbre um sistema de alfabeto mnemónico e sua antiguidade em Portugal. Há 90 anos, diz V., êle era já conhecido, visto figurar num livrinho impresso em 1839 intitulado* Doutrina Christã *e feito pelo Padre Marcos Jorge.*

Possuo um exemplar dessa obra, porém duma anterior edição. É de 1824, igualmente in-16.º, mas composto na tipografia Morandiana da mesma cidade. Desta forma, temos que recuar o conhecimento do sistema, de 90 para 105 anos, ou mais talvez, se houver ainda uma edição precedente: e assim se confirmaria a sua suspeita quanto à época das duas chapas de madeira que serviram para reprodução do abecedário.

Com um aperto de mão do seu, etc.

João Cabral do Nascimento.

E, possivelmente, não ficaremos ainda por aqui... Os nossos leitores dirão.

*

Despertou certo interêsse o artigo do nosso colaborador e editor Sr. Gusmão Navarro, genealogista entendido e sabedor, ácêrca de *Um «modesto» jantar doutros tempos.* Uma das manifestações dêsse aprêço está na seguinte carta do nosso distinto colaborador e amigo Sr. Conde de S. Payo (D. António), já padre-mestre, a-pezar dos seus pouco numerosos anos, em assuntos heraldo-genealógicos:

Meu caro Alberto Navarro:

Li com muita curiosidade o seu artigo na Feira da Ladra *sôbre jantarados de outros tempos.*

Eu não sei se alguem se admirou que V., tombador da genealogia do reino, historiógrafo de papas e dos Pinheiros de Mon-

santo, viesse agora ocupar-se de tão prosaicas materialidades e vis sensualidades como estas de comesainas. Eu não, que sei que é preciso ser-se homem de espírito para se discutir e apreciar culinária. Está-me lembrando tôda uma teoria de personalidades eminentes para confirmar o meu acêrto, desde Epicuro ao Rei Sol, que, dizem, tinha nada menos do que dois estômagos!

É preciso na verdade ser-se homem de espírito para se avaliar tôda a arte que encerra a composição de um jantar, as cambiantes a que se póde sugeitar conforme a ocasião, o tempo, o a propósito, e o requinte de sensibilidade que póde manifestar a confecção de um prato delicado. Eu escrever-lhe hia um tratado sôbre o assunto, e limito-me a lembrar-lhe que foram dilettanti *de cosinha o erudito, o sábio P.e Rafael Bluteau, Júlio César Machado, o lírico Bulhão Pato, Ramalho Ortigão, Fialho d'Almeida,* et reliqui . . . *Por mim, confesso, também acho graça à matéria, quanto mais não seja para ajuizar de determinada época histórica, como que tomando-lhe o pulso, apalpando-lhe o estômago.*

Por isso já era meu velho conhecido êsse insigne mestre de cosinha que foi Domingos Rodrigues, o seu guia na composição da «modesta» ementa que V. nos apresentou. Já era meu conhecido, e digo que não foi essa lista de pratos que V. transcreveu nem outras que lá veem, que me causaram o maior do meu pasmo: eu fui criado a ouvir histórias de frades, que em casa de meus avós, depois de um lauto jantar, levantavam um perú inteiro sem dificuldade visivel. O que nesse tratado feriu a minha admiração foi uma receita que lá vem. É de um refresco, e, como estamos na quadra dêles, eu vou transcrevê-lo da edição de 1844: Deite-se em hum tacho sete arrateis de assucar de pedra, com o çumo de seis limões, bate-se muito bem até que fique em bom ponto; botem-lhe hum cruzado de pós d'aljofrar, hum cruzado de pós de coral, hum cruzado de pós de ouro, seis tostões de almiscar, doze tostões d'ambar, e de pedra bazar o que quizerem: como tudo isto estiver bem batido, deitem-no em humas tijellas.

O que se fazia com esta joia de aljofrares, ouro, coral e ambar, perfumada com almiscar, temperada com limão e adoçada com assucar, não sei dizer, nem sequer conjecturar.

Comia-se ?!!!

Creia-me sempre

seu consócio e amigo

Lisboa, 18-VII-1929.

Conde de São Payo, D. António.

JUIZ DE FORA, CALIGRAFO E POETA

A 12 de Março de 1675, era juiz de fora da vila de Aviz e ouvidor na de Galveias, o doutor João de Carvalho e Sousa, como se infere da abertura do

> «Tombo da com.da da villa de Galuea de que he comendador o senhor Dinis de Mello de Castro, do Conselho de S. Alt.a Mestre de Campo General da prouincia de Alemtejo, senhor da d.a villa de Galuea»,

onde se diz que

> «Este liuro que ha de seruir p.a o tombo da Comenda de Galuea vay todo numerado e rubricado por mim com a rubrica seg.e J. Carv.o e Souza, tem as folhas de que se fas mençaõ no Encerramento. Avis 10 de out.o 1675.
>
> Joaõ de Carvalho e Souza»

e do primeiro assento, que foi lavrado antes da abertura, como poderemos ver conjuntamente:

«Anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e seis centos e setenta e sinco annos aos doze dias do mes de Março do dito anno em esta Villa das Galucias,...»

O encerramento diz que

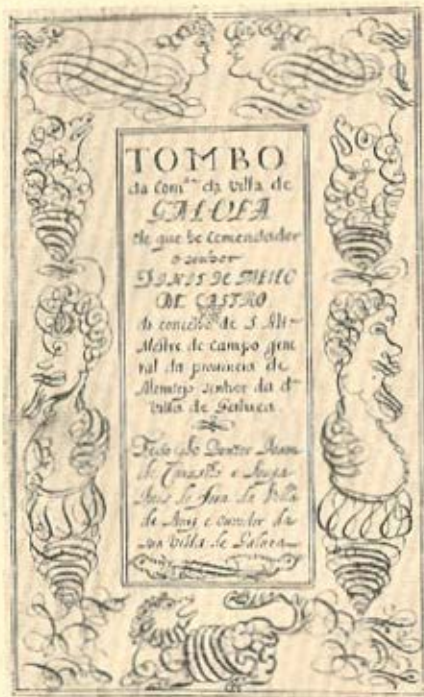
«Tem este livro do Tombo da Galueia noventa e oito meas folhas, as sinquenta e tres vaõ todas escritas, as outras ficaõ em branco pera se hirem lançando em tombo fóros ou propriedades que se fizerem foreiras desta Comenda, Vaõ huas e outras folhas todas numeradas e rubricadas por mim cõ a rubrica seg.e J. Carv.o e Souza. Avis 10 de out.o de 1679.

Joaõ de Carvalho e Souza.»

O tombo, constituído por fôlhas de papel liso de algodão, filigranadas de forma idêntica ao n.º 141 das marcas de água apresentadas por Faria e Melo, no seu estudo sôbre *O papel como elemento de identificação* e encadernado em carneira, medindo 0,20×0,30 e fechando com quatro fitas de sêda verde-claro, de que hoje só se encontram vestígios sob as guardas das pastas, contém, além dos elementos interessantes à história de Galveias, que se encontram nos despachos, petições, aforamentos e alvarás lavrados e respectivas sentenças, duas manifestações *extra-judiciais*, do referido doutor João de Carvalho e Sousa, bem dignas do nosso reparo, pois que elas nos mostram um bocadinho dêle próprio.

Primeiramente é a portada do tombo, a fôlhas três, de factura caligráfica, que nos mostra um calígrafo bem razoável e de recursos artísticos curiosos.

Além da relativa simetria dos motivos, onde se vêem figuras humanas e animais, tem o valor da exe-

cução em traço contínuo e da precisa expressão anímica.

Isto na moldura, pois que no corpo da página, os dizeres, que primeiro transcrevi, mostram-nos os conhecimentos paleográficos de que dispunha o seu autor.

Quatro amostras de escrita se observam, das quais destacâmos o *capital* da primeira linha e o elegante *cursivo de processo* do final.

A fôlhas quatro, temos um documento muito interessante, que nos diz algo do intelecto do juiz de fora de Aviz.

É um

SONETO DO JUIZ DO TOMBO

«Ao S.or Diniz de Mello de Castro»

Quando, Senhor, em autos demarcada
Vejo q' a terra em tombo breve expira,
Ou ser o premio indigno o Mundo admira,
Ou chora a Lusitana limitada.

Poes se pello valor de Vossa espada
O digno premio Vosso se medira,
Curto o Reyno, Senhor, todo se uira
Estreita a mesma Europa dilatada.

Veja pois a valor tam sem segundo
Que em dourado clarim tanto se aclama
Digna demarcaçaõ o mesmo Mundo.

E seraõ marcos q' a mesma inueja ama
Em os confins do resplendor rotundo
Os eternos padrões de Vossa fama.

Esta prova poética do juiz de fóra, que era descendente do morgado de Arraiolos, Martim Gil de Carvalho, se o deixa mal visto das musas, não lhe tira o gesto galante de homenagear em forma *elevada e subida* o comendador da sua vila, Denis de Melo de Castro, filho segundo de Jerónimo de Melo e Castro, governador do castelo de S. Felipe de Setúbal e de sua mulher D. Maria José Côrte-Real.

Braamcamp Freire, nos *Brazões da Sala de Sintra* a pág. 71, do vol. I (2.ª edição), depois de falar da pretensa origem nobre dêstes Castros, alcaides móres de Melgaço pelos duques de Bragança, e que depois se aliaram aos Melos, diz:

«Diniz de Melo e Castro, um dos grandes generaes do seu tempo, serviu em varios postos nas guerras da Aclamação, e em 1705 sendo governador das armas da província do Alentejo, tomou as praças de Valencia de Alcantara e Albuquerque. Foi dos conselhos de Estado e Guerra e 1.º conde das Galveias por carta de 10 de dezembro de 1691.

Foi pae de Pedro de Melo e Castro, 2.º conde das Galveias, de quem foi filho o 3.º conde e irmão o 4.º, ambos falecidos sem geração, este em 1753, e outro em 1777, extinguindo-se então a casa.»

Êste título foi renovado em D. João Vicente de Almeida Melo e Castro, bisneto de uma filha do 1.º conde.

Os antigos condes brazonavam de *Castro* (de 6) e *Melo*, em pala, e os modernos de um esquartelado de *Almeida*, *Portugal*, *Lobo* e um partido de *Castro e Melo*.

E foi isto tudo o que o tombo da vila de Galveias me fez dizer.

Armando de Mattos
Da Ass. dos Arqueólogos Portugueses,
Instituto Histórico do Minho, etc.

Junho de 1929.

NOTA: Êste "Tombo" encontra-se na biblioteca do Ex.mo Sr. Abílio Pacheco Rebêlo de Carvalho — Bouça Cova (Gondomar).

BADULAQUE OU BAZULAQUE

Ambas as grafias são admissíveis, como abaixo veremos.

Não sei que nalgum ponto do país esteja em curso o primeiro daqueles vocábulos, que designa um cosinhado de carnes, comum a Portugal e a Castela.

Parece que era acepipe já usado na idade média, porque a êle se reporta o «Grão Condestabre», doando ao mosteiro de Alcobaça uma vasta caldeira, *in qua Castellani de famulatu regis faciebant suos badulaques.*(1) No século XVIII, Bluteau regista a palavra no seu Vocabulário, escrevendo s. v. *Badulaque*: «No seu Thesouro, diz Cobarruvia que em Castella chamaõ *Badulaque* a hum guizado de carne miuda, cortada em pedacinhos com o caldo espesso. Em Portuguez significa mais ou menos o mesmo».

(1) O rei de que trata esta cláusula é D. João I de Castela, o derrotado de Aljubarrota.

E cita a *Miscellanea* de Leitão de Andrade, que conta assim, no passo em que o feiticeiro Mocharro trata de desfazer um feitiço contrário ao encantamento da princesa Peralta e da sua gente: «O qual (Mocharro) tanto que soube, e vio estes tormentos e desventuras parecendo-lhe serem causadas por arte magica, na qual elle era muito consumado, e não por fadairo, determinou desfazer tudo... E juntas muitas ervas... e corações de aves, e cabellos, e entranhas de animaes, com outras mil cousas, e feitos sinaes no chão, começou a dar grandes, e horrendas vozes, lendo por hum livro de diabolica... O que ouvindo a fada bem longe... acodio logo, e chegando ao feiticeiro Mocharro... não fez mais... que pôr-lhe a mão na cabeça, dizendo: Assi te ficarás pera toda a vida, pisando esses teus *badulaques*» (Ediç. de 1867, págs. 364).

Bluteau manda mais vêr *bazulaque*, e lá vem: «He hum guisado de forçura de carneiro, com cebola, toucinho, azeite, & vinagre, coentro, ortelã, &c. He muy usado no Mosteiro de Alcobaça, para a cea dos Monges».

O professor régio de latim e sócio da Academia, Joaquim José da Costa e Sá, informa também que a iguaria discutida é um «guizado de carne cortada em pedacinhos, com o molho espesso». Remete para *bazulaque*, mas infelizmente nada traz (*Diccionario Port., Fr. e Lat.*, Lisboa, 1794).

Folheemos Constâncio. Êste adianta-se a dar-nos o étimo de *badulaque*: «guisado de figado e bofes em pedaços pequenos, chanfana; e diz que deriva do francez antigo *baudan*, intestinos, tripas, ou *boudaine*, ventre e a desinencia *laque* do latim *lacerare*». Figura-se-me assás fantasiosa tal interpretação.

Trás a nota *t. vulg.*, o que faz crer que era palavra ainda corrente á roda de 1836, ano da estampa dêste léxico. Seja como fôr, era noutros tempos petisqueira

muito conhecida e, quiçá, apreciada. E não me admiro de que ela seja de origêm mourisca, como o eram muitos guisados do tempo. O Cardeal Alexandrino, que visitou Portugal no último quartel do século XVI, falando das comidas portuguesas escreve que «são abundantes e dizem que a maior parte dellas são usadas pelos mouros.»

Mas o termo ainda tem outros significados. Já vimos, pela citação da *Miscellanea*, que era artigo de bruxaria. Pois tambêm se aplicava a certa mixórdia de toucador, com que as damas do *bon vieux temps* besuntavam as bochechas. Leio num cancioneiro manuscrito dos princípios do século XVIII, ou mesmo fins do anterior, sob a rubrica *A huma dama, a quem a chuva lavou a côr das faces*:

> "A agua elementar, q' a todos lava
> Fez o contrario efeyto no teu rosto,
> Desfez-te os badulaques, & mudou
> Os dois soes dessas faces n'hum sol posto."

Dá-se por aí o nome de *bazulaque* a um sujeito alambazado, sinónimo de *batoque*, *bucha*, etc. Alberto Bessa, que escreve *bazolaque*, ensina que é «homem gordo e baixo, desproporcionado», e acompanha êste escritor grande número de dicionaristas. Em tal acepção, ainda o termo é comum em todo o país.

Antes de fechar estas magras notas, magras tratando-se de assunto tão gordo como o bazulaque que as cosinha, fui-me à estante consultar a mestrança culinária. Pois nem o velho Domingos Rodrigues, nem Lucas Rigaud, dizem palavra a tal respeito, possivelmente por o considerarem manjar de baiva estôfa, indigno de ser manipulado pelos *gros bonnets* das cosinhas palacianas.

C. M.

TEATROS DE LISBOA

m 1821, o Teatro Nacional da rua dos Condes era administrado por uma sociedade cujos delegados—Manuel Baptista de Paula e Fernando José de Queirós, representaram a D. João 6.º que, visto a escassez do fundo de reservas proveniente das receitas das épocas teatrais passadas, pediam que pelo cofre da Polícia lhes fôsse concedido algum auxílio pecuniário, e fundamentavam o pedido com várias razões:

—que o teatro da rua dos Condes era o único nacional, onde os espectáculos eram decentes e de boa moral e com os melhores actores; que o teatro do Salitre só tinha dois bons actores, que haviam saído da rua dos Condes e que todos os outros eram oficiais de diversos ofícios e por isso os seus espectáculos eram indecentes e imorais; que a sociedade havia alugado o teatro ao Marquês do Louriçal, seu proprietário, por espaço de 9 anos, fundada na promessa de Sua Ma-

gestade continuar a prestar-lhe suficientes auxílios; que o maior ordenado a pagar era o de um actor-sócio, que recebia 40 mil reis por mês e desta quantia tinha de pagar os seus adornos; que a sociedade dera 30 mil cruzados para a Caixa Militar, 8 mil para a Casa Pia, 9 mil para o Hospital da Senhora das Dôres, 400 mil réis para o resgate dos cativos e agora estava empenhada em 4 contos de reis e tinha hipoteca do vestúario, mobília, etc; e, por ùltimo, diziam que, para o teatro se sustentar, só tendo o auxílio de 1 conto de reis por mês e havendo um pequeno corpo de baile, ou de 600 mil reis, sem corpo de baile.

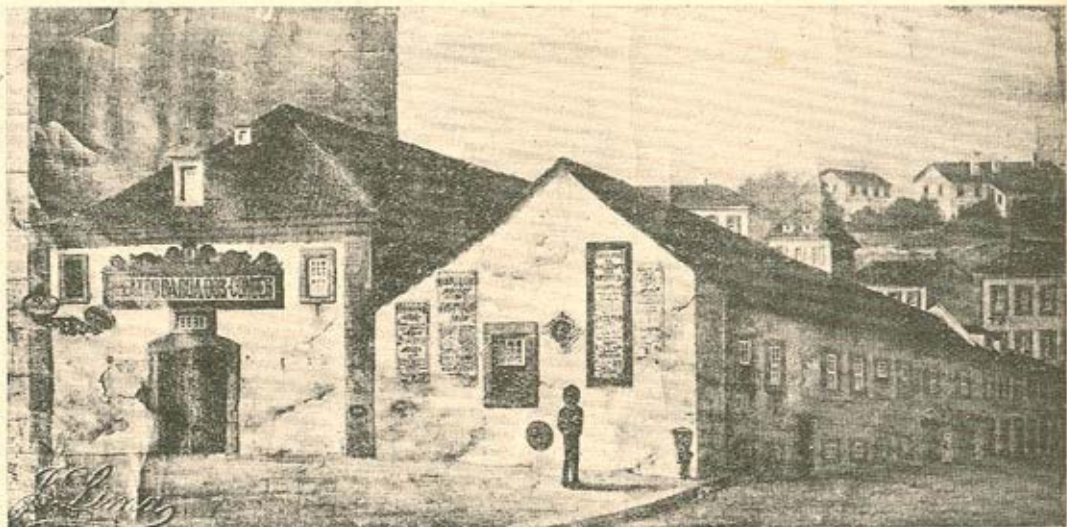
D. João 6º comoveu-se; e o aviso de 18 de maio mandou que o cofre da Polícia prestasse o maior auxílio possível. O Intendente dêsse tempo, Manuel Marinho Falcão de Castro, ofereceu 3 contos de reis, mas foi sempre dizendo que o cofre da Polícia era destinado principalmente a obras das calçadas, à limpeza da cidade e à segurança pública.

Parece que a época teatral, que havia começado pela Páscoa daquêle ano, foi tão farta de lucros, que a Sociedade se remeteu ao silêncio e não mais reclamou auxílios pecuniários, nem vendeu por sua conta bilhetes de lotaria, que D. João 6º costumava mandar-lhe dar nalguns momentos aflitivos que ela sofrêra.

Quanto a S. Carlos:

O Intendente Felipe Ferreira de Araújo e Castro informou El-Rei de que indeferira o requerimento do empresário António Simões Mayer, em que pedia licença para apresentar em público três noites de divertimento de danças e máscaras, porque, notando que o povo andava alvoroçado com as ideias de liberdade e via o estado melindroso do espírito público, receiava alteração da ordem.

Ora o programa dessa função diz o seguinte:

«João Fabrí desejando agradar a tão illustre Nação

TEATRO DA RUA DOS CONDES EM MEIADOS DO SÉCULO XIX

Fotogr. dum quadro antigo *(Cliché de J. A. Lima)*

apresenta em scena por occasião do seu Beneficio, o feliz acontecimento do Glorioso dia 15 de Setembro: Dia assaz memoravel para juntar aos Annaes da Gloria Portugueza: porem como fosse necessario adornar a dita scena com variados episodios afim de interessar alguns bailados com que se exprime o prazer dos corações, pede desculpa pois que elle só préza agradar e satisfazer como he possivel ao mais bem-fazejo e amavel Publico.»

O FELIZ ACONTECIMENTO DO GLORIOSO DIA 15 DE SETEMBRO.

ARGUMENTO.

Acto 1.º — Interior do Quartel do Regimento n.º 16

«Dentro do qual todos os Soldados estão mormurando por hum Decreto que os detem no movimento em que elles desejão fazer a Restauração da sua Amada Patria, são novamente retidos, e novamente mormurão em segredo, mas finalmente pedem ao Coronel que os deixe sair; ao que elle diz não pode consentir, e faz-lhe conhecer a desciplina que devem respeitar, quando de emproviso hum oficial grita á sua Companhia que o siga, a qual não tarda em lhe obedecer, e finalmente, todo o regimento o segue armado, e com Bandeiras, e tambores, o Coronel e os mais ficão suspensos de tal acontecimento. Ordem que se dá para apazigua-los, fim do primeiro acto.»

Acto 2.º — Sala do Juiz do Povo

«Sai a criada e indo à janela fica surpreza de vêr tanto Povo que corre de huma para outra parte, apres-

sadamente chama sua ama, e lhe conta o que vio, ella se sobresalta, sua filha treme, e pedem ao Céo, as livre de alguma desgraça, eis que derrepente aparece o juiz com seu filho, e diz que fecha-se a sua loja, pois lhe parecia, que em tal dia sucederia algum caso extraordinario; quando se ouve na rua crescer o estrépito, e hum bater precipitado á sua porta, os sobresalta, a criada vai, e abre; eis que entra o seu Escrivão acompanhado de muito povo, que lhe dizem se deve vestir, com Capa e Vara, e ir ao Rocio, pois que o Povo o esperava, confuzão da familia, e o Juiz se assusta porem o Povo lhe asegura lhe não sucede mal algum porem que se fazia preciza a sua presença, o mesmo Povo lhe dá a sua Capa, e a Vara, e asegurão a sua familia, que estejão tranquilos; o levam comsigo, e finda o Acto 2.º.»

Acto 3.º — Praça do Rocio

«Entrada do Regimento N.º 4 o qual faz alto na Praça do Rocio, e muito povo que o segue de diversas partes e em confuzão muitos se ajuntão á porta do Palacio e depois de hum oficial haver gritado viva a Constituição, todo o Povo, e soldados fazem o mesmo quando se ouve hum tambor, e aparece o Regimento N.º 4 eis que já se vê em todos o prazer e consolação, gritos, e abraços, tudo he prazer, então aparece huma sege na qual se devisa o Juiz do Povo, o qual mesmo recebido com gritos de alegria, e elle entra em o Palacio, varios Oficiais o seguem, eis que aparece o Juiz á Varanda do Palacio, o Povo grita e elle os aquieta e se ilegem os Governadores, crescem os vivas, e o Hino Patriotico alegra em tal dia todos os corações, ao longe se ouvem tiros de Peças que respondem, á festa com hum Baile, o Povo mostra qual he a sua alegria.»

o Hino Constitucional acompanha a marcha dos soldados e com hum Tabló finaliza hum dia de Prazer.»

Êste espectáculo, descrito em tão *boa* prosa, (Arquivo dos Feitos Findos, pasta 10), não chegou a realizar-se por casmurrice do Intendente. Contudo Benevides, no *Real Theatro de S. Carlos*, fala de um espectáculo que se deu nêsse ano com a peça *Il genio lusitano trionfante*, que foi um delírio de patriotismo. Seria *o Feliz acontecimento do glorioso dia 15 de Setembro* com aquêle título italiano, ou seria outra cousa?

José Maria Pimentel de Bittancourt teve uma Praça de Volatins, ao Poço Novo, desde 1818 a 1821, com botequim e jôgo de chinquilho. Essa Praça esteve anteriormente em Buenos-Ayres, e, de vez em quando, o rendimento líquido era para a Casa Pia. Nesta praça, em Junho de 1820, o inglês João Polito expôs um elefante, que fez um sucesso tal, aos domingos e dias santos, que se tornou preciso um numeroso serviço de polícia.

No teatro do Bairro Alto, em 1823, uma companhia francesa, dirigida por Monsieur Napier, apresentou dramas sacros durante a Quaresma. Esta mesma Companhia deu alguns bailes de máscaras no teatro de S. Roque.

João Jardim de Vilhena.

TESTAMENTO DUM CORREGEDOR

cce *iterum Crispinus* . . . Outra vez o meu Cancioneiro.

E agora teem os três volumes um irmão mais novo, que no mês passado adquiri num leilão particular, aqui nos aros de Lisboa. Parece que não ficaram descontentes com a aquisição, já porque fraternalmente se encolheram para lhe abrir lugar na sua estante, já porque, de cada vez que os consulto, sempre teem alguma novidade para me dar, sabendo-me guloso delas.

Cabe hoje a vez ao testamento dum Corregedor, obra anónima por certo dos fins do século XVII, valiosa não tanto pela amostra literária, que é enfèzadinha e iscada do mau gôsto do tempo, mas por ser uma espécie de recenseamento, ou chamada á barra, de muitas ruas, locais ou edifícios de Lisboa, quási todos transformados ou desaparecidos. Ao meu prezado amigo Matos Sequeira, historiador ilustre da velha Lisboa e colaborador desta revista, devo algumas das identificações.

Segue a versalhada, suprimidas as quadras de mera literatice, sem interêsse directo, portanto, na índole da *Feira*.

C. M.

. . . .

Agonizado entre as ancias
dos pasquins, por que me vejo
morrer de dezesperado
o meu Testamento ordeno.

. . . .

No Caes do Carvaõ (1) me enterrem
com os Loyos descalsos sendo
o jazigo dos fanc. . . nos
a urna tambem dos facetos.

Do Campo do Corral (2) tragaõ
para Jazigo hum carneyro,
que como morro escornado
outro Sepulcro naõ quero.

Que me vistaõ por mortalha
sem outra pompa encomendo
hum lançol, pois sou indigno
do habito que professo.

---

(1) É o actual Cais dos Soldados. Ali demoravam os mercadores de carvão, que em 1742 passaram para o Cais do Tojo e Campo da Lã.

(2) Campo de Sant'Ana (onde se faziam corridas de toiros e se recolhia o gado) e Matadouro.

Cem forçados me acompanhem
junto da tumba, q' entendo
que depois de andar á vara (1)
heide vir a andar ao remo. (2)

Cem responços cantaraõ
todos ao som dos seus ferros (3)
para que destes sufragios
gose hua alma q' não tenho.

Vá diante a Crus de pau (4)
por evitar mais dispendio
que a de Cataquefarás (5)
isso saõ outros quinhentos.

Venhaõ as Cruzes da Sé (6),
e se naõ bastarem, venhaõ
todas as incruzilhadas
que o fadario vay correndo.

O officio deixo das honras
por mil reis; porque so quero
morrer homilde, se o fuy
logo de meu nascimento.

---

(1) A vara da justiça, que os corregedores empunhavam.

(2) Os remos, em cujo exercício se empregavam os condenados às galés.

(3) As correntes que prendiam os grilhetas.

(4) Hoje rua do Marechal Saldanha.

(5) Ficava pouco mais ou menos onde é hoje o largo do Stephens, abaixo do bêco dos Apóstolos.

(6) Ainda hoje conserva êste nome.

. . . .

Demse, tanto q' eu morrer
cem mil reis aos Albardeyros,
q' ham de ter entaõ seu damno
porque ha menos hum jomento.

Deicho ás frestas da Capella
em que o meu jazigo ordenno
os ocullos, que me foraõ
da pompa os moveis primeyros (1).

Deicho a minha cabeleyra,
que se venda, e dos effeitos,
que meu Irmaõ com cuidado
lhe forme o lagar do Cebo (2).

Deicho a capa ao Boy fermozo (3)
q' em conciencia entendo
que lhe cabe hoje por sorte
quando naõ for por direito.

Deicho a cazaca, e calsoes
áquelle pobre estafermo
que ao chafaris do Rocio
tem posto ao rigor do tempo. (4)

---

(1) Também se chamam *óculos* as aberturas circulares que se vêem por sôbre as frestas, portas, etc. Nisto consiste o trocadilho.

(2) Antes do terremoto, a rua do Lagar do Cebo desembocava no Rossío, entre a rua dos Escudeiros e a rua da Praça da Palha.

(3) Hoje rua do Bemformoso.

(4) No tôpo do chafariz do Rossío havia uma estátua de Neptuno. Vidè uma reprodução do chafariz no *Almanach de "O Século"* para 1928.

Deicho as meyas ao Chiado,
sapatos naõ, q' os naõ tenho,
pois me tem satiras tantas
posto no calçado velho. (1)

Deicho mais á rua Suja (2)
a roupa branca, e lhe deicho
com vinculo de Morgado
huns escarapins (3) fedorentos.

Com suor quotidiano,
que aplico pello tromento
do Cano Real, (4) que está
em Purgatorio perpetuo.

A's portas da Mouraria
deicho hum dote, com pretexto
q' hua dellas, a mais velha
entre logo em hum Mosteiro.

Caze a outra com o postigo
de Santo André (5), q' tenho
do dellas; pois meus Avos
todos ás portas viveraõ.

Deicho as Pedras negras forras (6)
que isto talves tem misterio,
veremse forras as pedras
sem q' eu me veja liberto.

---

(1) A rua do Calçado velho era, na Baixa pre-pombalina, a que continuava a rua dos Carapuceiros e ia desembocar no adro de S. Nicolau.

(2) Actual rua do Capelão, à Mouraria.

(3) Forma popular de "escarpim", (Cfr. *carapinteiro*, etc.).

(4) O cano de esgôto que ia do Rossío ao Terreiro do Paço, seguindo o *thalweg* da Baixa.

(5) Ao arco do mesmo nome, há anos demolido.

(6) O local ainda hoje conserva êste nome.

A' rua dos Algibebes (1)
deicho estes tragos que bebo,
que por mais q' os bebo aguados
ainda assim os acho azedos.

Deicho á Cotovia (2) as penas,
que nestes Pasquins padesso
q' lhe dem azas se a mim
dezazado me fizeraõ.

Deicho a terra em q' assisto
á travessa do Desterro
que viver em Santarem (3)
se tomará por degredo.

Deicho as minhas esperanças
ás janellas verdes, vendo
que do verde, q' aqui tenho
me pos a disgraça em seco.

Deicho ao Terreiro do Passo
da minha vida os enredos,
que sem no Passo entrar nunca
me pozeraõ no Terreyro (4).

---

(1) Na freguesia da Conceição. Era a antiga rua da Jubetaria, ao norte da rua Nova dos Ferros.

(2) Havia dois locais com esta designação: a Cotovia de cima, ou Patriarcal Queimada, hoje praça do Rio de Janeiro até à Escola Politécnica (antigo Colégio dos Nobres); e a de baixo, actual bairro da Mãe de A'gua e Praça da Alegria.

(3) O testador estava em Santarêm, o que para êle representava um destêrro e o poeta figura-o como tendo aí falecido.

(4) O juiz do Terreiro era o magistrado que superintendia na venda do trigo.

Tudo o mais, q' se me achar
se reparta pellos becos,
só á calçada da Gloria
naõ dem nada, pois a perco.

O cadaver, e os mais ossos
deixo ao meu simiterio
excepto o espinhasso, que esse
deixo á Costa do Castello.

Anónimo.

A SALVAGUARDA DOS "AFRANCESADOS"

HAMAVA-SE Quesnel o governador militar do Pôrto, em 1809, quando do efêmero domínio de Soult na capital do norte. Foi êle o sinatário do documento que isentava de visitas vexatórias e de delapidações as casas em cujas portas fôsse colocado.

O duque da Dalmácia entrara com as suas tropas de roldão, pela porta da Prelada, em 29 de Março de 1809; tentara-se a resistência com populares, soldados e milicianos. Pouco antes tinham sido arrastados pelas ruas alguns homens com fama de jacobinos, de «afrancesados». A turba, em clamores infernais, enforcava os suspeitos e, puxando os baraços, levava-os pelas ruelas, num tumultuar ebrifestivo de carnífices que se diziam justiceiros.

Diante da cavalaria de Lahoussaye e das divisões Mermet, Merle e Delaborde, que fizeram a investida, os

franceses, num ímpeto audaz, entravam no Pôrto ao som da sua senha:

— *Napoleão e glória!*

Na serra do Pilar trovejavam as peças que o bispo D. António José de Castro ali mandara colocar, depois de ter deixado que a multidão trucidasse os pedreiros

SAUVE-GARDE.

IL est ordonné à tous les militaires Français, de respecter et faire respecter cette maison et les personnes qui l'habitent.

Le Général de Division Gouverneur
d'Oporto et Province du Minho.

O "PARA-RAIOS" DOMICILIÁRIO CONTRA
O ASSALTO DOS FRANCESES
(A rubrica deve ser do governador Quesnel)

livres, os amigos dos franceses, os que não uivavam ferozmente entre a alcateia bêbeda de sangue e de vinho roubado.

Assim que se soube da entrada dos invasores, gerou-se um enorme pânico. A população mais variada — fidalgos, freis, artífices, ricos e pobres, monjas e comborças — atirou-se para a ponte das barcas que, ao abater-se sob aquêle pêso, ou sorvendo os fugitivos por seus alçapões, causara mais de quatro mil victimas,

que o Douro guardou, emquanto a artilharia episcopal pretendia calar a retumbância dos canhões franceses.

Começava a pilhagem, o saque. Corriam ondas de vinho misturado com sangue empastado nas valetas e Soult, vibrando no sonho alto duma realeza nessa Lusitânia Setentrional, ordenava o respeito e a paz, procurando cativar os habitantes.

Então, para se preservar de início os que mais se ligavam aos franceses, Quesnel distribuiu a *Sauvegarde*, de que um exemplar, muito raro, se inclui nêste artigo.

Decerto que uma casa do Pôrto, a pertencente a João Ribeiro Viana, capitão de ordenanças e rico comerciante, tambêm foi defendida por um daquêles papeis. Moravam ali, aboletados como príncipes, alguns oficiais franceses e entre êles o coronel Donnadieu, do 47.º de linha da divisão Delaborde. Tambêm lá se alojara o general Bigarré, ajudante de ordens de José Bonaparte, então rei de Espanha e que viera seguir as operações e vigiar a política de Soult, por ordem do monarca ao qual os forçados vassalos chamavam *el Pepe Botellas*.

Essa moradia, assim salvaguardada, foi o foco da rebelião; por detrás da ordem de respeito, os franceses inimigos do marechal conspiravam com o dono da residência que, por sua vez, conversando com Wellesley no campo britânico, onde levara um emissário do exército de Soult, o capitão d'Argenton, do 18.º de dragões, se tornou o elemento aniquilador do domínio francês no norte de Portugal.

A *sauvegarde*, para êste patriota, foi como uma romântica e útil capa de conspirador.

Estoril, 18 de Agôsto de 1929.

ROCHA MARTINS

DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS.

A MORTE DE RICHELIEU CARPIDA EM VERSO POR UM DIPLOMATA PORTUGUES

RISTÓVÃO Soares de Abreu, secretário da embaixada que D. João IV enviou à côrte de Luís XIII em 1641 com o fim de conseguir a adesão da França a uma liga contra a Espanha, — era natural de Ponte do Lima e certamente da estirpe dos Abreus, que no norte de Portugal se dividiu em muitos e preclaros ramos. Além de cavaleiro na Ordem de Cristo, foi desembargador da Casa da Suplicação e vereador do Senado da Câmara de Lisboa. Como jurisconsulto, é fama que foi notável, porém muito pouco reza a história da sua inclinação para as musas, com cujo fraco favor versejou na língua de Racine. Essa circunstância da sua biografia vim a conhecê-la melhor nos manuscritos da colecção Godefroy, que hoje se guardam na biblioteca do Instituto de França e de que o sr. F. Gébelin publicou em 1914 um excelente catálogo.

Estava Cristóvão Soares ainda em Paris quando ocorreu a morte de Armando du Plessis, Cardeal de Richelieu, em 1642. O sucesso, que tanta lástima lançou no mundo, parece que atingiu tambem o coração do diplomata português. Em 7 de Fevereiro de 1643 enviava êste uma carta a Teodoro Godefroy, pedindo-lhe que escolhesse, de entre três correcções dum mesmo soneto, *la moins mauvaise*, para a apresentar ao Chanceler. O soneto intitulava-se *Condoleance en la deplorable mort du très eminent, trois fois grand cardinal duc de Richelieu*, e a êle se referiu já o *Diccionario Popular*, classificando de mau o francês em que está escrito.

Por amável deferência do sr. H. Dehérain, distinto funcionário superior da biblioteca do Instituto, onde está o autógrafo dêsses versos, pude obter uma cópia da *1.ère, 2.eme e 3.eme lime.* Não sei de qual delas gostou mais o ilustre coleccionador francês. O leitor apreciará a primeira e não terá, provavelmente, pena de ficar ignorando as restantes:

Nymphes du Tage, en la commune doléance,
Devez remplir de sentiments la terre,
Puisque la fleur du gallois parterre
Est tombé de sa même Éminence.

Armand est mort. Les délices de la France
Sont enterrées en ce tombeau de pierre:
Le flambeau de la paix et de la guerre
Gist sans flamme, sans vie et sans vaillance.

Hé que dites-vous? L'homme du lis royal
Et de la pourpre? Hélas! O mort injuste!
La perte est donc commune au Portugal.

Il faut, nymphes, aller au templ'auguste
Pour couronner cette pompe funérale,
Pour consoler le grand Louis le Juste.

O dr. Cristóvão Soares de Abreu ainda estava em Paris em 1645, pois nessa data correspondia-se com Godefroy àcêrca dos negócios políticos de Portugal com a França. Veio a falecer em Lisboa em 4 de Junho de 1684. Inocêncio da Silva (tômo 3.º) dá notícia duma obra sua, impressa: compõe-se de sete páginas e tem por título *Oraçaõ em nome da Camara de Lisboa a El-Rei D. Affonso VI e á Rainha D. Maria Francisca Izabel, entrando na dita cidade em 29 de Agosto de 1666.* Barbosa Machado inculca-o como poeta, mas não cita nenhuma poesia, nem lugar onde a houvesse publicado. Também a *Enciclopédia* de Lemos diz que êle deixou «várias obras poéticas» sem todavia especificar quais elas fôssem.

Funchal.

João Cabral do Nascimento.

ARQUEOLOGIA LITERARIA

ARTE NOVA E ARTE VELHA

D. RAFAEL BLUTEAU, O PRIMEIRO FUTURISTA PORTUGUÊS

Dom Rafael Bluteau, que foi doutor em teologia, prègador da Rainha Maria Francisca de Saboia, qualificador do Santo Ofício, Académico das Academias dos Generosos, dos Aplicados e da Real de História, valido de D. João V, além do substancioso *Vocabulario... aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, bra-silico, comico, critico, chimico, dogmatico*, etc., partejou também um recho nchudo volume de *Prosas portuguezas*, em que êle estadeia a sua maravilhosa faculdade de escrever em todos os géneros, académicos e futricas, graves e jocosérios, lógicos e teológicos, instrutivos e enigmáticos. Nem outra cousa era de esperar. Rafael Bluteau, nascido em Inglaterra, filho de pais franceses, foi uma criatura desempoeirada. Falava inglês, sua lingua materna, francês, em que foi prègador considerado, italiano, espanhol, grego e o português,

em que escreveu com brilho e sabedoria. Era homem erudito, com igual facilidade dissertando sôbre as virtudes do santo do dia e a criação dos bichos de seda.

Escreveu em prosa e verso. Em prosa, prosa de toda a sorte. Em verso, versos futuristas, nefelibatas, dignos de serem insertos no *Orfeu* e na *Contemporânea* e em outras arqui-malucas antologias do género exótico. Ora sucedeu-me ter hoje aberto o calhamaço das *Prosas*, volume nédio e sem mazela que o impressor da Academia Real, Joseph Antonio da Silva, arrancou dos prelos em 1728-29, na *Prosa Symbolica*. E reconheci que as produções do reverendo eram precursoras das que, há uma cinqùentena de anos, estarreceram o mundo literário com o rótulo de decadentes, simbolistas, nefelibatas, rafaelistas, impressionistas e que hoje o vulgo ignaro desdenhosamente assembléa sob o título genérico de futuristas. Se o leitor não leu o padre inquisidor, pastor de vocábulos e fâmulo de el-rei, saberá que as suas produções poderiam à vontade passar por uma dessas charadas pretenciosas, cornitorcidas e ôcas, que os moços estetas e andróginos após tenesmos cerebrais depositam no papel. Que, valha a verdade, o padre era sincero. Fazia a prosa simbólica, acompanhada a verso, para provar que nem essa lhe escapava. E fazia-a com a mesma sanha exibitiva, com que lagrimejava a prosa politica ou a prosa funeral.

Os mocinhos futuristas não fazem essas cousas imorais para dar na vista. E deliram de gôso se alguem lhes toma a sério as tatibitatices bizarras. Querem casar ricos. São moles, flácidos, viscosos, incapazes. Se o conseguem. encoiram em burgueses. Se o não alcançam, ficam sempre como o poeta Tolentino:

> Dá às tendas pelo vulto
> As mesquinhas produções
> E tem dó do povo inculto
> Que gosta mais do Camões.

Mas não se marasme de espanto o leitor. D. Rafael Bluteau é o avô do futurismo de hoje. Não acredita? Pitadeie-se e escute com seu vagar:

No meyo das aguas armo ciladas,
E sem fazer ruido,
Apanho a quem me apanha.
Do meu parecer quem se fia,
A si se enfia,
E querendome prender, fica preso.
Porem naõ se queixa, nem publica
A peça que lhe fiz,
Porque de nascença he mudo.

Ouviu? Adivinhou? Pois fique sabendo que é o *anzol*. Está admirado como um pequenino anzol deu aquilo tudo? Pois deu; mas é que o padre tinha talento, talento provado, talento verdadeiro e fazia futurismo como o Camilo fez realismo — para se divertir.

Astro dos bosques, e das Aldeas,
Atomo de luz errante,
Relampago sem terror,
Fogo innocente;
Fuzil animado, e scintillante
De ferir lume sem bater,
Quem te ensinou a arte?
Com alternado luzimento,
Em hum abrir, e fechar de olhos,
O dia, e a noite representas;
Com todo o seu poder,
Não faz o Sol outro tanto.
Por ventura es estrellinha
Do luminoso lacteo caminho,
Para com os vagos resplandores
De tuas brilhantes companheiras,
Representar na terra hum firmamento?

E isto, sabe o que é? Dizer-lhe antes o nome é desagudar o interêsse e embotar-lhe, leitor amigo, a pers-

picácia. Sim; porque eu suponho sempre o leitor pessoa culta e perspicaz. Ou como dizia o outro, talvez Guedes de Oliveira:

> Que êle, afinal, neste paiz, a gente
> Vê dois talentos simplesmente em pé:
> Um é o compadre, irrecusavelmente,
> O outro o compadre sabe bem quem é.

Pois é um *caga-lume* Exactamente. O frade sabia português e escrevia-o. Machado de Assis, o Camilo brasileiro, prefere-lhe a forma *vaga-lume*. É uma questão de gôsto.

> Naõ sou cousa grande
> Mas com poucas forças
> Cousas grandes eu faço.
> Para quem me sabe guardar
> Fielmente guardo tudo;
> Sem aprender, sou mestra,
> E sem escrupulo, feitiça;
> Abro casas, fecho casas,
> Dou entradas, e sahidas
> A quem de mim se sabe valer,
> E sou parte das Armas
> Do mayor Potentado do Mundo.

Não, quebre, a cabeça leitor. É uma *chave* Uma chave vulgar, uma simples chave, que está nas armas pontificiais.

E diga-me agora se não é estilo moderno, estilo *papo-sêco* e se não merece um doce quem adivinhe que por detrás d'este nefeibatismo charadístico se esconde um homem grave, clérigo regular, inquisidor, etc., etc.

Novo exemplo:

Por nascer ainda estou,
E chegando a ser, já não sou.
Sou o primeiro almazem do Mundo,
E do poder Divino o mayor thesouro,
Dos meus cofres tudo foy tirado,
Ainda taõ cheyos estaõ, como dantes;
Sou tudo o que naõ he.
Sou o patrimonio do pedinte;
Sou tudo o que tem feito
O malfeitor naõ confesso;
Sou o que ao cobiçoso naõ basta;
E no meio de cem collyrios,
O que para os olhos he bom,
Sou eu.

«Se queres que o teu ôlho sare, coça-o com o cotovêlo», diz o provérbio. É o caso. Mas não adivinhou? Pois a composição, que parece do *Orfeu*, um poucochinho tocada de Rilhafoles, significa *O Nada*.

O leitor ri? Pois ria á vontade. Os bons, os sólidos espíritos, teem às vezes diversões de patarata. E aqui tem mascarado de patarata o que foi doutor teólogo, inquisidor, prègador régio, académico viajado, poliglota notável, homem insigne, emfim. Com estas bagatelas laboriosas se prova, como se vê, que o bom Homero, se não dormia, toscanejava. *Quandoque bonus dormitat Homerus*.

Albino Forjaz de Sampaio
da Academia das Sciências.

A PROPÓSITO DO ARTIGO "MODAS DE ONTEM E MODAS DE HOJE"

Meu caro Cardoso Martha

Acabo de ler o n.º 3 da nossa (porque não direi assim?) «Feira da Ladra», que vai tomando uma tão interessante feição tradicionalista, guardando para os vindouros êsses preciosos quadrinhos da vida íntima da nossa sociedade de antanho.

. . . .

A páginas 105 da *nossa* revista, publicou o erudito colaborador João de Vilhena um curioso artigo sôbre *modas de ontem, modas de hoje,* no qual o clero verberava, e com justas razões, o licenciosismo no trajar de certas damas que, primorosamente *despidas,* são o espelho de muitas das nossas contemporâneas. Mas o clero, que então pugnava pela moral dos costumes, também em muitos dos seus membros deu logar a justas censuras e até a medidas violentas da parte das autoridades com a sua forma de proceder e até... *de vestir!* As nossas crónicas monásticas estão cheias de providências tendentes a coibir êsses abusos da parte de quem tinha o duplo dever de dar exemplo de modéstia e humildade. Seja dito, contudo, em abono da

verdade, que exemplarissimos varões houve, honrando o hábito e a religião de humildade a que haviam consagrado vida e honrarias.

Entre alguns centos de velhos papeis lá fui exumar a cópia de dois pitorescos editais do nosso Pina Manique, feita por qualquer curioso da época em 4 oitavos de papel já salpicado de nódoas amarelas de humidade. Se vires que podem ter interêsse para os leitores da «Feira da Ladra» abre-os no teu estendal, que certamente encontrarás comprador guloso de escândalos e velharias.

Teu amigo,

Ernesto Soares.

EDITAL

Ha hum tempo a esta p.te se tem rebaixado m.to Eclesiasticos assim regulares, como seculares; já na prostituição, em que alguns vivem escandalozamente uzando de trajos, não permittidos a pessoas taes; aquelles trajando contra a regularidade da sua Ordem do S.to Habito, que professárão, uzando de chinellas de bicos á jacobina, fitas á Republicana, a Coroa quasi fechada, o cercilio crescido, imitando os libertinos; e os Clerigos com trajos immodestos com as mesmas chinellas de bicos á jacobina, e os cabellos do mesmo modo, que huns, e outros offendem, e escandalizão, andando por Logeas de bebidas acompanhando com mulheres prostituidas e escandallosas pelas Praças e Passeios Publicos, frequentando as Cazas de Bilhares e de jogos, tendo alguns destes concubinas por sua conta teúdas e manteúdas, aparecendo mesmo nos

theatros publicos com ellas com todo o descaramento com que escandelizão não só os Nacionaes, mas ainda aos Estrangeiros, servindo de objecto de escarneo estes máos Ecclesiasticos, assim Regulares, como Seculares de que fallo comprometendo o caracter, e Dignidade da quelles bons, que vivem decentes e exemplarmente, e que desempenhando os deveres de Ministros do Santuário, são dignos de serem por Nós respeitados. E afim de fazer cessar esta escandaloza prostituição, e reprehensivel conduta V. M. com toda a Prudencia e circunspecção averiguará todos aquelles Regulares, e Ecclesiasticos Seculares, que encontrar com estes trajes, ou com mulheres prostituidas passeando pelas Praças, e Passeios publicos, os prenderá V. M. immediatamente e os fará conduzir com decencia com huma carta Civil ao seu Prellado da Ordem a que respeitarem. E sendo Ecclesiasticos Seculares os fará recolher ao Aljube, dirigindo outra igual Carta Civil ao Ex.^mo^ e Rev.^mo^ Arcebispo e Vigario Geral, e quando sejão aprehendidos nocturnamente, os Regulares meia hora depois das Aves-Marias (sic), e aos seculares depois de tocar o sino de Curre", os fará V. M. recolher em Custodia com toda decencia em Camarotes das Cadeias do Limoeiro para dali logo na manhan do dia successivo os fazer V. M. conduzir com cartas civis na forma, que tenho referido. Recommendo muito a V. M. previna muito seriamente aos seus officiaes tenhão a maior prudencia na execução desta deligencia, afim de que nella não confundão os Ecclesiasticos assim Regulares, como Seculares, que de noite encontrarem; e que forem com o destino de hirem assistir e administrar os Santos, e Espirituaes socorros aos Enfermos; mas que antes pelo contrario acompanhem estes para chegarem aos seus destinos, izentos de qualquer insulto ou incommodo. D.^s^ G.^de^ a V. M. Lisboa 2 de Novembro de 1800 — *Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Carta do Intendente G.^{al} da Policia para o R.^{mo} P.^{e} Provincial da ordem de S.^{to} Agostinho.

A grande relaxação que ha huns tempos a esta parte estão alguns Religiosos das Ordens Regulares deste Reino, praticando as acções mais improprias ao seu Estado; já passeando pelas Praças, e passeios publicos; já frequentando as logeas de bebidas, Bilhares, cazas de Pasto, e até as mesmas tavernas na companhia de mulheres servindo assim de objecto para serem ludibriados, e escarnecidos, entrando neste numero alguns filhos do S.^{to} Habito, que estão pretextados com breve para tratarem da sua secularização e outros de habitos retentos que ordinariamente por motivos falsos que expozerão alcançárão; e ainda outros mais das ordens regulares das Ilhas adjacentes, e das Colonias deste Reino, e India que nesta Côrte se tem eternizado fora da obediencia regular: E porque aquelles não tratão de concluir a sua secularização, e estes tem assás abuzado das Graças, e Licenças, que na boa fé se lhes tem concedido, e huns e outros estão dando os maiores escandalos metendo a rediculo o S.^{to} Habito que professárão e fazendo com que os Povos menos instruidos percão a devoção, e resp.^{to} que lhes devem ter. Tudo isto obriga a participar a V. R.^{ma} que não he das Reaes intenções do Principe Regente N. S. que todos estes Individuos que se não tem promptificado para puderem ter effeito os seus Breves de secularização e aquelles que da Graça de Habitos retentos tem infelizmente abuzado continuem nestes abuzos, e horriveis escandalos, e por isto huns e outros, dos que aqui lhe aponto, deve V. R.^{ma} sem perda de tempo fazer recolher todos ao Claustro para seguirem a Regra e Instituto em que V. Rev.^{ma} dignamente prezide mandando os distribuir pelos Conventos, que estão debaixo da

obediencia de V. R.ma e seguir todos os actos da comunidade que praticão os seus coirmaons, faze-los obser-

FRADE DA ORDEM DE SANTO AGOSTINHO
(Grav. colorida da obra «Noticia Historica das Ordens Religiosas» Lisboa, 1831)

var a Regra e Instituto que professárão e jurárão guardar, e contra aquelle que não a cumprir procederá V. R.ma conforme determinão as suas leis Religiosas. Fazendo V. R.ma observar tambem os Decretos de 3 de Agosto

de 1691 e o de 1 de Setembro de 1692. Collecção da Ordenação do Reino livro 5.º Art.º 31 n.º 1 e 2, e as Pastoraes dos Arcebispos de Damasco e de Rodes que forão Nuncios Apostolicos nestes Reinos e que obtiverão o Beneplacito Regio para ser observado o que nas mesmas Pastoraes determina por aqueles Prellados. E no caso que V. R.^{ma} tenha existentes no claustro dos conventos desta corte, ou das Cidades do Reino alguns Individuos que fação, como os outros o objecto deste Officio que dirijo a V. R.^{ma} deve immediatamente faze-los sahir com recommendação para outros conventos da sua obediencia, onde não possão ser tão sensiveis as acçoens irregulares que praticarem, e q. mais depressa as possão conhecer os Prellados locaes dos Conventos em que estiverem para lhas cohibirem.

Pode V. R.^{ma} ficar certo que por esta Intendencia Geral da Corte e Reino se prestará todo o auxilio, que nella requerer p.ª se verificarem e cumprirem estas Reaes Ordens, que fazem o objecto deste officio e p.ª tudo mais q. se encaminhar para a conservação da obediencia dos subditos de V. R.^{ma} em desempenho das Leis da S.^{ta} Religião que professárão e jurárão guardar e para me evitar o disgosto de sofrerem o procedimento que declara o Avizo da Copia incluza que por esta Intendeneia se dirige a todos os Ministros dos Bairros desta Corte e aos Corregedores de todas as Comarcas do Reino. D. G.^{de} a V. R.^{ma}. L.ª 2 de 8^{bro} de 1800 — *Diogo Ignacio de Pina Manique.*

A PROPÓSITO DO TEMPLO DE DIANA

Ex.mo Senhor Director

O artigo de C. M. sôbre o templo de Diana em Évora, encantadora cidade onde por duas vezes estive, sendo uma delas por espaço de 2 meses, está escrito com muito saber e muito conhecimento de antigualhas; e a observação atenta que fiz da notável estampa que o acompanha, tudo me trouxe à memoria, Sr. Director, outras duas gravuras nas mesmas condições que há muitos anos vi, das quais uma representava o Palácio Real da Ribeira do Tejo, não me lembrando o assunto da outra (mas tambem português). Estou por isso crente que a série deve ser maior.

Mas tambem pregunto como C. M.: Donde provirão tais estampas? Dalgum livro? Foram publicadas sôltas? Eu considero-as dos fins do século XVI, começos do XVII, feitas na Itália (em Portugal, nesse tempo, não se gravava assim em madeira) por conta de algum embaixador português, ou *enviado*, como então se chamavam, para distribuir por pessoas de categoria. Tratava-se pois de propaganda do país.

O quê! Temos turismo já nesse tempo? dirão. Não. Não lhe chamemos turismo; chamemos-lhe orgulho de termos, para mostrar, monumentos que rivalizam com outros lá de fora; chamemos-lhe um presente, uma recordação de Portugal, e talvez esteja certo.

Ainda outra hipótese se apresenta, ou seja tratar-se de projectos para ilustração dalgum livro sôbre o nosso país. Será assim?

Dando êstes alvitres, que me parecem tão razoáveis como outros quaisquer, só tenho que pedir desculpa,

Sr. Director, da minha fraca prosa, pois apezar da minha paixão por antiguidades, conhecendo quási todos os monumentos e museus do país, que percorro muitas vezes demoradamente e apezar das minhas leituras de muitos anos sôbre tal assunto, não estou habituado a escrever para público.

Tenho pois a honra de me assinar

de V. Ex.ª

At.º e Ven.dor M.to grato e profundo admirador

Um amador de antiguidades

* * *

Meu caro amigo

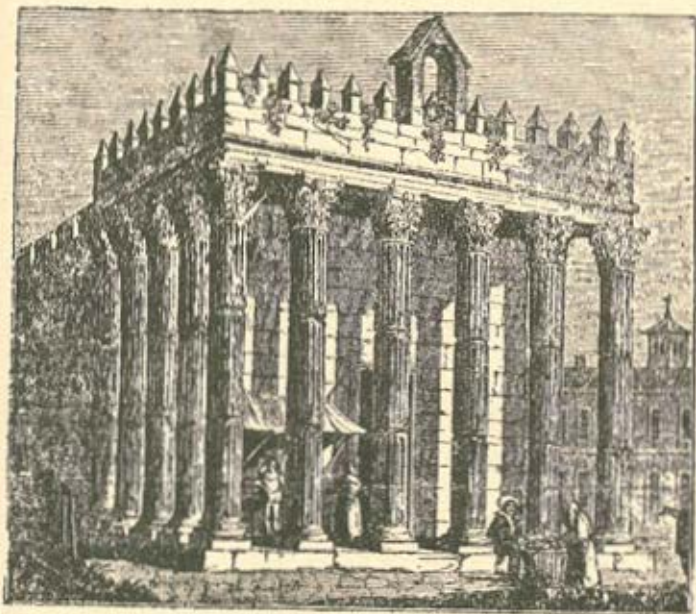
Publicou V. no n.º 3 da *Feira da Ladra*, um artigo muito interessante sôbre o templo de Diana em Évora.

A curiosa estampa que o acompanha, trouxe-me à memoria uma outra que em tempos havia visto, conservando as ameias; mas onde?

Depois de um grande esfôrço de memória, sempre consegui lembrar-me de que era em *O Archivo Popular*, semanário pinturesco, e effectivamente, no número 2, de abril de 1837, lá encontrei a famosa gravura, que remeto a V., caso a queira reproduzir,

É ela muito curiosa, pois apresenta o templo ainda com a coroa de ameias, que o barbarismo dos nossos antepassados lhe havia enxertado.

A posição é diferente, pois nos mostra a frente e o lado direito do templo todo em colunas, dando a impressão de as não ter do lado esquerdo.

O fundo é todo fechado, tendo uma grande porta que devia dar para um acrescento que lhe haviam feito, acrescento que a gravura reproduz e que também era ameado.

TEMPLO DE DIANA, ANTES DA ÚLTIMA RESTAURAÇÃO
(Xilograv. do *Archivo Popular*, Lisboa, 1837)

Dentro há uma tenda, provavelmente de venda de carne, pois parece que durante muito tempo êle serviu de matadouro municipal. Não lhe faltam também algumas figuras, documentando a época em que foi gravada a estampa.

Frei Policarpo.

Lisboa, 22 de Outubro de 1929.

Meu ... Am.º e ... Consócio
Cardoso Marta

Sôbre o artigo *O Templo de Diana, em Évora, no século XVI*, publicado no n.º 3 desta interessante Revista, peço licença para fornecer a V. Ex.ª as seguintes indicações:

1.ª — Ignora-se a que divindade era consagrado aquêle templo romano. A sua atribuição ao culto da deusa Diana, é uma mera fantasia. V. *Religiões da Lusitania*, pelo Dr. J. Leite de Vasconcelos, vol. III, 1913, pág. 464.

2.ª — Posteriormente à gravura do século XVI reproduzida a pág. 95 desta publicação, julgamos que a primeira representação do templo romano em gravura se acha a pág. 306 do livro de James Murphy, *Travels in Portugal*, editado em 1795. Aí se representa o edifício completo e acabado, como provàvelmente já então se não achava; e da mesma gravura foram copiadas ou inspiradas as vistas do templo que se encontram no n.º 2 do *Archivo Popular* (1837); a pág. 116 do vol. 1.º do *Universo Pittoresco* (1839-40); a da pág. 386 da obra *Portugal*, por Ferdinand Denis (1846); e em mais algumas outras.

Com toda a consideração e estima, sou

De V. Ex.ª
Am.º mt.º at.º e Consócio obrg.mo.

A. Vieira da Silva

BRAZÕES COM LEGENDAS

Á tratei algures (1) das *divisas* e *legendas*, de uma maneira geral e em especial daquelas que se encontram e observam nas marcas de posse bibliográfica.

Há, contudo, um capítulo que não abordei por não ser ali o lugar próprio, visto não ser um estudo heráldico, e que vou agora tentar expôr.

Refiro-me ás legendas, que, provenientes de um facto ou acção distinta, determinado indivíduo usou, ficando a fazer parte integrante do seu brazão, com o andar dos tempos ou com a vontade determinada do rei de armas.

Ao contrário das *divisas hereditárias* ou *de família*, que se colocam num listel por baixo do escudo de armas a que pertence, ou do *grito de guerra*, que se

---

(1) *A Psicologia do Ex-Libris*, in ARQUIVO NACIONAL DE EX-LIBRIS, Lisboa, 1928.

põe num listel por sôbre o timbre, as legendas aparecem dentro do escudo, ordinariamente dispostas em orla, tendo por conseguinte de se ler da nossa direita para a esquerda.

Não abundam no nosso armorial êstes brazões, em cuja composição elas figuram, restos dos *gritos de guerra* e *tenções* que elas foram noutros tempos.

Em mil e quinhentos apelidos nobilitados, não encontrâmos duas dúzias, ou com elas dentro do escudo ou fora, no timbre de que fazem parte integrante, não se devendo confundir com os já citados *gritos de guerra*.

É claro que não têem aqui cabimento os brazões que nós encontrâmos circundados por *divisas*, que os seus possuidores adoptam e usam, pois essas são alheias á composição heráldica.

A maior parte das vezes puramente pessoais — e mesmo quando o não sejam, e se transmitam — são, como agora dissemos, independentes do brazão, embora lhe andem agregadas.

Voltemos, pois, a nossa atenção para aquelas que constituem o meu presente objectivo.

Percorrendo a série das *legendas* dos brazões nacionais, noto (e para isso chamo a atenção de quem por estas coisas se interessa) como é curioso analizar as várias orientações e tendências, que nelas se adivinham e nos revelam estados psicológicos de homens que tiveram *nome* na Historia.

O espírito dessas *legendas* define bem a índole de outras eras e deixa entrever o ambiente em que viviam, que era o da *Fé* e o da *Honra*.

Encontrâmos casos em que a ideia mãe é cheia de misticismo, invocando a Virgem, como se vê na seguinte *legenda :*

AVÉ MARIA GRATIA PLENA.

usada pelos *Andrades*, *Guerras* e *Mendonças*, ou fazendo alusão á Cruz como na dos *Migueis*

CRUCEM SECTAMUR CETERA
UT LUTUM PUTEMUS.

Noutras, apela-se para o omnipotente poder de Deus, como se nota na que os *Granadas* usam:

NÃO HÁ OUTRO VENCEDOR SENÃO DEUS

e na dos *Leças*,

IN HOC SIGNO VICTOR ERIS.

Há-as, que são a um tempo cavalheirescas e místicas, como a dos *Alpoins*:

NOSTRA DAMA DE POYM;

arrogantes como a dos *Rendons*:

VENCER E NUNCA VENCIDO;

guerreiras, nos *Cotas*:

SINE SANGUINE NON EST VICTORIA;

resignadas e confiantes na graça de Deus, nos *Machados*:

SPES MEA IN DEO EST;

na dos *Dias* e *Souzas* com o seu

CREDE, SPERA, VINCES

e em *Deus-Dará*, que é o próprio apelido.

Há ainda aquelas, que firmam o seu propósito na honra; e assim, encontrâmos os *Alagôas* com

NOMEN HONORQUE MEIS,

os *Romanos* com

VIRTUS ET GLORIA,

os *Pires* com

IN PERPETUAM HONORIS FIDELITATIS
ET CONSTANTIA;

cujo sentido se completa com a letra que figura no timbre:

PRO DEFENSIONE REGIS.

E também as que envolvem um sentido íntimo, obscuro, como na

QUAESCUNQUE FINDIT

dos *Távoras*, ás quais podêmos juntar aquelas que marcam directamente um facto qualquer, que deu lugar a um sentimento, como o da gratidão, no caso dos *Camelos*, com a letra

REI.

Por êste conjunto interessante, possivelmente completo, do nosso armorial, se contribue com mais um minúsculo subsídio para a verdadeira interpretação que a heráldica nos merece e de que os estudos de investigação necessitam, para melhor ainda desempenharem a sua tarefa de ressurgidores do passado.

Armando de Matos

A' MARGEM DE GULODICES

OCÊ dá licença, mestre Emânuel Ribeiro?

— Mestre?!

— Assim mesmo. Não foi V. quem nos revelou um atraente distrito da arte decorativa popular — os papeis recortados á tesoura? Veja-se êsse lindo e original livro — *O doce nunca amargou...* Mestre, sim, senhor, e eu tenho muita honra em ser seu discípulo na matéria.

— Deixemos lá desembuchar o homem, dirá V. com os seus botões.

Pois desembucho. E começo por explicar porque pedi licença — licença para caçar em terreno alheio... E' que eu encontrei uma porção de papeis recortados — não para ajanotar caixas de frutos ou doçarias, mas para polvilhar de canela os pires de arroz dôce e aletria...

Simples era o processo. Assentava-se o papelucho sôbre o arrôz esfriado; empoava-se de canela, já com

um caneleiro de crivo, já tomando o pó entre o indicador e o polegar; soprava-se tudo, de modo a refugar do recorte os resíduos inuteis; finalmente, erguia-se

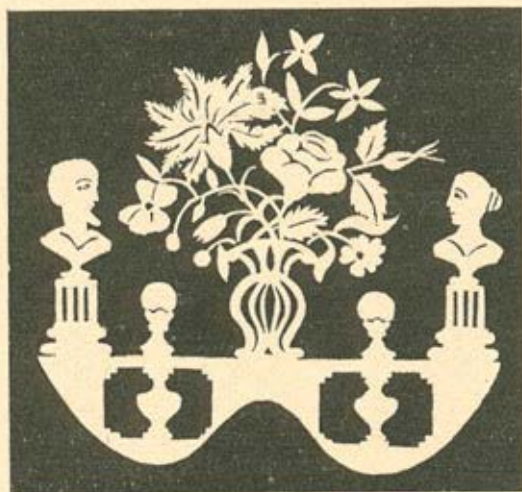



FIGURA 1

êste cautelosamente — e o pó, que penetrara nos claros do papel, deixava sôbre o dôce os seus desenhos caprichosos.

Os recortes 1 e 2, aqui reproduzidos, pertencem á colecção de curiosidades do Sr. Alberto Navarro. Figura o n.º 1 uma balaustrada, a meio da qual repousa um vaso enflorado, que ladeiam dois bustos. Segundo uma nota de família, foi recortado pelo tio-avô do coleccionador, Luís de Macedo Feo Castelo Branco, no Fundão, em 1820. Ainda se encontram nêle vestígios de canela e arrôz.

O n.º 2, de desenho miudo, está na colecção atribuido ao mesmo recortador. Discordo da atribuïção; parece-me de muito mais recente factura. Servia para covilhetes pequenos.

O n.º 3, pertencente a outro meu amigo,[1] é dos mais curiosos que conheço e vale sobretudo pelo assunto,

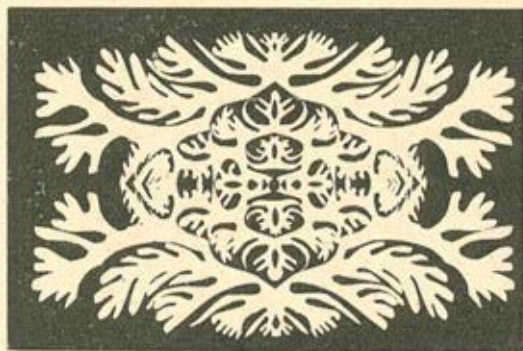



FIGURA 2

que não pelo desenho. Dentro dum círculo de pequenos losangos e outro de crescentes co' as pontas voltadas para o centro do disco, veem-se dois corações a par, chamejantes e, no centro de cada um, uma estrêla de seis raios. Sôbre os corações simbólicos, as letras P F — M B, certamente iniciais dum homem e duma mulher—algum casal que celebrasse a data da sua união, que lá está expressa: 3 de Março de 1841.

---

(1) O único *falante*, e escolhido numa colecção de trinta e tantos, que o seu possuidor oferecerá ao futuro museu ... de Arte Popular Portuguesa.

Algumas pessoas a quem mostrei êste recorte, e, entre elas, uma a quem são familiares os assuntos de etnografia e arte popular, asseveram-me não ter conhecimento doutro assim, com iniciais e data.

FIGURA 3

E aqui tem, Emânuel Ribeiro, esta pequena contribuição para apensar, se algum valor lhe encontra, aos seus excelentes trabalhos sôbre a matéria. *Excusez du peu...*

C. M.

MARMITAS ECONOMICAS

uita gente em Lisboa usa nas suas cosinhas, para aquecer a água, uma cafeteira de forma especial a que chamam *bailarina* e que, se por um lado concorre para a economia doméstica, porque não gasta carvão, por outro é o desespêro das criadas, que preferem a maneira antiga de aquecer água ao fogareiro, com gasto enorme daquele combustível e a competente maçada de abanar o lume.

O primeiro estabelecimento que começou a vender as *bailarinas*, foi um latoeiro da rua de S. Roque. Essa venda foi rendosa nos primeiros tempos; e, como êle não tirou patente de invenção, dentro em pouco outros latoeiros as fabricavam.

Ora no Arquivo dos Feitos Findos existe um processo, instaurado em 1804 perante a Conservatória Geral do Comércio, por António Araújo Travassos, inventor das caldeiras e marmitas económicas, que não são mais do que as modernas *bailarinas*.

A Provisão do Senhor D. João 6.º, de 12 de Julho de 1804, faz saber que o tal Travassos inventou certas caldeiras e marmitas económicas, que consistiam em dois tubos concêntricos, servindo de fogão o tubo interior, estando a água no intervalo que fica entre ambos e que, por isso, tendo obtido um privilégio exclusivo, havia pedido para estabelecer por espaço de 10 anos uma ou mais fábricas onde se construíssem os ditos vasos; mas acontecera que, mandando fazer alguns debaixo da sua direcção, a pedido do Tenente Coronel Engenheiro Pedro Folque, a um funileiro Pina, êste se apossara da sua invenção, e vendia os ditos vasos a preços exorbitantes com manifesto prejuizo do público; e mandava citar o dito Pina, sob um termo de responsabilidade, a não fazer uso da invenção de outrem.

Travassos defendia a sua invenção, dizendo que há muito tempo a havia imaginado e que não fizera mais que pôr em prática as teorias do conde de Rumford, célebre filósofo; que as primeiras experiências haviam sido feitas perante os professores do Real Laboratório Químico da Casa da Moeda; que a Sociedade Real e Marítima, Militar e Geográfica havia premiado uma sua invenção sôbre o assunto; e que êle havia lido a mesma memória ao Sr. D. João 6.º, que o nomeara membro daquela sociedade. Travassos apresentou ainda uma certidão do Real Laboratório Químico da Casa da Moeda, que procedera ás experiências da marmita, alimentada a pinho de Flandres, e que, pelos resultados obtidos, recomendava ao público como de uma grande economia; e um parecer do Censor da Sociedade Real, em que elogia o inventor porque dotou a Nação Portuguesa com um invento sobremaneira útil para a economia doméstica.

Os juizes do ofício de latoeiro de fôlha branca vieram então alegar, com documentos, que o Padre

Fr. José Maria do Carmo, religioso da Ordem de S. Domingos, havia mandado fazer a um latoeiro da rua dos Ourives do Ouro uma panela económica, há mais de 20 anos, como aquelas que são usadas nos reinos de Espanha e França; e que Nuno da Silva Telo, Conde de Aveiras, Marechal de Campo dos Reais Exércitos e Chefe do Regimento de Cavalaria de Alcântara, tinha na sua cosinha, há oito anos, duas panelas económicas, e que, portanto, pretendiam embargar o cumprimento da Real Provisão.

Travassos respondeu a seguir, repetindo os primeiros argumentos e nada alegando de novo; mas, ou porque tinha alguma lâmpada acesa, ou porque muitas vezes o tempo, melhor do que os homens, pode resolver questões difíceis, o processo encalhou na Junta do Comércio e só tornou a ver a luz do dia hoje, 20 de Outubro de 1929, 125 anos depois de ter sido interposto em papel grosso, com este rótulo especial, salvaguarda de curiosidades futuras: *Guardado por não merecer interesse.*

João Jardim de Vilhena

AZULEJOS PORTUGUESES NO BRASIL

das mais ricas, senão a mais rica da Baía e porventura dêsse Brasil tão despido já das magnificências arquitectónicas da era colonial — a igreja que os piedosos frades menores ali sagraram noutros tempos ao seu admirável Patriarca.

O meu amigo e patrício Manuel Mesquita dos Santos, apaixonado dêsse velho santuário, que freqùentemente visita, teve a feliz lembrança de expedir à *Feira da Ladra* algumas dentre as dezenas de fotos em que se propôs arquivar, até aos seus mais recatados esconsos, o concorrido templo baïano. E cá temos, sob o céu brasileiro, um dos nossos mais cotados pintores azulejistas — Bartolomeu Antunes — que na capela das Almas, erecta na igreja do extinto convento dos Loios, em Vila de Frades, exibe ma-

gníficas composições murais em azul sôbre fundo branco (1).

Pois é êste artista, de quem ignoro pormenores biográficos, nem conheço outros trabalhos assinados, além dos a que me reporto, em plena terra alentejana, quem subscreve um pano de azulejos, cujo assunto é, na biografia franciscana, um dos mais divulgados episódios. Representa o Santo no acto de se despojar do vestuário e ornamentos em presença do bispo de Assis, renunciando a uns e outros diante de seu pai, que se retira cheio de cólera, sobraçando vestes e joias, entre o murmúrio desaprovador dos assistentes.

A meio da base desta composição, num escudete ovoide, a subscrição seguinte: *B.meu Antunes a fes nas Olarias em Lx.a Ao de 1737*.

Não era nada hóspede na sua arte êste mestre Antunes, como se pode inferir da pequena fotografia do episódio, que tenho debaixo dos olhos e cuja reprodução ilustra a página anterior.

A ignorância do trajar medieval, comum de resto a todos os artistas plásticos até o século passado, fêz que o azulejista indumentassse as personagens dêste quadrinho de louça (e seguramente de todos os outros passos da vida do Pobrezinho) um pouco fantasiosamente, um pouco à moda da época em que pintava, que vinha a ser o segundo vinténio de setecentos.

A *Feira da Ladra* espera de Mesquita Santos, que mau grado os seus poucos anos é aplicado ao estudo e atende e ama as coisas do Passado, o prazer de mais revelações da natureza desta, preferindo-as emolduradas em notas esclarecedoras de autoria sua. En-

---

(1) J. Queiroz—*Ceramica Portugueza*, Lisboa, 1907, pág. 237; *Guia de Portugal*, vol. II, pág. 142.

frentando êsses atraentes monumentos doutras gerações, melhormente os sentirá e descreverá, do que quem escrevinha, a distância e sem outras achegas, esta notícia descosida.

C. M.

ANOTAÇÕES DE CAMILO

O interêsse artístico, objectivo, que existe nas anotações feitas por um escritor à obra dum outro, apontadas num canto de página, consiste essencialmente no vigor crítico ou estético de que elas forem revestidas.

Camilo, que nos dois critérios precedentes primou por um claro brilho de intenção e de realização, consignou largamente a sua maneira de ver apreciativa atravez de quási todas as obras da sua assaz curiosa biblioteca.

Nós, que possuímos dêle alguns livros, que vamos enumerar, surpreendemos neles certas notas, que, pelo seu perfume subtil e bizarro, bem merecem ser transcritas.

Sem nomearmos, porque seria ocioso fazê-lo, outros volumes da nossa biblioteca ornados apenas pelo autógrafo do imortal estilista, apraz-nos citar os seguintes, abundando em largos apontamentos do seu punho:

Œuvres complètes de Lord Byron (tradução francesa, 3 vol.).

Œuvres d'Horace (tradução franceza «en regard» do original latino; 2 vol.).

Poésies complètes de Théophile Gautier, 1 vol.

Nas obras de Lord Byron, de que possuímos um exemplar, encontramos nos dois 1.os volumes esta nota de Ana Augusta Plácido, e na primeira fôlha do livro:

> «Foi de José Augusto Pinto Mages.
> Anna Augusta Placido, 1862»

E estas duas outras de Camilo tambem na primeira página:

> «Com que angustia Jé Augto leria a pag. 18 deste vol!... (1)

Na pág. de guarda do 2.º vol.:

> «Foi de José Aug.to Pinto de Mages. Algumas vezes encontrei a infeliz Fanny Owen com este livro debaixo dos caramancheis do seu jardim em Villar do Paraiso. Fiz menção destes dois desventurados no «Bom Jesus do Monte» e na «Recordação indelevel». — C. Castello Br.o».

E estas do mesmo volume das quais a primeira tem sabor novo, pois é escrita em inglês. Á margem do «Avant-Propos» ao *Don Juan*, célebre poema de Byron, escreveu Camilo:

> «I maintain that it is the most moral of poe-

---

(1) A pág. 18 é do poema dramático *Manfredo*, em três actos e trata, de uma maneira circunstanciada, das impossibilidades humanas ante a corrente das coisas.

ms; but if people won't discover the moral, that is their fault not mine.»

Á margem duma frase do *D. Juan*, canto X, pág. 326: «Depuis, l'homme immortel a brillé par l'invention de toutes sortes de mécaniques, et le temps n'est pas loin où les machines à vapeur le conduiront à la lune», escreveu Camilo:

«Vai-se realisando a profecia.»

As obras de Horácio apresentam apenas na fôlha de guarda do 1.º vol. esta nota de Camilo, que marca bem o aprêço em que êle tinha os exemplares de valor bibliográfico:

«Foi comprado no leilão de A. Garrett. Tem as iniciais na lombada do vol.»

As poesias completas de Teófilo Gautier são farto manancial de notas inesperadas e extraordinárias no seu ar categórico. A primeira está no ante-rôsto, redigida como segue:

NOTA

«Este exemplar foi do defuncto escriptor portuense A. Coelho Lousada. Soares de Passos imitou da *Comedie de la Mort*, de Gautier, o seu *Noivado do Sepulcro*.»

A segunda anotação precede o poema *Albertus* e diz assim:

«Neste poema *Albertus* forrageou m.^to^ o author do *D. Juan* (G. Junq.^ro^).»

A terceira, a págs. 137 da *Comédie de la Mort*, objectiva êste verso:

«Voici l'heure où le chien contre la lune aboie»

e critica:

«Isto em portuguez seria burlesco:
Eis a hora em q. ladra o cão á lua».

A páginas 156, na mesma *Comédie*, Gautier acaba de nos mostrar o perfil moral de D. Juan, e Camilo comenta:

«Pouca differença de G. Junq.ro qto à idea. A plastica de Gautier é mais romantica.»

Por último, ainda no final de *Comédie*, a pág. 168, notou Camilo:

«Gomes Leal e Guilherme d'Azevedo ambos respigaram fartam.te no *romantico* Gautier. Elles, os *satanicos!*»

Finalmente, a págs. 198 das *Poésies diverses*, do mesmo autor, Camilo, sublinhando-lhe o segundo hemistíquio, lança à margem dêste verso:

«Mais le soleil vieillit, son baiser moins vermeil»

apenas êste nome:

«G. Junq.ro».

Eis alguma coisa do que na nossa biblioteca existe de inédito da obra de Camilo.

F. Alves de Azevedo

VERSOS PARA LENÇOS

UMEROSA é a série de elementos para o estudo da alma portuguesa. E é dentro dos pequenos nadas da vida de todos os dias, da afectividade que a embala e faz doirar o horizonte de nascentes esperanças, que se encontra o segredo da sua existência, da sua vibratilidade, do seu sonho fecundo de amor.

Os poetas punham, noutros tempos, época de romantismo, todo o seu estro à disposição daqueles que sabiam sentir, mas não possuiam o condão de se expressar. E assim, as bordadeiras de lenços para o povo encontravam à venda colecções de quadras propositadamente feitas para tal fim.

São, algumas delas, verdadeiras joias de forma e de sentimento.

Possuímos uma dessas fôlhas, que se vendiam avulsas, cuja mancha tipográfica mede 0,274 X 0,155 e é composta em duas colunas.

Na cabeça lê-se: 8.ª COLLECÇÃO DE VERSOS PARA LENÇOS; no pé, *Typ. Imp. de Paula Brito, editor proprietario.*

As quadras estão separadas em cinco grupos, subordinadas aos seguintes títulos: «*Para uso de solteiros; Para pessoas que se querem; Para conciliações; Para viuvas; Para presentes.* Junto dêste, vem a seguinte indispensável ilucidação: *Lenço com um coração,* em virtude de condizer com a única quadra que lhe diz respeito e que é do seguinte teor:

Ha muito que tu desejas
Possuir meu coração:
Faze d'elle o que quizeres,
Pois agora o tens na mão.

Vamos dar conhecimento completo dêste núcleo precioso de quadras para o povo, destacando-se de entre elas algumas pela ingenuïdade e singeleza, repassadas de ternura e de paixão.

PARA USO DOS SOLTEIROS

O que eu sou, e o que eu não sou,
Quem quizer julgue de mim;
Eu sou tudo, e não sou nada;
Gosto bem de ser assim.

Por este versinho
De mim não julgueis;
Aquillo que eu sou,
Depois sabereis.

Quem este meu verso ler,
Quem neste lenço pegar,
Fica pagando o tributo
De sempre de mim gostar.

Sinto em meu peito constante
Um fogo que não se apaga,
Um amor que não tem fim,
Uma paixão que me estraga.

Este lenço foi offerta
Feita á pessoa que o tem:
E' um signal da constancia
De um peito que lhe quer bem.

O lenço foi mimo
De quem de mim gosta;
Quem for curioso
Já tem a resposta.

No meu estado procuro
Outro melhor encontrar;
Quem se achar nas circunstancias
Pode já se declarar.

Na flor de meus annos
Feliz tenho sido;
Não beijo, nem piso
Grilhões de cupido.

Este lenço foi signal
De um pensamento de amor;
Agora é triste lembrança
Do mais injusto rigor.

Seguem-se agora as quadras «para pessoas que se querem».

Por uma sincera amiga
Este lenço me foi dado;
Nelle conservo a lembrança
De seu amante cuidado.

Conserva sempre este mimo
De quem por gosto te adora;
Era meu, valor não tinha;
E' teo, vale mais agora.

Permita o ceo que em teu peito
Ache o bem que o meu procura:
Para dous fidos amantes
Eterna seja a ventura.

CENTRO E CANTOS DUM LENÇO BORDADO A BRANCO

(Colecção Emânuel Ribeiro) (1)

---

(1) São cinco fragmentos dum lenço de cambraia, possivelmente do século XVIII, com a seguinte quadra:

Sois alma e vida minha
Amor do meu coração
Sois assombro da belleza
Prodigio da discrição.

O ornato central é redondo, com esta legenda:

Firme jurei amarte.

Este lenço sem valor
Foi sempre, só por ser meu;
Conserva-o bem; pois agora
Tem mais valor por ser teu.

Se me adoras, como dizes,
Ve como firme sustento
O amor que nutre meu peito,
A fé do meu juramento.

Mal te vi, logo meu peito
Ficou disposto a te amar;
Posso morrer, mas não posso
Este amor abandonar.

PARA CONCILIAÇÕES

Basta, cruel, já não posso
Soffrer d'ausencia o rigor;
Ve quanto por ti padeço;
Volta ao teu primeiro amor.

Sem causa de mim te ausentas,
E vamos passando assim;
Ou dize em que te offendi,
Ou volta outra vez a mim.

Minha vida consagrei-te
No prazer e na afflicção;
Se me desprezas sem causa,
Morto está meu coração.

Já sem ti viver não posso,
Pois só por ti já vivia;
Anda pois gosar com migo
As delicias que amor cria.

PARA VIUVAS

Minha alma, ao pezar affeita,
Extranha toda a alegria
Só me alimenta a lembrança
D'aquelle a quem mais queria.

Fui mais feliz, sou mais nobre,
Porque de estado mudei;
Eu dera a nobreza de hoje
Pelo estado que deixei!

Na infinita modalidade da exteriorização do amor, época houve, entre nós, em que o lenço desempenhou, como se vê, uma importante missão de confidências.

O lenço, então, não possuia aquela repulsa de asar, que muitos hoje sentem. *Dar um lenço é separação.* A quadra amorosa tirava-lhe todo o enguiço e assim êle não era mais que a prova insofismável duma afeição sincera, aquêle lenço que umas mãos pequeninas bordaram carinhosamente, ao qual uma lágrima de perfume emprestára o hálito embriagante de um filtro de amor.

PROF. EMANUEL RIBEIRO.

ALEXANDRE DE GUSMÃO E OS PURITANOS DO SEU TEMPO

EIO ao nosso conhecimento uma memória, que abaixo estampâmos, daquele célebre conselheiro de D. João V e irmão do não menos célebre padre Bartolomeu de Gusmão, o primeiro inventor de aparelhos voadores, — dos quais tambem havemos de dar notícia em outro artigo.

Alexandre de Gusmão, segundo diz um seu biógrafo «absorveo o seu agudo engenho a maior profezaõ em toda a carreira literaria das letras humanas. Recebeo a Borla Doutoral na faculdade de Direito Cezareo na Universidade de Pariz, donde sahio para se incorporar na de Coimbra no ano de 1719. Já antecedentemente no ano de 1715 foi Secretario da Embaixada, que fez à Corte de Pariz o Conde da Ribeira Grande, D. Luiz da Camara, em que nessa

ocasiaõ fez os seus progressos literarios. Pelo seu relevante talento em toda a cultura de Sciencias, e manejo dos interesses politicos dos Soberanos, foi agente dos Negocios desta Coroa nas Cortes de Pariz e Roma, praticando em tudo os mais eruditos conselhos, e proficuos ditames da Gloria Portugueza» (1).

O século XVIII foi, por excelência, o da genealogia e os autores que se dedicaram a êstes estudos foram numerosos e muitos volumes manuscritos da especialidade chegaram até nossos dias.

A primeira metade deste século, em que floresceu Alexandre de Gusmão, foi a do oiro e, como sempre, as vaidades, naturalmente, como ainda hoje, caminhavam parelhas com o dinheiro. Mas uma diferença havia entre as duas épocas: então, ainda era uma grande mancha o *andar-se em opinião*, isto é, ter-se uma costela *cristanovissima* e hoje não; mas no fundo, as vaidades são as mesmas.

Alexandre de Gusmão, não se conformando naturalmente com tais pretenções dos puritanos, ou lá por quaisquer outras razões que no fundo são a mesma coisa, não esteve com meias medidas e apezar dos seus afazeres, como agente diplomático do Rei, ainda lhe sobejou tempo para oferecer aos referidos puritanos a memória que segue, cujo título é o que deixâmos acima.

GENEALOGIA GERAL PARA DESVANECER
A ERRADA OPINIAÕ DOS SENHORES PURITANOS
ESCRITA POR ALEXANDRE DE GUSMAÕ

«He necessario saber que cada hum de nós na sua Arvore de costado, athe quartos Avós, tem trinta e

---

(1) Bibl. Nac. de Lisboa, Colecç. de Reservados, ms. n.º 1077 — *Noticias de Ministros*, pág. 9.

dois quartos Avos: cada hum destes tem outros trinta e dous quartos Avós na sua arvore de Costado, que ficaõ sendo nossos oitavos Avos: e neste grau montaõ para qualquer de nós mil e vinte quatro Avos.

Cada hum destes em quarto grau, tem outros trinta e dois quartos Avós, que nos ficaõ em duodecimo grau, e somaõ neste numero trinta, e hum mil e sessenta e oito Avós. Cada hum destes em quarto grau tem outros trinta e dois quartos Avós, que para nós saõ decimos sextos Avos, e somaõ neste grau hum milhaõ dezaseis mil quinhentos e setenta e seis Avós. Cada hum destes em quarto grau tem outros trinta e dois quartos Avós que para nós ficaõ em vigessimo grau, em que somaõ trinta e dois milhoins, quinhentos, trinta mil, quatro centos, e trinta e dois Avós, q. cada hum de nós tem em vigessimo grau por todos os lados, todos existentes ou ao menos contemporaneos.

A' vista do que queria me dissessem os Senhores Puritanos se tem noticia que todos fossem Familiares do Santo Oficio? E porque o naõ havia nesse tempo, se a tem ao menos de que elles todos fossem puros?

He certo tambem que o vigessimo grau para nós, ainda naõ dando a cada geraçaõ mais do que trinta, e hum, ou trinta e dous annos, que he bem pouco, deita isto ao principio de Portugal; e quizera que me dissessem se nesse tempo havia em Portugal este numero de pessoas, naõ havendo mais, alem da piquena parte de Galiza, que as Provincias d'Entre Douro e Minho, e Beira até ao Mondego, que para baxo tudo era de Mouros? Eu posso asseverar que ainda hoje não haverá nelle este numero de pessôas; e naquelles tempos apenas se contavaõ setenta ou oitenta mil pessoas d'ambos os sexos, e de todas as idades. Isto nos confirma o numero dos Exercitos daquele tempo; e não pode haver duvida por aquella conta de que

havemos precizam.te descender de quantos naquele tempo haviaõ em Portugal, e de m.tos estrangeiros: agora se todos elles eraõ puros tem m.ta razaõ os Puritanos; mas como naquelle tempo naõ havia S. Oficio nem Meza da Consciencia, naõ sei quem nos hade passar essas certidoens. O certo he que no principio do nosso Reino havia nelle Mouros convertidos, havia Christãos, e havia Judeos, e que todos certam.te naõ faziaõ o numero de cem mil pessoas. A conta he certa; as premissas estaõ provadas; a consequencia he trabalhoza.

Já houve quem respondeo a esse argum.to dizendo naõ haver duvida na conta, nem tambem em que no dito grau são necessarios aquelle grande numero de Avós existentes, ou comtemporaneos; mas que cada hum delles existentes podia ser mil vezes nosso Vigessimo Avô, como tronco comum de muitos descendentes.

Consenti na resposta, dei-lhe para estes descontos os trinta e dois milhoens; e fiquei só com os quinhentos, trinta mil, quatro centos, e trinta e dois, que era o que bastava para abserver todas as Famili..s que poderiaõ haver nella primeira edade do nosso Reino, nas trez Provincias, e Parte de Galiza. De mais: no anno de 1492 foraõ expulsos todos os judeos de Castella, e a maior parte delles se passou a Portugal, onde tambem os havia, vivendo todos no erro da sua crença. No anno de 1497 os obrigou El-Rei D. Manoel a que se batizassem ou sahissem do Reino. Muitos se batizaraõ de que teve principio a diferença de — Christaõ novo — e como os que se expulsavaõ eraõ em grande número temeo El-Rei lhe fizessem grande falta em Reino tam piqueno, e para a remediar de algum modo, mandou que todas as crianças [1] que

(1) «D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, foi quem aconselhou El-Rei para êste fim.» (Cota à margem do ms.).

naõ passassem de sete annos se lhe arrebatassem, para que instruidas na nossa Santa fé, e batizadas remediassem para o futuro a falta de gente.

Consta das nossas Historias que o numero destes meninos chegou a doze mil que todos se deraõ a criar por este termo de Lisboa com varios Privilegios, que convidaraõ os povos a quere'los e a busca'los.

Estimara que me dissessem os Senhores Puritanos que foi feito desta Gente? se morreraõ todos? Ora demos-lhe que morresse a metade que foi feito de seis mil? que separaçaõ tiveraõ? por onde se ficavaõ conhecendo? O certo he que todos ficaraõ pello mesmo termo, ali se crearaõ, cazaraõ e tiveraõ infinitos descendentes. Porem consolemo-nos q. todos foraõ baptizados, e que até aos annos de 1540 pouco mais ou menos ainda naõ havia o contagio de se continuar o sangue Hebreo com a macula da sua Religiaõ para seos descendentes, que abraçassem a Catholica.

Oh quem podera dizer o que sente! Deixo outras noticias; pois que para derrobar a preocupaçaõ Puritana sobra o que fica dito.

(a) *Alexandre de Gusmaõ* (1)

Alexandre de Gusmão, escrevendo tal arrasoado, quebrou a cabeça para arranjar êstes milhões de avós, que não curâmos de saber se os números estão certos; algumas razões, provàvelmente de despeito, lhe assistiam, e nós não andaremos errònearnente se a filiarmos no seguinte passo:

Desta figura importante, a que D. Luís da Cunha

(1) Biblioteca Nacional, id., códice n.º 7663, págs. 48.

se refere o mais lisongeiramente na sua correspondência, que veiu da então vila de Santos na Capitania de S. Paulo da América Lusitana, apenas sabemos que era filho de Francisco Lourenço. E tendo-lhe D. João V feito mercê do hábito de Cristo, tinha que se habilitar por meio de provanças para o receber. Mas Alexandre de Gusmão, estando para partir para Roma em serviço do soberano, pede ao mesmo lhe conceda mais a mercê para que as «inquirições se possam tirar nesta côrte como pátria comua», o que lhe foi concedido por decreto de 26 de Agôsto de 1720 (1), e em 29 do mesmo mês, por carta e alvarás da mesma data, teve o hábito, professou e foi cavaleiro da dita ordem (2).

Vimos o respectivo processo e dêle não constam as habilitações; o que nos parece, dado o pequeno espaço de tempo entre o decreto de dispensa e a profissão, apenas de dois dias, que se não fizessem e que, salvo melhor interpretação, aquela dispensa de tirarem as inquirições na pátria onde nasceu, foi uma simples sofismação da dispensa das provanças, como era costume, quando o habilitando não satisfazia às exigências dos estatutos da ordem, etc.

Ora, estamos em crer, que foi por êste facto que Gusmão começou a «andar em opinião» e a ser olhado na côrte de D. João V equìvocamente, porque, se assim não fôsse, como pessoa que tudo conseguia, também teria entrado no Tribunal do Santo Ofício.

Diz ainda o seu biógrafo, que Alexandre de Gusmão foi Escrivão da Puridade de D. João V, facto que não podémos documentar.

---

(1) Tôrre do Tombo. Habilitações da Ordem de Cristo, maço 46-A-n.º 64.

(2) Idem. Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 135, fls. 149, 149 v. e 150.

Além de Conselheiro do Conselho Ultramarino por mercê de 23-10-1743, com 300$000 réis de ordenado por alvará de 5 do mês seguinte (1), havia tido o fôro de Cavaleiro Fidalgo por alvará de 16-1-1722 (2) e teve mais a propriedade do ofício de tabelião da Vila Rica do Ouro Preto nas Minas Gerais, com a faculdade de nomear serventuário por cartas e alvarás de 16-10-1733 (3) com provisão de poder arrendar os mesmos ofícios a António Pereira, de 21-5-1744 (4) e outras mercês que não interessam ao caso.

Agôsto de 1929.

José Mendes da Cunha Saraiva.

(1) Tôrre do Tombo. Mercês de D. João V, Livro 24, fl. 458 e Chancelaria de D. João V, Livro 106, fl. 180.

(2) Idem. Mercês de D. João V, Livro 13, fl. 190.

(3) Idem. Mercês de D. João V, Livro 13, fl. 190 e chancelaria do mesmo Rei, Livro 86, fl. 133 v.

(4) Idem, Chancelaria de D. João V, Livro 106, fl. 303 v.

O MARQUÊS DO LOURIÇAL, OS LIVROS DO P.e BLUTEAU, E UM BURRO

caso em si é muito simples.

Mais simples ainda que o do *Velho, o rapaz e o burro* da conhecida fábula de Curvo Semedo.

Esses, coitados, sempre no receio da opinião pública, na indecisão das almas simples, não sabiam que fazer à triste vida.

O Marquês do Louriçal, não, senhor.

Viu o que mais lhe convinha e não esteve com hesitações.

A má língua lisboeta do século XVIII é que depois malsinou o caso e o encheu de veneno.

Mas eu conto; vem êle nos códices 336 e 426 da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Era famosa, no século XVIII, a Livraria dos Marqueses do Louriçal.

Dera-lhe vigoroso impulso o 4.º Conde da Ericeira,

D. Francisco Xavier de Menezes, que não precisava de buscar fora da própria família, tôda de letrados, o incitamento para o gôsto e trato dos Livros.

O seu nome ficou pelos anais de quantas Academias literárias no seu tempo pulularam em Portugal, mòrmente nos da Real Academia de História.

Barbosa Machado, a par da substanciosa biografia, arquiva na *Biblioteca Lusitana* o título de 56 obras que êle deixou impressas, mais 43 prontas para a impressão e 6 inacabadas.

Da Livraria, conta o mesmo biógrafo que D. Francisco Xavier a recebeu de seus maiores selecta e avultada já; não contente, porém, acrescentou-a com 15.000 volumes impressos, 1.000 manuscritos, e diversos instrumentos matemáticos e magníficos globos.

Como *Mecenas dos estudiosos e fautor dos eruditos*, elucida Barbosa Machado, tinha-a patente a todos que quizessem utilizar-se da sua lição.

Por sua vez o 1.º Marquês do Louriçal, D. Luís Carlos Inácio de Menezes, filho dêste 4.º Conde da Ericeira, ilustrando a sua vida com belicosas acções pelo Oriente, como convinha a um grande senhor, por lá mantendo com galhardia o lustre e fama do nome pátrio, encontrava também nos seus ócios geito e gôsto para cultivar a erudição à semelhança de seu Pai, cujo espírito Machado sintetiza dizendo que *seguiu a palestra de Marte sem deixar a Minerva.*

Desde muito cedo deixaram de ter segredos para êle os sucessos da História e da Literatura; é que, diz ainda Barbosa Machado, *com tal excesso se lhe adiantou o juizo á idade que não contando mais de quatro annos sabia ler perfeitamente e formar com excellente primor os caracteres.*

Do labor literário dêste Marquês ficou impressa a oração por êle recitada no Paço em 17 de Maio de 1736, quando foi eleito académico da Academia Real

da História, e, manuscritas, as seguintes obras: Complemento ao Dicionário de Bluteau; suplemento ao Dicionário de Moreri; catálogo da Livraria de seu Pai, o Conde da Ericeira; história das famílias ilustres portuguesas que passaram ao Oriente desde o seu descobrimento até 1742.

De tais antecedentes se avalia pois fàcilmente o que seria a Biblioteca da Casa à morte dêste 1.º Marquês, pranteado em letra redonda por D. José Barbosa e por Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, em sumarentos folhetos in-8.º.

Ao passo, porêm, que o 4.º Conde da Ericeira e o 1.º Marquês do Louriçal se desentranharam em sabedoria e largamente entesouraram livros, D. Francisco Xavier de Menezes, filho dêste último e Marquês do Louriçal êle também, — o 2.º — veio a sofrer do inevitável cansaço da Natureza ao fim de tantas gerações de eruditos.

Não é que êle não fôsse boa pessoa, é claro; mas...

Em resumo: puxava-lhe mais o sangue para cavalarias e não trocaria de-certo uma hora de picadeiro pelo sossêgo, para êle hostil, da riquíssima biblioteca que Deus lhe destinara e o pai lhe tinha deixado.

O 1.º Marquês, poliglota emérito, era severíssimo em expungir da língua pátria os estrangeirismos de que ela há muito vinha andando inçada.

Era um purista!

O filho, o 2.º Marquês, êsse, não.

A letra redonda não o prendia muito.

Mas apresentassem-lhe um belo cavalo e isso então era vê-lo!

Todo êle vibrava de entusiasmo mal contido!

Nem preciso era, mesmo, que de um cavalo se tratasse.

Um dia sucedeu ver um anafado jumento em poder dum amigo; pois logo os olhos se lhe ficaram no animal! Era uma estampa, ao que parece!

Rápida, uma ideia a que antevia magníficos resultados lhe atravessou o cérebro; comprar o bicho e destiná-lo a cobrição; era o mais digno destino a tão formoso animalzinho, e, com êle daria começo a uma geração de gericos que ficaria notável nas coudelarias nacionais...

Abordou o amigo e propôs-lhe a cedência do jumento.

Ora por acaso o amigo em questão conhecia melhor a Livraria do Marquês do que êle próprio; ouviu, portanto, a proposta que pretendia desapossá-lo do macho, notou o entusiasmo do Marquês, e logo estabeleceu as condições do contrato: sim senhor, cedia o burro, mas o Marquês dar-lhe-ia em troca *as obras do P.e Bluteau*, e não se falaria mais no caso.

Dito e feito!

Foi negócio acabado, e deve supor-se que com aprazimento de ambas as partes.

Nada mais simples, como o leitor vê.

O pior foi que um dos dois — ou talvez ambos, quem sabe? — deu com a língua nos dentes, e a notícia da estranha transacção espalhou-se por tôda Lisboa, comentada com pouco favor para o Marquês.

Ora o leitor sabe o que é a graça da Capital; não aquêle riso largo, sadio e franco da Província, mas a ironia civilizada, espartilhada pelas conveniências, cheia de reticências e ocultas intenções...

Já então assim era.

Choveram portanto as sátiras, algumas das quais devem terem deixado as orelhas do pobre Marquês mais vermelhas que mordidas de vespa.

Das cópias que largamente se espalharam e que devem ter feito ruidoso sucesso, porque na verdade são engraçadíssimas, vieram algumas parar à Biblioteca acima citada.

Conciliadas as pequenas variantes que apresentam

de códice para códice, e regularizada a ortografia e pontuação, aqui se estampam para quem deseje documentar alegremente alguma dissertação sôbre o comércio de livros em Portugal, pois não é forma de transacção que ande registada pelos manuais de Bibliologia...

AO MARQUEZ DO LOURIÇAL QUE TROCOU POR HUM BURRO HUM JOGO DE LIVROS DE BLUTEAU

Com justa cauza, a meu ver,
trocar o Marquez pretende
por hum burro, a quem entende,
livros que naõ sabe ler.
Como os naõ pode entender
nem com elles fazer vaza,
toda a Livraria arraza
dizendo a prudencia sua:
vaõ-se os livros para a rua,
venha o burro para caza!

Perde da caza o ornato
desmanchando a Livraria,
mas adorna a estrevaria
pondo nella o seu retrato.
Fia que terás bom trato,
burro, na sua atençaõ;
fia serás folgazaõ,
já agora, em quanto viveres;
fia delle o que quizeres,
mas naõ fies a raçaõ...

Não ficou por aqui a assuada; isto nada é, comparado com o que se segue. As *décimas* continuaram.

AO MARQUEZ DO LOURIÇAL, DANDO HUM JOGO DE LIVROS POR HUM BURRO PARA PAY DE EGOAS

Grande burro, meu Marquez!.....
deve ser de alta potencia...
Nelle, de Vossa Excelencia
corre a fama a quatro pés!

Dizem que hum alborque fez
de livros, para alcança-lo !
Eu pasmo e com razaõ falo :
diga-me, que lhe fizeraõ
esses livros, naõ puderaõ
ao menos dezemburrá-lo ?

Vossa Excelencia fez huma
asneira, com prejuizo.
E dizem que tem juizo
de burro que tal presuma.
Quem por hum burro costuma
dar livros, merece hum zurro,
bemdiz da Fama o susurro,
pois Vossa Excelencia, a meu ver,
frutos de livros naõ quer :
só quer os frutos do burro . . .

Seu Avô, e Marquez Pay,
com mui discreta porfia
fizeraõ huma Livraria.
Mas ella a que folhas vai !
Em dar Vossa Excelencia cai
os seus livros, mao costume,
por hum burro ! isto presume
alguem ; porem eu assento
que no seu entendimento
faz hum burro mais volume . . .

Porém já a entender venho
que Vossa Excelencia, rudo,
naõ quer livros para estudo ;
quer o burro pelo engenho . . .
Nesta certeza que tenho,
tem gloria Vossa Excelencia
pois dá com com tal diligencia
livros da passada Historia
por ver a futura gloria
da burrical descendencia !

Asneira, S.or Marquez !

MAIS DECIMAS AO MESMO ASSUNTO

O Marquez, por conhecer
confuzões na Livraria,
quiz meter na estrevaria
a quem soubesse entender;
deste burro, pode ser,
alcança-se melhor liçaõ
porque em pôr as maõs no chaõ
mais destro deve ficar;
pois saõ faceis de abraçar
os exemplos dum irmaõ...

Por lizonja ao Rei de França
o Marquez, grande estudante,
verteu no seu-semelhante
os livros nesta mudança,
que era fragil esperança
de hum papel na sucessaõ;
assim o regio brazaõ,
para te-lo em todo o tempo,
foi da-lo pelo jumento
porque fique em geraçaõ...

O Marquês, de-certo, ouvia e calava.

Que havia êle de dizer?

Demais a mais, já sabemos que os dotes de espírito não eram, positivamente, o seu melhor predicado...

Um belo dia, porém, Lisboa riu com dobrado gôsto: o Marquês respondia!

Resposta falsa, já se deixa ver, mas que não impedia a rasgada risota que por tôda a cidade a celebrou.

RESPOSTA DO MARQUEZ

Que anda a gente aqui dizendo
que os livros mal reputei
se em letras não porfiei
e com o burro cá me entendo!

Delle crias hei-de ir tendo;
e dos livros que sei eu?
Se é francez ou macabeu,
em frase direita ou torta!
Mas se algum critico importa
Só tolo ... *(incompreensivel, o resto).*

Esta troca do jumento
mal sabem quanto me peza!
Porem foi porque a Marqueza
o quiz para o lançamento;
foi falta de entendimento
consenti-lo, mas já agora
naõ deito o jumento fora,
e quero desta maneira
sustentar asno e asneira
fazendo o gosto á Senhora.

Deve ter ficado por aqui o incidente; a troça começava a ser cruel, e as alusões à falta de descendência do Marquês, demasiado claras.

D. Francisco Xavier casára a 2 de Maio de 1740 com a filha única dos 3.os Marqueses de Cascais, D. Maria José da Graça e Noronha.

Não deixaram sucessão.

A livraria tambêm não foi longe.

Conta Inocêncio que ficou reduzida a cinzas por ocasião do terremoto de 1755 com todo o palácio da Anunciada.

Era a justiça de Deus.

E há então quem diga que não é verdade êle escrever direito por linhas tortas!...

Coimbra, 1929.

A. G. da Rocha Madahil.

UM PORTUGUÊS NA CORTE DE PEDRO O GRANDE

ù va-t-il se nicher . . .

Alapardada ao fundo duma página do 1.º volume do livro *Les Plans et les Statuts, des différents établissements ordonnés par Sa Majesté Impériale Catherine II*, etc. — Amsterdam, 1775, leio a seguinte nota, que não traduzo para lhe não tirar o sabor:

«Tous les loisirs de *Pierre le Grand* étoient actifs, & leur activité avoit l'instruction pour object. En 1723, il s'amusoit un jour à examiner la nature des vents qui souffloient, leur force, leur vitesse &c. à l'aide d'un cadran qu'un Artiste fameux avoit imaginé & exécuté pour cet usage. Le Monarque avoit avec lui son Vice-Chancelier *Schafiroff*, quelques autres Seigneurs de sa Cour, & un certain *Dacosta*, Portugais d'origine, qui avoit abjuré la Religion Juive pour embrasser la Lu-

thérienne. Cet homme avoit de l'esprit, des connoissances, il étoit plaisant, & *Pierre I.* l'appelloit son boufon politique.

«Le celebre Prince *Dolgorouky*, qui a été Ambassadeur dans plusieurs Cours de l'Europe, arrivoit de France, & vint se présenter aux pieds de son maître, dans la circonstance dont il s'agit. L'Empereur le reçut bien, & lui demanda avec empressement, comment se conduisoient les jeunes gens qu'il avoit envoyés en Hollande, en France, en Angleterre, pour s'instruire. Le Prince *Dolgorouky* lui rendit compte de leur conduite, de leurs talents & de leurs progrès en différents genres de connoissances. *Pierre I*, satisfait, dit: j'espere que ces bons sujets, de retour dans mon empire, ne seront pas inutiles à mes vues. *Dacosta*, entendant ces paroles, sort du coin d'un fourneau, & va droit à la table que servoit de Bureau à l'Empereur; il prend une feuille de papier, fixe le Monarque qui se promenoit, & lui dit: *viens ici, homme de génie! Pierre* s'approche; *Dacosta* plie fortement un angle de la feuille qu'il lui présente, en disant ironiquement, *Efface ce pli, si tu le peux.* Je tiens le fait que je rapporte de l'auteur même de ces Institutions, témoin de la chose».

Tem razão o tradutor: o tal Dacosta *avoit de l'esprit.* Vê-se o alcance do seu gesto, que representa uma clara desaprovação dessa parte da obra civilizadora do grande reformador russo. Mas ocorre preguntar: vinha *Dacosta* a exprimir que Pedro I não conseguiria amoldar aos seus desígnios os pensionistas que enviara a embeber-se da civilização ocidental, nem delir-lhes o modo-de-ser que tal civilização lhes creara? Ou ao contrário, que o feitio nativo seu dêles, as suas qualidades de raça, resistiriam à endosmose do progresso? Ambas as hipóteses são de receber; mas propendo a aceitar a segunda, dado que ainda hoje a

alma eslava permanece inalterável nos seus rudes, primitivos sentimentos, a despeito de tôda a mão-de-tinta civilizadora.

Como quer que seja, o nosso compatrício achou bem o termo de comparação, oferecendo ao vencedor de Pultava a fôlha de papel cujo vinco lhe seria impossível delir.

Quem será capaz de me identificar êste *Dacosta* (da Costa)? Evidentemente, um escapo às fogueiras do Santo Ofício, senão um descendente de marranos fugidos de Portugal. Nem J. Lúcio de Azevedo, nem Mendes dos Remédios, nem alguns outros escritores que consultei, me elucidam sôbre êste português expatriado, amigo e *bouffon politique* de Pedro o Grande.

C. M.

HISTORIA DE UM ANEL DE NOIVADO DO SÉCULO XVIII

uem, do Campo Grande, entra na antiga Alameda do Lumiar, hoje chamada «das Linhas de Tôrres», em homenagem às famosas linhas de defêsa de Lisboa, encontra, do lado esquerdo, uma linda habitação, das poucas que nos ficaram dêsse tipo tão elegante e tão nobre do fim do século XVIII.

A não ser a falta de uma pequena faxa ajardinada, com seu tanque de repucho, que se estendia para o sul da ermida, no prolongamento da casa, e para onde deitava o muro da horta, rasgado por algumas dessas janelas ladeadas de assentos de pedra, tão característicask das quintas dos arredores lisbonenses, o aspecto primitivo mantêm-se, até no pequeno muro com suas bolas ornamentais que, ladeando o belo portão gra-

deado, separava o terreiro de entrada, da vala que outrora corria ao longo do caminho.

Mandou-a edificar, em terreno que aforou ao Marquês de Valença, João Xavier Potsch, um honrado industrial de origem austríaca, filho de um dos muitos artistas que se estabeleceram no País, incitados e favorecidos pelo govêrno, que se empenhava então em desenvolver a indústria nacional.

O anel visto de frente. A parte superior é uma espécie de diadema que coroa os dois corações, detrás dos quais fica o aro, que se não vê.

Possuidor duma vasta cultura artística, adquirida nas côrtes de Viena, Berlim, Paris e Londres, e de uma não menos vasta soma de bons cruzados que, mais do que o honroso diploma de *lavrante de cobre da Casa Real*, lhe rendiam uns tantos navios que trazia no comércio do ultramar, deixou alguns objectos que, como a casa, nos atestam o seu aprimorado gôsto. Entre êles existe um anel de noivado de rara beleza. E por ser uma peça digna de registo e por se saber por que mãos andou desde o dia em que foi comprado até a actualidade, não será desinteressante deixar apontada nestas notas a sua já não muito curta existência.

No dia 29 de Maio de 1781, adquiriu João Xavier Potsch, pela quantia de 91$800, «hum a Nell de dois coracois de Brilhantes, com mais outros a roda e em Sima» (1), com que presenteou sua noiva, D. Gertrudes Leonor Hedwiges Espada, no dia do casamento, em 25 de novembro dêsse ano.

Ao casar sua filha D. Leonor com Rafael José Pinheiro, dá-lhe a mãe o anel como prenda de noivado e, por morte desta senhora, passa para a posse de sua sobrinha, D. Maria Augusta (2), filha de João Anastácio Potsch e neta de João Xavier, que era casada com José Maria de Sousa Couceiro, moço-fidalgo da Casa Real e escrivão da Relação e Auditório Eclesiástico da Cúria Patriarcal.

Em 23 de novembro de 1863, casa a filha dêstes, D. Beatrís, com seu tio o Dr. Augusto Frederico Potsch Gomes Peixoto e sua mãe entregou-lhe nesse dia o anel. Por morte desta senhora, em 24 de junho de 1908, herda-o sua filha D. Cecília, 3.ª viscondessa de Ribamar, pelo seu casamento com João da Costa Carvalho Talone, filho dos 2.ºs viscondes dêsse título, que por sua vez o entrega, em 8 de setembro de 1917, a sua filha D. Maria Henriqueta, pelo seu casamento com o autor dêstes apontamentos.

Aqui ficam, pois, indicadas as pessoas por cujas mãos passou esta lindíssima joia, desde o dia em que foi adquirida, há cento e quarenta e oito anos, e que ainda hoje se guarda na formosa casa que o seu comprador fez construir.

Quinta de Nossa Senhora do Carmo,
Novembro de 1929.

J. M. Cordeiro de Sousa.

---

(1) Num fragmento do seu livro de apontamentos particulares.
(2) De uma relação de joias desta senhora.

O NOME DE GAULA

AULA, freguesia do concelho de Santa Cruz, na Ilha da Madeira: qual a razão dêste nome, evocador de novelas de cavalaria, em tão pequeno e remoto lugar?

Por causa do *Romance de Amadis*, explicam uns. Frutuoso *(Saudades*, livro 2.º) nada dissera que nos esclarecesse quanto a êste ponto, mas o seu anotador (pág. 766) suspeitando uma influência dêsse ciclo literário sôbre a sociedade aristocrática de Machico, de cuja capitania Gaula fazia parte, lembrou que as personagens dêsses romances se reflectiam nos nomes próprios dalguns fidalgos madeirenses. Nesse mesmo ano de 1873, publicou Teófilo Braga o seu estudo acêrca do *Amadis de Gaula*; aí se refere (pág. 148-9) às notas de Álvaro de Azevedo, transcrevendo e ampliando o pensamento dêste. Depois de citar Lançarote do Lago, Tristão de Leonis, Grimaneza, Isoa e outros heróis e heroínas, claramente aponta a origem do nome dado à freguesia de N.ª Sr.ª da Luz: Gaula,

pátria do galante namorado de Oriana, teria sido escolhida para designar um aglomerado de trinta fogos, onde um *Lançarote* Teixeira possuía terras no século XVI e na visinhança das quais a tradição da cavalaria se conservava viva e pura. Era como que uma homenagem prestada pelos moradores à flor dos cavaleiros medievais.

Desta hipótese se afasta, discordando, o *Elucidário Madeirense* (artigo *Gaula)*. Discute assim o seu ilustre co-autor: «... o facto de existirem em Gaula um *Lançarote* e a neta dum *Tristão*, personagens dos romances de cavalaria e da novela do *Amadis*, isso não constitue um argumento que nos leve a estabelecer a identificação dos nomes da freguesia e da novela.» E observa a seguir: «... nos assentos mais antigos do registo paroquial, a começar por meados do século XVI, se encontra sempre o nome desta freguesia com a grafia *Guaula*, que parece ser o nome primitivo e que uma corruptela popular transformou em *Gaula*.»

Concordo com a primeira parte desta autorizada opinião, explicando-a dêste modo: a existência de certos nomes em certas pessoas não origina formas toponímicas evocadoras, com as primeiras relacionadas apenas através da literatura. Se o povoado viesse a chamar-se *Tristão* ou *Lançarote*, bem estaria; mas *Gaula*, parece forçado. A segunda parte da contradita, nada, porém, a reforça, visto como *Guaula* podia estar assim escrito pelo costume de se pôr *u* depois do *g*, ainda quando êste tinha valor sonoro. Confronte-se o caso semelhante de *Gomes*, escrito então vulgarmente *Guomes*, e tantos outros nomes próprios e comuns.

Entre as duas opiniões apresentadas, de Azevedo e T. Braga, que optam por uma designação voluntáriamente imposta, em honra da cavalaria, a um lugar habitado por gente versada na literatura coeva e a

opinião do *Elucidário*, de que o nome de Gaula se não relaciona com o romance de Amadis, seja-me lícito propor uma conciliação.

Os nomes das localidades muitas vezes derivam dos apelidos da gente que ali se estabelece, outras vezes é essa gente que, feudalmente, delas os toma e perpetua antecedidos dum *de* senhorial. Haveria, na futura freguesia de Nossa Senhora da Luz, uma família, ou um só indivíduo, de apelido Gaula?

Nenhum nobiliário, que eu saiba, o menciona. Se bem que Lançarote Teixeira (filho de outro e neto de Tristão Vaz) se intitulasse *de Gaula* e isso mesmo fizesse Fernão Cardoso, todavia creio que a designação toponímica é anterior e nesse caso estaremos em face de simples indicações de senhorio, que por sinal se não transmitiram oficialmente à posteridade de nenhum dêles (1).

Mas o apelido Gaula, se não pertencia a qualquer dêsses dois, no entanto existiu nas ilhas. Foram os descendentes de João e Vasco de Lobeira, autores por-

---

(1) O escritor Morgado de Assentiz chamava-se Francisco de Paula de Almeida e Vasconcelos do Amaral e Gaula. Um antepassado seu, Gaspar Cardoso do Amaral e Gaula, foi filho de Francisco Cardoso do Amaral, morgado de Malcate e Arruda e de D. Luisa da Fonseca, que era filha de António Nunes de Gaula, instituidor do morgado de Assentiz (com a obrigação de os senhores do vínculo usarem o apelido Gaula) e de sua mulher D. Inês da Fonseca Rebêlo. Pode vêr-se esta genealogia nas *Memórias de Castilho*, 2.° vol., 1928. Impressionado com a reünião dos nomes Gaula, Cardoso e Fonseca, escreveu Agostinho de Ornelas uma carta (que vem a pág. 212 do citado livro) em que diz estar convencido de que o Morgado de Assentiz era descendente dos Cardosos de Gaula, da ilha da Madeira.

Procurei, por meu lado, deslindar isto, mas não achei nenhum António Nunes casado com Inês da Fonseca (ou Afonseca) na linhagem dos Cardosos de Gaula. O morgadio de Assentiz fica em Santarêm.

tugueses, do século XV (segundo a versão hoje admitida sôbre êste discutido problema) do celebrado romance do *Amadis de Gaula*, que o tomaram como nome de família. Di-lo um manuscrito seiscentista, que faz parte do códice n.º 1118 da Tôrre do Tombo (fundo geral). Reza assim, a fl. 202: «Os Gaulas ou de Gaula *ha os nas ilhas*—estes vem de f. de bom saber». E na fl. 145, tratando dos Lobeiras, já mencionara o seguinte: «Os Gaulas ou de Gaula ha os nas Ilhas e querem elles ter seu principio em Grecia, mas he pello contrario; que vem de V.co lobeira de bom saber que tradosio Amadiz de Gaula . . . » (2). Êste ms. é do punho de pessoa muito exercitada em assuntos de genealogia e heráldica.

É certo que a designação, bastante genérica, de *Ilhas*, tanto pode compreender os Açores e a Madeira, como as que ficam entre a Europa e a Ásia Menor, assim vagamente chamadas desde Vespasiano; a frase «*princípio em Grécia, mas é pelo contrário*» do autor do ms. citado, pode levar-nos, até, à aceitação desta última hipótese. Mas, como não fica destruída a primeira, admitamos que se trata efectivamente dos actuais distritos insulares, e nêsse caso teria existido, na Madeira, alguêm da família dos Lobeiras-Gaulas. Bastava, então, que houvesse morado na freguesia de N.ª S.ª da Luz para que o seu apelido servisse de a nomear. Com êste, muitos são os exemplos, ao norte e ao sul da ilha. E assim, as novelas de cavalaria teriam influído, não imediatamente, no nome de Gaula, mas duma forma indirecta, sem a intenção literária que Teófilo Braga julgou ver na família dos capitães de Machico.

Funchal.

João Cabral do Nascimento.

---

(2) Cit. no *Tombo Histórico Genealógico de Portugal*, 3.º vol., 2.ª série.

CALCOGRAFIA MUSICAL

A Régia Provisão de D. João VI, de 30 de Janeiro de 1823, concedeu-se a Paulo Zanela, com armazem de música na Travessa de Santa Justa, o privilégio exclusivo, por espaço de 9 anos, para estabelecer uma «calcografia» de música e ensinar esta nova arte, conforme o novo método inventado e que, segundo êle dizia, praticara na Itália com notável proveito; e ordenou-se que os operários, chapas, papel e mais utensílios da sua oficina, fôssem nacionais.

D. José Acuña, professor de música em Lisboa, embargou, julgando-se lesado, porque:—a arte de calcografia de música não era nova, pois que em 1795, Monsieur Marchal a praticava na sua oficina do Largo de Jesus; que a êste Marchal fôra concedido privilégio pela Junta do Comércio; que depois disso muitos professores haviam aberto chapas em cobre e chumbo; que êle, Acuña, mandara fundir e abrir em 1817, 12 chapas para a sua colecção intitulada *Lira Portu-*

gueza, modinhas com acompanhamento de Piano forte; que o método de Zanela era já usado em Portugal e que nenhuma invenção êle poderia fazer, porque não era professor nem estudante de música.

Zanela respondeu com vários argumentos sobressaindo o de que os embargos não eram uma ofensa a êle, mas sim à Régia omnipotência do Senhor D. João 6.º

Acuña vem de novo sustentar os embargos, dizendo que se Zanela *quere ensinar a Nova Arte de calcografia segundo o método inventado*, nem a arte é nova nem êle é inventor e, assim, não se lhe pode conceder privilégio algum.

Nesta altura do processo foram-lhe juntos os seguintes documentos:

Sonate Favorite arrangée pour le clavecin ou Piano Forte, avec accompagnement de violon, par P. A. Marchal, Oeuvre 12, Prix 530. Lisbonne, em Caza de P. A. Marchal. Editeur & M.^d de Musique. Privilégié de S. M.

Almanach de muzica vocal, e instrumental offerecido aos amantes de muzica o qual sahirá alternativamente todos os mezes, composto por José do Espirito Santo, e Oliveira, organista da Patriarcal. Vende-se em casa do autor na Calçada nova de S. Francisco, N.º 6, 1.º andar; e na calçada do marquez de Tancos, n.º 1, 3.º andar. Lisboa, anno de 1808.

Cavatina offerecida à muito illustre e Filantropica Sociedade Promotora da Industria Nacional, por V. P. da Gama, como primeiro resultado das suas tentativas sobre a gravura e impressão de musica. Lisboa 1822.

A Lira Portugueza, N.º 4, Secção de modinhas novas com acompanhamento de piano forte. Compostas e

dedicadas às Senhoras, por D. Joze Acuña. Vende-se em Lisboa na Rua Aurea, Loja N.º 176 — Preço 240 rs.

Depois dum «dize tu direi eu», o Procurador Fiscal promoveu a concessão dos Embargos e a junta do Comércio, por seu acórdão final, julgou-os provados, porquanto os documentos mostram que já era muito antiga a arte de calcografia de música e assim revogavam o privilégio concedido; mas atendendo a que o embargante era muito perfeito na sua arte, permitiam que êle continuasse a exercê-la no seu estabelecimento, com todos os privilégios inerentes às fábricas nacionais... e pagasse as custas, que importavam em... 2.853 réis.

Em nossa opinião, nunca a Justiça pronunciou um *veredictum* tão conforme com as regras da boa hermenêutica, como soe dizer-se nestes casos!!

João Jardim de Vilhena

UM GRUPO ATLÉTICO

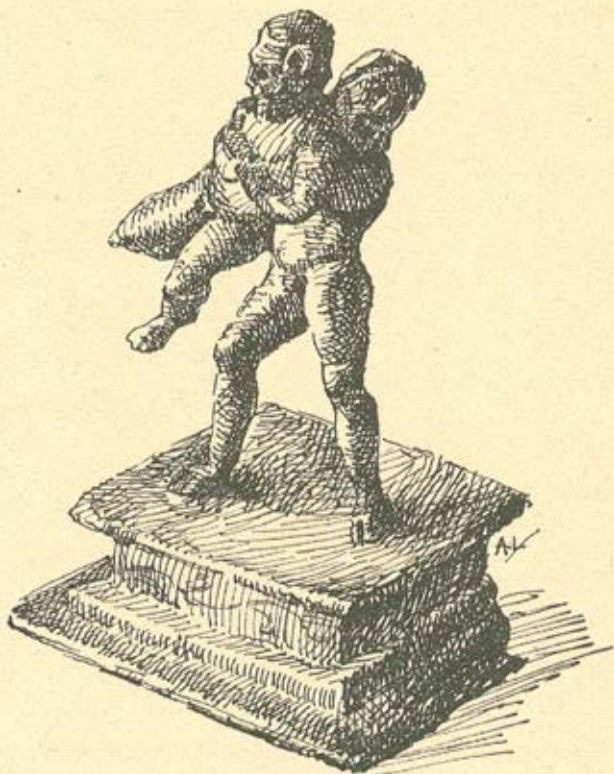
A estatuária atlética foi um dos temas mais frequentemente tratados pela escultura antiga. Um dos fulcros da educação, que chegava a revestir um caracter cívico como em Sparta, o exercício físico na areia da palestra foi o teatro anatómico da visão plástica, numa época e numa civilização que tornavam sagrado e por isso intangível o despojo cadavérico. O escultor, aprendendo a modelar nas admiráveis academias dos ginásios, exercitou a forma no corpo viril e harmónico dos efebos, deixando-nos uma galeria de estátuas que atingiram a perfeição formal na representação do tipo humano.

Foram os exercícios que robusteceram a raça adestrando ao mesmo tempo a visão do artista, e dado que êsses espectáculos eram os mais favoritos do mundo antigo, não é para estranhar que os tivessem frequentemente expresso em estátuas para recintos sagrados e em estatuetas para o peristilo da habitação ou para a

estante do aposento. Surgem a cada passo dos jazigos onde as soterrou a onda bárbara e desde o corredor ao pugilista, desde o auriga ao gladiador, veem-se ressurgir essas pequenas figuras, êsses movimentados grupos, com a mortalha esverdinhada que os patinou durante o seu longo dormitar, fazendo-nos visionar as festas elegantes de Olympia ou os jogos bárbaros do circo romano.

PUGILISTA DE OLYMPIA
(Bronze)

Um dos caracteres da estatuária atlética, sobretudo no período helenístico, é o seu caracter naturalista, e assim um pugilista em repouso, pequeno bronze há anos encontrado, revela-nos o bruto de fôrça que vive apenas pela realidade do músculo, as mãos repousando sôbre os joelhos envoltos nas lâminas de chumbo do césto, e olhando, com a face bestial, onde mal desponta um dilúculo de inteligência. Outra cabeça típica da estuária atlética é o pugilista de Olympia coberto de pelagem hirsuta, a fronte curta, os lábios espessos, as orelhas tumefactas a atestar a violência do murro. Muitas outras há por êsses museus e colecções a mostrar

que o tema seduzia os dedos dos escultores e até dos coroplastas, êsses modeladores de estatuetas de barro

UM ASPECTO DO GRUPO (Desenho de Armando Lucena)

que trataram na estatuária antiga os assuntos de género, como essa encantadora colecção de figurinhas de Tanagra e de Mirina.

O pequenino bronze que apresentamos em gravura é da mesma família: dois atletas lutando, um dêles dando

OUTRO ASPECTO DO GRUPO (ALT. 82mm)

o golpe de cintura, sobraçando e levantando o adversário, que assim não tem ponto de apoio onde estribe a defeza, não podendo sequer firmar os pés no chão

para adquirir novas fôrças como Anteu. Realistas também as duas cabeças, uma, a de um velho atleta já calvo, as fontes protegidas por duas rodelas, seguramente um guarda-têmporas como prevenção a algum choque mortal: é o que está suspenso, em inferioridade agora, a-pezar da longa prática da luta que a sua calvície revela. O outro, o que o cinge no anel dos seus braços fortes, é barbado como aquêle, de tipo fisionómico mais genérico, a cabeça coberta por uma espécie de elmo feito de lâminas circulares, em disposição escamosa. São ambas de proporções atarracadas, a cabeça volumosa em excesso, as pernas curtas mas vigorosas, os músculos indicados com sobriedade, todavia com a firmeza da realidade anatómica, alguns mesmo com a marcação cuidada de quem sente o pormenor da contracção. Pés e mãos, pedra de toque do bom escultor, resumem-se numa modelação sintética em que forma e atitude acusam facilidade e segurança. O agrupamento é feliz, mantendo em cada um dos lutadores a sua independência de esfôrço, mas unificando-os na linha geral, de maneira a constituirem uma composição harmónica.

NOTA — Êste grupo foi desenterrado no ferragial de N. Senhora da Glória (arredores de Évora) por um lavrador, e oferecido ao distinto artista-pintor professor Jaime Feliciano, que muito gentilmente permitiu a sua reprodução nesta Revista, na qual tem lugar por ser exumado numa das regiões do nosso país onde a civilizaˆão romana deixou mais numerosos e mais notáveis vestígios. A fantasia leva-nos a imaginá-lo um ex-voto do atleta vencedor consagrado no templo de Diana.

JOÃO BARREIRA

GENTE DO PALCO

Não tenho a mínina notícia de Manuel Rodrigues Lopes, cómico do teatro da rua dos Condes, autor do requerimento abaixo transcrito, nem a pressa com que sôbre o joelho estou cozinhando esta notícia, me facilita consultas para averiguação. Era bom actor? Era mau? Não sei. O importante, no caso, é saber que escreveu habilmente *pro domo sua*, deduzindo argumentos de factos estabelecidos, recorrendo à razão e ao bom senso. Tratava de conseguir admissão ao exercício do preceito quaresmal, que lhe fôra negada pelo seu pároco, em virtude da profissão que exercia. E tão bem ou tão mal advogou a sua causa, que alcançou despacho favorável do vigário geral do patriarcado e deixou à história do teatro e dos costumes, o documento duma dialectica de que seria incapaz a maioria dos seus encalamistrados colegas de hoje-em-dia.

E quem o pastor de almas tão pontilhoso que

assim negava à do pobre Rodrigues Lopes a consolação do espiritual? Era quem menos determinantes tinha para tamanhos escrúpulos: o meu patrício José Caetano de Mesquita e Quadros, escritor operoso (vidè em Inocêncio a longa lista de suas obras, originais e traduzidas), um fura-vidas, pedinchão, lisongeiro e intriguista — pedinchão porque era insaciável a mendigar lugares e favores, lisongeiro porque incessantemente rastejava aos pés dos grandes a lamber-lhes as botas, sendo assim que obteve, por influxo dum dêles, o marquês de Ponte-de-Lima, ser apresentado na freguezia de S. Lourenço de Lisboa e uma cadeira de professor no Colégio dos Nobres. Falta justificar a arguição de intriguista. Alcançando entrar na Arcádia Olisiponense com o ápodo pastoril de Metatésio Cilénio, conseguiu embrulhar os colegas uns com os outros, chegando a caluniá-los perante o marquês de Pombal, a quem pintou a Arcádia como perigosa e dissolvente — um fóco permanente de turbação. Em resumo — um videiro de mão cheia e um patife de raiz.

Nasceu na Figueira da Foz, e roem-lhe a carcassa os vermes de Carnide, aqui às portas de Lisboa, onde o levou o diabo.

Segue o requerimento, em toda a sua lucidez:

«Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr.

«Diz Manoel Rodrigues Lopes, comico no theatro da Rua dos Condes, e morador na freguezia de S. Lourenço desta cidade, que pretendendo satisfazer o preceito da Quaresma proxima do presente anno, e confessar-se ao seu Parocho o Rev.° Dr. José Caetano de Mesquita, prior da dita freguezia, o naõ quiz este ouvir de confissaõ, e nem desobrigal-o, respondendo ao Supp. que os homens da sua profissaõ andavam sempre em occasiaõ proxima de peccado mortal, e que assim

o diziam os seus livros. Naõ advertiu, porém, que nem tudo quanto se acha nos livros he reduzivel á pratica, porque as differentes circumstancias, e o differente modo de pensar faz com que sejam licitas em hum tempo humas acções que o naõ foraõ em outro. Os auctores canonistas ou theologos moraes, que condemnaram as comedias e quem as representava, ou olhavam para os costumes do seu seculo, ou, faltos de experiencia copiavam a doutrina dos mais antigos, nos quaes havia rasaõ sobeja para esta condemnação, pois que nesses tempos obscuros eram as scenas obscenas, os comediantes chamados Mimos, pessoas abjectas e vis, que provocavam a luxuria nos theatros, e as pessoas cordatas, e de bom senso nem iam nem levavam as suas familias a estas assembleias onde se promovia o peccado: Hoje, porém, saõ os theatros escolas de costumes, corrigem-se os maus, e louvam-se os bons, e pode ser que similhantes espectaculos, onde se mette a ridiculo o vicio e se louva a virtude, façam mais comoçaõ nos animos dos espectadores que um sermaõ de Quaresma. Logo, como será possivel, que quem concorre para metter pelos olhos dos seus concidadões o verdadeiro modo de proceder, sejaõ medidos pela mesma bitola dos que algum dia faziaõ o contrario. As peças que se põem nos theatros saõ revistas e correctas por um tribunal Regio e Pontificio, e se este tribunal approva as peças reputandoas livres de todo e qualquer veneno, como naõ ha de approvar, e reputar livres de veneno as bocas que as representam; em huma palavra, as pessoas que hoje vaõ aos theatros, de hum, e outro sexo, saõ de toda a circumspecçaõ, e nem por isso incorrem no grave defeito de levianas, e até para remate a Soberana, que aliás he cofre de todas as virtudes, naõ se dedigna de ir tambem ser espectadora com toda a Casa Real; circumstancia que sobeja para o Reverendo Prior mudar de

sentimentos: o mais naõ he isto, he que o Sr. Rei D. José de gloriosa memoria, vendo que os comediantes do seu tempo naõ mereciam infamia que a comum opiniaõ, derivada dos seculos da ignorancia, tinha espalhado contra os representantes, os livrou della, e collocou na classe dos homens puramente mechanicos; e se a profissaõ já hoje naõ he infamante como ha de ella reputar-se peccaminosa. O mais he que aquelle Rev. Parocho acabou ha poucos annos de ser mestre de rhetorica, e de poetica no Collegio dos Nobres, onde precisamente ensinou aos filhos da grandeza, e da primeira nobreza do Reino os preceitos das comedias, e mais dramas, e as regras de os fazer segundo a arte; logo naõ podia agora aprovar a pratica daquella especulaçaõ, que elle mesmo ensinou; E porque o suplicante quer da sua parte satisfazer com a sua obrigaçaõ e naõ devem servir-lhe de embaraço escrupulos do seu Reverendo Parocho taõ mal fundados, nestes termos requer a V. Ex.ª se sirva mandar que o seu Reverendo Parocho o desobrigue ou que o Supplicante possa desobrigar-se na Patriarchal ou na Sé, ou em outra freguezia desta cidade

«Pede a V. Ex.ª R.ma seja servido assim o haver por bem, e determinar como o Supplicante implora.

E. R. M.cê

Despacho

«Damos ao Rev. Parocho da Santa Igreja Patriarchal a commissão necessaria e a precisa jurisdiçaõ para admittir o Supplicante ao cumprimento dos Santos Preceitos Quadragesimais em termos, e o dito Rev.

Parocho avise o Rev. Prior de S. Lourenço desta nossa providencia.

«Lisboa, 12 de Abril de 1778.

Arcebispo de Lacedemonia
Vigario Geral do Patriarchado»

Não acham que valeu a pena trazer a lume êste documento? Êle vem provar que entre nós, ainda no último quarto do século XVIII, a-pezar dos progressos sociais que lá fóra transmudavam a Europa, preparando-a para os grandes dias do século seguinte, a profissão de actor era, como a de carrasco e outras, reputada infamante e pecaminosa.

C. M.

OBRAS DE ARTE NACIONAL EM REGIÕES AFASTADAS DO CONTINENTE

AZULEJOS PORTUGUESES NA ILHA DE SANTA MARIA

inventariação da actividade artística portuguesa nem só no Continente tem de ser realizada, pois se actualmente as nossas indústrias artísticas não contam muito com mercados externos, tempos houve em que assim não sucedeu e vários produtos nacionais foram levados com o nome de Portugal a todo o mundo.

Desde muito cedo, com o estabelecimento das relações que a política de expansão colonial que perfilhámos aconselhava, os nossos artistas eram chamados a colaborar quer nas oferendas e presentes a potentados cuja amizade se pretendia captar, quer nos utensílios para o exercício do culto católico que por

toda a parte aonde chegávamos íamos implantando, erigindo igrejas e sagrando templos.

Sempre em mãos de colonizadores portugueses a cruz acompanhou a lança e a espada.

Fizemos isso nas ilhas que mais perto de casa nos ficavam, continuámo-lo nos *lugares d'Além*, em toda a África que peregrinámos, repetímo-lo na Ásia e no Brasil.

Iam do Reino retábulos inteiros pintados, altares, paramentos, imagens, retratos, azulejos, cartilhas para aprender a lêr, devocionários, de tudo um pouco, num perfeito e bem compreendido desdobramento da mãi-pátria, o pensamento sempre pôsto em Portugal.

E para o que não podia ser transportado da Metrópole, lá iam os nossos artistas, arquitectos e engenheiros. É notável ainda hoje o número de monumentos de vária ordem que assinala a extensão do domínio português de outróra.

Limitando as nossas referências a azulejos portugueses, poucas serão as igrejas, das que por êsse mundo de Cristo semeámos, que não tenham recebido, a animar as paredes das suas naves, a policromia de um painel ou mesmo, por vezes, o luxo dum revestimento cerâmico completo.

Sabemos da sua existência em S. Tomé e em Angola; no Brasil, uma extraordinária abundância deles se lá conserva ainda hoje; nos Açores, Madeira, etc., não falta também, até em humildes capelinhas, essa nota de uma arte que tão portuguesa soubemos tornar.

Vai-se inventariando lentamente a existência de azulejos nossos espalhados fora do país, e desnecessário se torna encarecer a importância de tal recenseamento.

Ainda há bem poucos anos, em 1926, o Rev. Frei Pedro Sinzio (O. F. M.) documentou primorosamente o seu estudo sôbre *São Francisco de Assis e seu culto*

no Brasil (1) com 140 gravuras de arte que o autor, generalizando, indevidamente classifica de brasileira, mas onde os azulejos, vários deles marcados e datados, atestam irrefragàvelmente que de Portugal foram ter a Olinda, a Iguarassú, à Baía, etc.

E trata-se apenas, note-se bem, de igrejas franciscanas.

A quem não seja possível o alto prazer espiritual de *in situ* admirar tanta preciosidade e opulência, o referido trabalho de Frei Pedro Sinzig permite ajuizar da forma como soubemos retribuir em Arte o ouro que do Brasil recebíamos.

Nos Açores, os interessantíssimos trabalhos do etnógrafo e artista Dr. Bernardo Leite de Ataíde sôbre a ilha de S. Miguel, documentam-nos outro tanto; há ali azulejos portugueses de todos os tempos do nosso fabrico; e os hispano-arabes do século XV e XVI, por intermédio da Metrópole lá terão chegado também.

O nosso António de Oliveira Bernardes muito para lá trabalhou, e a sua assinatura se lê nos paineis que ainda hoje perduram, amorosamente velados como preciosidades que são.

Pertencem ainda aos Açores os dois paineis cujas fotografias aqui junto vão reproduzidas e que suponho serem pela primeira vez trazidas a público.

Neste simpático arquivo de velhas curiosidades que é a *Feira da Ladra* não serão, já agora, de todo perdidos.

---

(1) Editado e impresso por B. Kuhlen, M. Gladbach (Alemanha).

SANTO ANTÓNIO PRÈGANDO AOS PEIXES

Fazem parte do revestimento de azulejos da Capela das Almas, que em 1642 Manuel Curvêlo de Rezende e a sua mulher mandaram construir na igreja de Santa Maria da Vitória do, hoje extincto, convento

dos Franciscanos da Vila do Pôrto, na ilha de Santa Maria.

Por outras fotografias que tenho presente e que devo, assim como estas, à obsequiosa amabilidade do meu Ex.mo Amigo Dr. Manuel Augusto do Canto Rebêlo Pereira, que na sua casa de Santa Maria amorosamente conserva relíquias várias dos passados tempos da ilha, a cujas primeiras famílias se encontra ligado, verifico que a capelinha é inteiramente revestida de azulejo dum padrão muito espalhado por todo Portugal, que ao tempo igualmente se fabricava em Coímbra e Lisboa, ao que presumo, e suficientemente visível na parte superior das gravuras que acompanham estas notas.

E característico do século XVII, já pelo desenho, já pelas suas côres azul e amarela a destacar do fundo branco. Precisamente igual se encontra em igrejas de Coimbra e doutras localidades; eu próprio possuo dois curiosos quadros polícromos levantados do meio dum revestimento assim, da capelinha do antigo hospital dos Lázaros desta cidade, à Rua da Sofia.

Como o leitor vê, os paineis da ilha de Santa Maria representam os conhecidos passos da lenda do nosso Taumaturgo: Santo António prègando aos peixes e Santo António livrando seu pai que ia a caminho da fôrca, e devem aproximar-se, para estudo e confronto, dos da capela do Penedo, na Serra de Sintra, da mesma época e assunto, fotografados pelo Prof. Dr. Vergílio Correia no seu livrinho *Azulejos datados*, útil repositório dêste género cerâmico.

A policromia dos que apresentamos é variada: verde, amarela, roxa, azul, são as côres principais; mas há neles a particularidade notável, rara no azulejo português, de o artista, segundo me é comunicado, ter feito uso também de tinta preta.

Assim, no 1.º dos paineis, são pretas as árvores e

SANTO ANTÓNIO LIVRANDO SEU PAI DA FORCA

a capa de Santo António e, no 2.°, as capas dos circunstantes e os dois passarolos (corvos?) perspectivados ao fundo da scena.

Citando de informação apenas, ocorre-me se não

será antes de castanho muito escuro essa tonalidade, pois o preto é raríssimo em cerâmica de revestimento.

Os dois paineis são, de-certo, obra dum só artista; dos seus recursos de desenho e de execução fàcilmente se avalia pelo exame das gravuras, onde há pormenores de grande curiosidade inteiramente perceptíveis.

Não são para desprezar a indumentária nem os acessórios da scena do 2.º quadro, regularmente composta.

E ocorre preguntar ainda: como êstes, quantos piedosos quadrinhos não aguardarão que, da obscuridade de tantas perdidas e sertanejas capelinhas, igualmente sejam trazidos para as páginas dos nossos inventários de arte nacional?

A formidável produção portuguesa neste ramo da indústria cerâmica muito espera ainda da observação e diligência dos nossos arqueólogos.

Coimbra, 1930.

A. G. da Rocha Madahil.

A PROPÓSITO DE COMETAS

A leitura da prosa astronómica, que no terceiro número da *Feira* publicou o meu amigo Gusmão Navarro, despertou-me a ideia de arquivar aqui o seguinte textual apontamento manuscrito, que leio na guarda de papel branco que forra a pasta interior da encadernação duma *Pratica Criminal... Autor Manoel Lopes Ferreira*... Lisboa Occidental, por Carlos Esteves Mariz, MDCCXLI:

«Em o Mes de 7br.º da era de 769 a apareceu hum sinal branco comprido o Coal sahia de huma estrela evinha detraz de sete estrelo. No mesmo ano em o mes de Outubro apareceu outro sinal daparte do norte Cor de fogo, m.to grd.e o Coal sahia de huma estrela e botava dois rayos Cujo metia medo.»

Por cima dêste aranzel, também em ms., a seguinte marca de posse: «He de Joaõ Ozorio de Castro da V.a de Alg.es (Algodres?) Comarca de Linhares.»

Êste sujeito, possìvelmente o autor da nota, era um ascendente da ilustre publicista, a Senhora D. Ana de Castro Osório.

Seria possível identificar êstes dois cometas de 1769?

Teem a palavra os homens que andam na lua (salvo seja!) e veem os astros por um canudo.

C. M.

POEIRA DOS TEMPOS

ERÁ esta secção, que nos foi sugerida por alguns dos nossos leitores e sairá de tempos a tempos, uma compilação de notícias àcêrca de indivíduos, sucessos, monumentos, papeis e objectos raros ou curiosos que formos arpoando, aqui e além, em jornais, revistas, livros, folhetos, fôlhas soltas e manuscritos, até ao meado do século findo.

I — SECRETÁRIO DOS AMANTES

«Ainda não ha muitos annos que em certos sitios de Lisboa se vião expostas á venda, pendentes de hum cordel, e entre as variegadas figuras dos Doze Pares de França, e a piedosa scena de Santo Antonio quando vai livrar seu pai da forca, ternissimas cartas de amores, cujas frazes emphaticas e ardentes erão capazes de amolgar o coração mais empedernido. Era alli que o pobre namorado, cujos pais havião tido o usual descuido de o mandar alguns mezes á escola, ou cujo acanhado bestunto lhe não permittia alinhavar meia

duzia de palavras bem ternas e apaixonadas, ia, a troco de seus tres vintens, escolher huma doce missiva para o contante *(sic)* enlevo de seus sentidos. Hoje já não existe tão interessantes e *vistosos* estabelecimentos que adornavão as paredes da Moeda e do Arsenal: e o pobre namorado, bem como o aldeão que veio buscar fortuna a Lisboa, a mulher que tem o marido no exercito ou no ultramar, têem de andar mendigando a muito custo hum benevolo caixeiro de tenda, ou o filho de hum visinho que ja escreve por alto na escola, para lhe escrever huma carta ao seu bem, ao seu pai, ou ao seu marido».

***Archivo Popular*, n.º 51 — Lisboa, Dezembro de 1838.**

II — S. GONÇALO DE AMARANTE

«No dia 10 de janeiro, em que se celebra a festa de S. Gonçalo d'Amarante, costumavão os officiais de latoeiro e corrieiro da cidade do Porto fazer huma grande festividade áquelle santo, que era o seu orago, na igreja da Sé da mesma cidade. Depois da festa, e de tarde formava-se hum leilão de fogaças e outros objectos fóra da porta principal, a que concorria immensa multidão de gente. Então as raparigas solteiras, e as viuvas que pretendião noivo, entravão em grandes ranchos pela igreja dentro, e em frente do altar do santo se punhão a dançar e a cantar todas em côro:

Casai-me, casai-me,
São Gonçalinho,
Que hei de resar-vos,
Amigo santinho.

«E isto se passava dentro da igreja cathedral de huma cidade populosa e civilisada; e o consentião o bispo e o cabido.

«Mas se na igreja cathedral se dava em expectaculo público scena tão indecente, na de S. Domingos a mesma se dava indecentissima, porque a esta igreja concorrião todas as regateiras, principalmente as da Ribeira, e outras mulheres da mais baixa qualidade. As danças e cantigas erão as mesmas; porém tal era a descompostura das acções, e a algazarra das vozes e alaridos, que as acompanhavão, que por indecorosas se terião no meio de hum arraial, quanto mais dentro de hum templo sagrado!

«A tal ponto chegou o escandalo destas scenas vergonhosas, que por fim foi prohibida a abertura da igreja depois da festa da manhãa!»

Do *Archivo Popular*—Lisboa, 1837, vol. I, pág. 42-43.

III — CANAPÉ DE BOCAGE

«A primeira vez que fomos á exposição philantropica, um amigo que nos acompanhava e sabia o fim para que iamos alli, logo á entrada nos susteve pelo braço, e, apontando para a direita, nos disse:

— Aqui tem já por onde começar.

Olhámos para o logar indicado, e mal podiamos crer que o nosso amigo apontasse para um canapé antigo de páo santo, polido, envernizado e empalhado de novo.

— Está bem conservado e estimado. E isso que tem de notavel? . . .

— Pois não conhece, ou não ouviu já fallar d'esta celebre reliquia? . . .

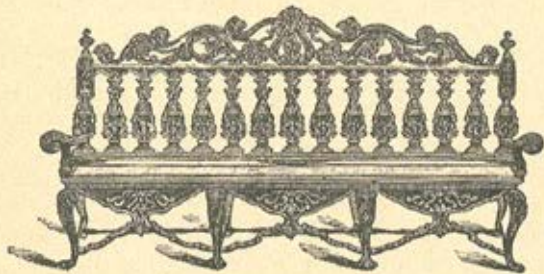
— Pertenceu a algum personagem importante?

— Pertenceu ao mais admiravel improvisador dos tempos modernos; é o decantado canapé que foi de Bocage, quando esteve em Goa.

— Pois elle teve dois? Isso ignorava eu. Apenas

sabia d'aquelle a que o celebre poeta fez esta engraçada quadra:

> Quando a velha antiguidade
> Por estas casas entrou,
> Disse áquelle canapé:
> Sua benção, meu avô!...

Vi-o na exposição de 1850, n'este mesmo logar. Era um canapé do mesmo desenho, e da mesma madeira, mas todo empastado de poeira, com um assento de madeira já muito gasto, desconjunctado e descaído,

e os pés amarrados com cordas. Bem vê que não pode ser este, não só porque não estava tão bem conservado, tão limpo e casquilho, como porque assim, não lhe faria o nosso grande poeta aquella espirituosa satyra.

— Pois, meu caro, é o mesmo, mas limpo, concertado e polido de novo.

— Vamos para diante, dissemos ao nosso amigo.

— Então não desenha o canapé?

— Diga-me uma coisa: Que prestigio teriam as ruinas do Carmo, depois de caiadas?

— Nenhum! Mas quem teria a lembrança de mandar caiar o Carmo?...

— O mesmo que já a concebeu, ou quem mandou limpar, concertar, polir e empalhar o canapé de Bocage!"

Archivo Pittoresco, Lisboa, 1859 – Vol. II, pág. 16.

IV — O P.E J. AGOSTINHO COMPRA UM PORCO

"..

... acabo de comprar hum porco no campo de Santa Anna para governo de minha casa, (porque sabe Deos as linhas com que cada qual se coze;) deitar-lhe o olho economico, e dizer cá com os meus botões, as mantas de toucinho talvez me aturem até ao meado de Outubro, tiro dalli dois prezuntos, e duas pas; os lombos se a ama os ha de maquiar, e repartir com as vizinhas, com o resto da carne magra, entrecosto, e suan, serão reduzidos a chouriços; eu prezidirei ao enchimento, e como a cousa fica por conta, e dependurada á chamené, tambem creio que a ama não pagará dalli os tres terços da contribuição aos parentes que neste tempo nunca faltaõ com a politica das vizitas."

J. Agostinho de Macedo, in *Semanario de Instrucção e Recreio*. Lisboa, 1812, pag. 173.

V — MEIOS DE TRANSPORTE

"..

Tentou-se já introduzir entre nós o uso das *diligencias*. Houve uma que corria entre Lisboa e Coimbra, e cujo serviço, ouvimos dizer, era assaz regular. Mas têve de lutar contra a hostilidade dos alquiladores e arrieiros, e contra a frouxidão com que, desde ha muito, nossas leis (ou antes seus executores) protegem a inviolabilidade da propriedade. As cavalharices pertencentes á empreza em Coimbra forão incen-

diadas, e ardêrão até aos alicerces, consumindo-se nas chammas consideravel numero de cavallos; e com esta catastrophe pôz ponto a empreza.

«Tivemos outra que corria entre Lisboa e as Caldas da Rainha. A empreza teve que acabar, julgamos, por

falta de concorrencia de passageiros. Tal foi a violencia do odio da alquilaria contra este estabelecimento que logo que cessou a inspecção da estrada, que a empreza consideravelmente melhorou, tratárão de a arruinar, inhabilitando-a para servir a outra similhante tentativa. Hoje em dia apenas temos noticia d'uma carruagem publica que communica entre Lisboa e Cintra.

. . . .

«Pelo ano de 1828, houve em Paris quem inventasse as carruagens, denominadas *Omnibus*, ... são conhecidas em Lisboa desde 1835. Do centro da cidade divergem para Bellem, Bemfica, Campo-Grande &.ª; e o estado da companhia que os possue indica quão frequentados e quão uteis tem sido os *Omnibus* na Capital. Fazemos votos pelo feliz successo da Empreza no Porto; e esperamos que o exemplo das classes intelligentes e civilizados dissipe o prejuizo com que o vulgo e as pessoas de acanhado pensar encarão toda e qualquer innovação . . . .

«Na nossa figura vê-se o Conductor, encarregado

da fiscalização e policia do *Omnibus*, assentado pela parte de fóra da porta de entrada, com um braço levantado para indicar aos peões que na carruagem ha lugar vago. Esta circunstancia é indicada, nos Omnibus de Paris e Lisboa, por uma bandeiróla de folha de flandes pintada das côres nacionaes. Alguns tem um orgão de 3 ou 4 tubos collocado debaixo dos pés do boleeiro d'almofada, que com elle dá sinal de sua chegada aos varios pontos de confluencia de ruas em que costumão concorrer passageiros.»

O Museu Portuense — Jornal de Historia, Artes, Sciencias Industriaes e Bellas Letras. Porto, 1838, pág. 63.

O REI DO PEGU

4 — Janeiro — 1930

Meu caro Cardoso Martha

No artigo que escrevi com o título «Três monarcas orientais moradores em Lisboa» aí para a *Feira da Ladra*, escrevi que era tradicional o dizer-se que o rei do Pegu, Salvador Ribeiro de Sousa, tinha morrido no Minho e acrescentava que não conhecia prova de tal tradição.

Achei a data e local da morte do pobre soberano oriental. O rei do Pegu morreu em 21 de Janeiro de 1631, na rua Formosa, tendo sido depositado nas Mercês. Foi seu herdeiro, por disposição testamentária, um tal António Cardoso, que não sei quem fôsse.

O homem, pois, morreu em Lisboa. Mais uma nobilitação para a Capital.

Am.º certo

MATOS SEQUEIRA

Fim do Tomo Primeiro

ÍNDICE

Os artigos precedidos de asterisco, são acompanhados de gravuras.

Para evitar confusões, e para responder a alguns dos nossos leitores que se nos teem dirigido, declara-se que são da autoria do director da *Feira da Ladra* todos os artigos subscritos pelas iniciais C. M.

Assinatura:
6 números, 20 esc.

Número avulso
4 escudos

Redacção e Administração:
Rua de Santa Ana, à Lapa, 77